

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

PEDRO HENRIQUE MARCIANO DE SOUZA

**AS CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA E INDÚSTRIA CRIATIVA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

CAMPINAS

2022

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESQ
CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO - CEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SUSTENTABILIDADE
- PPGS
PEDRO HENRIQUE MARCIANO DE SOUZA**

**AS CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA E INDÚSTRIA CRIATIVA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Strictu Sensu* em Sustentabilidade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas para obtenção do título de Mestre em Sustentabilidade.

Area de Concentração: Sustentabilidade.

Linha de Pesquisa: Ciências, Políticas Públicas e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Ricardo Rosa Georges.

Coorientador: Prof. Dr. Cândido Ferreira da Silva Filho.

CAMPINAS

2022

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

339.5
S729c

Souza, Pedro Henrique Marciano de

As contribuições da economia e indústria criativa para o desenvolvimento sustentável / Pedro Henrique Marciano de Souza. - Campinas: PUC-Campinas, 2022.

141 f.: il.

Orientador: Marcos Ricardo Rosa Georges.

Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade, Centro de Economia e Administração, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Políticas públicas. 3. Criatividade nos negócios. I. Georges, Marcos Ricardo Rosa. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Economia e Administração. Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade. III. Título.

CDD 22. ed. 339.5

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESQ
CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO - CEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SUSTENTABILIDADE
- PPGS
PEDRO HENRIQUE MARCIANO DE SOUZA**

**AS CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA E INDÚSTRIA CRIATIVA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Dissertação defendida e aprovada em 23 de
fevereiro de 2022 pela comissão examinadora:

APROVADA: 23 de Fevereiro de 2022.



Prof. Dr. Marcos Ricardo Rosa Georges
(Orientador- PUC-CAMPINAS)



Prof. Dr. Samuel Carvalho De Benedicto
(PUC-CAMPINAS)



Dr. José Henrique Bassi Souza Sperancini
(UNIV. FED. DO ABC.)

CAMPINAS

2022

Dedico esse trabalho à minha esposa Carla e
minha filha Maria Clara, que me deram
incentivo e força para realização desse
mestrado após tanto tempo longe da academia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo dom da vida, resiliência nos momentos mais difíceis e por ter me guiado no caminho dos estudos.

Agradeço também a minha família, minha esposa Carla e aos meus filhos Maria Clara e Tomás, que são a luz do meu caminho e por eles busco me desenvolver cada vez mais. Buscando ser melhor pai, marido, profissional e, principalmente, ser humano.

Meus agradecimentos a Pontifícia Universidade Católica de Campinas por ter me dado a oportunidade de desenvolver a presente pesquisa e me proporcionar educação de qualidade e suporte durante todo o curso.

Registro aqui, especialmente, meus agradecimentos ao Prof. Dr. Samuel Carvalho De Benedicto, coordenador do curso de Mestrado em Sustentabilidade pela oportunidade e ensinamentos durante o mestrado.

Agradeço, também, meus orientadores Prof. Dr. Marcos Ricardo Rosa Georges e Prof. Dr. Cândido Ferreira da Silva Filho que me guiaram nessa trajetória e tiveram paciência durante os momentos de dificuldade e nunca deixaram de confiar no meu trabalho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Dá-me, Senhor, agudeza para entender,
capacidade para reter, método e faculdade para
aprender, sutileza para interpretar, graça e
abundância para falar. Dê-me, Senhor, acerto
ao começar, direção ao progredir e perfeição
ao concluir”

São Tomás de Aquino
(1225 – 1274)

RESUMO

A presente pesquisa busca verificar os principais pontos em que a Economia Criativa atua como agente facilitador para os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil. O texto faz um apanhado das principais características da Economia Criativa e suas indústrias, e como elas podem contribuir com práticas sustentáveis para as dimensões da sustentabilidade. Busca-se, ainda, verificar em que medidas a Economia criativa concorre para a geração de empregos decentes erenda, redução das desigualdades e preservação do meio ambiente. Nesse ínterim, busca-se também compreender, a partir da literatura, o estado da arte da Economia Criativa e seus setores. Outro objetivo consiste em pesquisar os principais modelos de sustentabilidade e suas dimensões constituintes e identificar os aspectos das Indústrias Criativas, avaliando sua contribuição no desenvolvimento sustentável no Brasil. E, ainda, propor ações para a promoção da sustentabilidade a partir de políticas baseadas nos aspectos identificados. Esta pesquisa se justifica pela urgência em encontrar modelos de produção e de mercado alternativos para o já desgastado modelo tradicional exploratório e de consumo. Para embasamento técnico da pesquisa foi realizada uma revisão da literatura que engloba primeiramente a sustentabilidade e suas dimensões. A seguir, uma caracterização da Economia Criativa, sua origem, principais características, políticas públicas, propriedade intelectual e desenvolvimento local. E, por fim, uma fundamentação sobre o desenvolvimento sustentável, seu conceito e a relação com a Economia Criativa. Quanto ao método, foi realizada a caracterização da natureza da pesquisa. Após essa fase, descreve a coleta de dados bibliográficos e pesquisa documental. Por conseguinte, é abordado o propósito da pesquisa e o tipo de coleta de dados, suas fontes e quantificação. Na sequência, a análise e interpretação dos dados com a criação de categorias de análises para melhor entendimento e apresentação dos resultados obtidos. No capítulo dos resultados, fica evidenciado nas categorias de análise a contribuição por parte da Economia Criativa nas dimensões sociais e econômicas principalmente. O mercado de trabalho e o incremento salarial como principais pontos positivos no cenário criativo. Assim como a capacidade de aceleração da economia local. Aborda-se na sequência um panorama sobre as políticas públicas em relação a economia criativa e cultura. E, por fim, o exemplo de São Paulo e seu cenário na Economia Criativa e as discussões finais encerram o texto de pesquisa.

Palavras-chave: Economia criativa. Sustentabilidade. Políticas públicas. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This study aims to verify at which points the Creative Economy represents a facilitating agent to achieve sustainable development objectives in Brazil. This study covers the main features of the Creative Economy and its industries and how they can foster sustainable practices towards the dimensions of sustainability. It also aims to verify to what extent the Creative Economy helps to provide decent jobs and income, reduce inequality, and preserve the environment. It also seeks to use the literature to understand the status of art in the Creative Economy and its industries. Another objective is to research the main sustainability models and their dimensions in order to identify the main aspects of the Creative Economy, assessing their contribution to sustainable development in Brazil. Finally, it aims to propose actions to promote sustainability through policies based on the previously identified aspects. This study is relevant because finding new production and market models as alternatives to the worn out traditional exploratory and consumption model is urgently needed. As a basis for this research, a literature review was carried out focusing primarily on sustainability and its aspects. Then, the Creative Economy was defined along with its origin, main features, public policies, intellectual property, and local development. Finally, sustainable development, its concept, and its relation to the Creative Economy were discussed. As for methodology, the nature of the research was clearly characterized, followed by a description of bibliographical data collection, the research objective, and the type of data collection, including their sources and their quantities. After that, the data were analyzed and interpreted according to designated categories of analysis created for better understanding and for the presentation of results. In the results section, the contribution made by the Creative Economy in the social and economic dimensions is evident in the categories of analysis. The job market and the salary increase as the main positive points in the creative scenario. As well as the ability to accelerate the local economy. Next was an overview of public policies related to the Creative Economy and culture. Finally, São Paulo was used as an example of the Creative Economy scenario, followed by the final discussion.

Keywords: Creative economy. Sustainability. Public policies. Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Cadeia Criativa.....	39
Figura 2. Relação dos fatores criativos e os capitais.....	43
Figura 3. Participação do PIB Criativo no PIB Total Brasileiro – 2004 a 2017.	82
Figura 4. Participação Estimada do PIB Criativo nas unidades federativas.....	83
Figura 5. “Agenda 4C”: contribuições para transformar a Economia Criativa brasileira	94
Figura 6. Pesquisa de Qualidade de vida para cidade de São Paulo.....	97
Figura 7. Pesquisa de Qualidade de vida para cidade de São Paulo.....	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Principais publicações e congressos.....	22
Quadro 2. A economia da cultura em conformidade com o Framework for Cultural Statistics (2009).	27
Quadro 3. Definições da Economia Criativa.....	36
Quadro 4. Fluxograma da cadeia criativa.....	38
Quadro 5. Atividades relacionadas - Fluxograma da cadeia Criativa	38
Quadro 6. Atividades de Apoio – Fluxograma da cadeia Criativa.....	39
Quadro 7. Sinóptico da abordagem de análise de políticas públicas de economia criativa	48
Quadro 8. Padrões de crescimento.	51
Quadro 9. Pesquisa bibliográfica e documental.	68
Quadro 10. Fontes de dados.	70
Quadro 11. Recortes de mensuração da Economia Criativa	79
Quadro 12. Principais Profissões e Remunerações mais Elevadas na Área de Cultura – 2017.	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Estimativa populacional e uso de internet – Mundo e regiões.	41
Tabela 2. Evolução de Indicador de Analfabetismo (Brasil 15 – 64 anos).	41
Tabela 3. Mercado criativo no Brasil entre 2015 e 2017.....	75
Tabela 4. Empregos Formais e Salários na Área Criativa de Cultura – 2015 e 2017.	89
Tabela 5. Distribuição de empregos por áreas e segmentos criativos.	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Aecid: Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional
BDTD: Banco de Teses e Dissertações
CAFe: Comunidade Acadêmica Federada
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DCMS: Department for Culture, Media, and Sport
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE: Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IDECULT: Indicador de Desenvolvimento Cultural
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
Inaf: Indicador de Analfabetismo Funcional
Ipea: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IUCD: Indicadores de Cultura da Unesco para o Desenvolvimento
MTE: Departamento de Trabalho e Emprego
OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONGs: Organizações Não Governamentais
ONU: Organização das Nações Unidas
P&D: Pesquisa e Desenvolvimento
PIB: Produto Interno Bruto
PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Raiz: Relação Anual de Informações Sociais
Sebrae: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TI: Tecnologia da Informação
TIC: Tecnologias da informação e comunicação
UNCTAD: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (United Nations Conference on Trade and Development)
UNDP: United Nations Development Programme
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VA: Valor Agregado
WIPO: Organização Mundial da Propriedade Intelectual (World Intellectual Property Organization)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Contextualização e problema de pesquisa	15
1.2	Objetivos	18
1.2.1	Objetivo geral.....	18
1.2.2	Objetivos específicos	18
1.3	Justificativa e contribuições da pesquisa	19
1.4	Estrutura da dissertação.....	20
2	REVISÃO DE LITERATURA	21
2.1	Sustentabilidade	21
2.1.1	A dimensão cultural	23
2.2	A Economia criativa.....	30
2.3	Origens da Economia Criativa.....	32
2.4	Principais características da Economia Criativa	36
2.5	Principais barreiras para Economia Criativa	40
2.6	Economia criativa e o desenvolvimento local	42
2.7	Propriedade Intelectual na Economia Criativa.....	44
2.8	Políticas públicas na economia criativa.....	46
2.9	Desenvolvimento sustentável e Economia Criativa.....	49
2.9.1	Entendendo o conceito de desenvolvimento	49
2.9.2	Desenvolvimento sustentável.....	53
3	METODOLOGIA	62
3.1	Natureza da pesquisa	62
3.2	Abordagem da pesquisa.....	62
3.3	Propósito da pesquisa	64
3.4	Coleta dos dados.....	65
3.4.1	Pesquisa bibliográfica	66
3.4.2	Pesquisa documental	67
3.5	Análise e interpretação dos dados	68
4	RESULTADOS.....	71
4.1	Economia Criativa e Sustentabilidade – Categorias de Análise	71
4.1.1	Categoria 1: Dimensão Social.....	73
4.1.2	Categoria 2: Econômico/Mercado.....	80

4.1.3 Categoria 3: Ambiental e Cultural	SUMÁRIO	83
4.1.4 Categoria 4. Geográfica/Espacial		90
4.2	Políticas Públicas e Economia Criativa	92
4.3	O caso São Paulo	96
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS	104
	ANEXO A – Descrição dos principais eventos sobre Sustentabilidade	121
	ANEXO B – Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU	125

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e problema de pesquisa

Transformações na sociedade estão modificando a forma de fazer negócios. De acordo com Rifkin (2005, p. 11), “são os conceitos, as ideias, as imagens, e não mais as coisas, que têm verdadeiro valor na nova economia. São a imaginação e a criatividade humanas, e não mais o patrimônio material, que encarnam doravante a riqueza”.

Assim, a Economia Criativa passa a ser um tema discutido em várias regiões do planeta. O conceito da Economia Criativa tornou-se cada vez mais importante no mundo como o pilar da ligação entre a cultura, a economia e a tecnologia. Howkins (2012) define a Economia Criativa como:

A economia em que as pessoas passam grande parte do tempo tendo ideias, não quaisquer umas, mas aquelas que geram produtos comercializáveis. A transição do abstrato ao prático é de difícil apreensão, mas de forma geral, ocorre quando a ideia é identificada, aplicada e se torna uma propriedade. (HOWKINS, 2012, p. 12).

A relevância da Economia Criativa se explica, entre outras coisas, na sua capacidade de reduzir as desigualdades sociais. Com isso a Economia Criativa pode ser analisada como uma força que articula forças sócias, políticas e econômicas. Reis (2008, p. 15) afirma que a indústria criativa possui “a capacidade não só de criar o novo, mas de reinventar, diluir paradigmas tradicionais, unir pontos aparentemente desconexos e, com isso, equacionar soluções para novos e velhos problemas”.

A indústria criativa vem tendo uma participação crescente no produto interno bruto (PIB) brasileiro ano após ano. A participação se dá através de setores como, audiovisual, moda, games, marketing, cinema, entre outros. Em 2017 as contribuições da Economia Criativa para o PIB superavam R\$175 bilhões, representando 2,61% do PIB brasileiro (FIRJAN SENAI, 2019). Além disso, outro indicador da relevância da indústria criativa está no número de estabelecimentos, que era superior a 245 mil em 2017, conforme a Firjan SENAI (2019). O mercado de trabalho também é importante para demonstrar o potencial da indústria criativa no cenário nacional. Em 2017 foram mais de 830 mil postos de trabalho formais referentes a trabalhos criativos no país (FIRJAN SENAI, 2019).

Cabe ressaltar que o desempenho da indústria criativa oscila fortemente com a instabilidade econômica. Todavia, a indústria criativa possui certa resiliência. Apesar da crise

econômica recente, indústrias de tecnologia, tais como, games, produção de vídeos, marketing digital e internet apresentam bons números e muita capacidade de crescimento, ainda mais em cenários de pandemia (OXFAM INTERNACIONAL, 2021).

Face ao exposto, evidente o potencial das indústrias criativas no Brasil como um caminho possível para redução das desigualdades, geração de renda e emprego, preservação do planeta, entre outras coisas. As características da indústria criativa fazem dela um meio para o desenvolvimento sustentável. Segundo Sachs (2002) o desenvolvimento sustentável pode ser compreendido sob diferentes abordagens. Considera 8 dimensões na sustentabilidade a partir do momento que só considera o desenvolvimento sustentável o avanço em todas elas em congruência. As dimensões definidas são: ambiental, econômica, social, cultural, espacial, psicológica, política nacional e internacional.

Conforme Machado (2005) as primeiras discussões sobre sustentabilidade emergiram nos anos de 1950 através da corrida nuclear. Com o avanço da poluição nuclear, o mundo percebe pela primeira vez o risco ambiental em que está inserido e que essa poluição não está limitada somente à localidade em que ocorre. “A ocorrência de chuvas radiativas a milhares de quilômetros dos locais de realização dos testes acendeu um caloroso debate no seio da comunidade científica” (MACHADO, 2005, p. 51).

A partir desses eventos, cúpulas de discussão e combate à degradação ambiental foram criadas na Europa pelas Nações Unidas (ONU). O primeiro grande evento voltado para o desenvolvimento sustentável foi a Conferência de Estocolmo em 1972 (*UN Conference on the Human Environment*) onde ocorreram as primeiras discussões sobre a forma como vivemos e a necessidade de implementar uma nova dinâmica entre o homem e o planeta.

O tema desenvolvimento sustentável ganha importância como ações governamentais e em forma de políticas públicas a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). Onde a através do relatório Nosso Futuro Comum, publicado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988), traz a definição mais utilizada para desenvolvimento sustentável: aquela que busca as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades. Tais eventos contribuíram para que o mundo iniciasse o olhar para a sustentabilidade como agente de transformação e como ferramenta viável na forma de fazer negócios e de seus meios de produção.

Para Sachs (2004) pouco mais de três décadas entre a Conferência de Estocolmo e a Cúpula sobre o desenvolvimento sustentável realizada na África do Sul em 2002, foram necessárias para obter avanços importantes no conceito de Desenvolvimento Sustentável:

O desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica. Estritamente falando, apenas as soluções que considerem estes três elementos, isto é, que promovam o crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais, merecem a denominação de desenvolvimento [...] (SACHS, 2004, p. 36).

Já para Veiga (2015) o desenvolvimento sustentável precisa ser entendido separadamente, primeiramente se faz necessário entender “desenvolvimento”. Para o autor a melhor definição de desenvolvimento foi exposta por Amartya Sen durante uma série de conferências para o Banco Mundial em 1996 a 1997. Apresenta-se o desenvolvimento na eliminação de tudo que limita as escolhas e as oportunidades das pessoas. Para se ter êxito no desenvolvimento é necessário remover todas as privações da liberdade dos indivíduos. Ex.: pobreza, carências de oportunidades, falta de serviços públicos, intolerância, segregação de direitos fundamentais, liberdade de acesso ao mercado de trabalho, entre outros.

Assim destaca-se a importância da manutenção dos direitos humanos na busca pelo desenvolvimento sustentável. Este é assegurado a partir do momento que as pessoas tenham garantida as opções de como gostariam de viver suas próprias vidas, e os recursos e oportunidades para tal estejam disponíveis. Com isso, para se obter um real desenvolvimento sustentável, uma série de direitos e escolhas das pessoas precisa ser assegurada, como por exemplo: direitos civis, políticos, sociais, coletivos, ambientais, econômicos, culturais etc. (SACHS, 2004; VEIGA, 2015).

Por conseguinte, o desenvolvimento deve ser entendido na sua forma ampla, não apenas pelo viés econômico, mas que sejam elencados também fatores como a qualidade de vida, a educação, o acesso ao lazer, a cultura, a preservação do meio ambiente, dentre outros. Como citado por Milani (2005) para uma região ser considerada desenvolvida, não basta existir a preocupação com o presente, mas também a implementação de ações constantes para garantir a qualidade de vida para as gerações futuras.

Em razão dos crescentes impactos sobre a natureza, na economia e na qualidade de vida das pessoas, a discussão sobre novas formas de fazer negócios, de produzir e distribuir, ganharam relevância. Dessa maneira, o presente estudo se justifica na busca por propostas que assegurem oportunidades de desenvolvimento sustentável, com a preservação do planeta para as gerações futuras e uma economia mais inclusiva e justa.

Em verdade, a sociedade requer, cada vez mais, iniciativas fora dos padrões já existentes, tanto para a forma de consumo quanto para seus meios de produção. Por essa razão, fica evidente a preocupação crescente da sociedade com a sustentabilidade, com seus produtos

e com os objetivos para o desenvolvimento sustentável (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, 2015).

Decorre daí, a necessidade de se avaliar as contribuições da economia e indústria criativa em seus principais núcleos (consumo, mídia, marketing) para o desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Portanto, não basta ter um produto com preço atrativo e de qualidade aceitável, é necessário que este produto seja único, incorporando toda identidade cultural existente na num país ou região. A ideia é que essa identidade seja percebida pelo consumidor de tal forma que crie uma conexão instantânea com o produto, seja por alguma lembrança do passado, por um valor pessoal e/ou por uma característica própria do produto.

Nesse ínterim, o presente estudo busca responder às seguintes perguntas norteadoras: como a economia e indústria criativa podem contribuir para o surgimento de ambientes favoráveis ao desenvolvimento sustentável? Em que medida a economia e indústria criativa paulista concorrem para a geração de empregos decente e renda, redução das desigualdades e preservação do planeta?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Avaliar as contribuições da economia e indústria criativas para o desenvolvimento sustentável.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) compreender, a partir da literatura, o estado da arte da Economia Criativa, bem como reconhecer seus principais setores e caracterizá-los economicamente;
- b) pesquisar os principais modelos de sustentabilidade, sua evolução histórica e suas dimensões constituintes;
- c) identificar os aspectos da Economia Criativa através de suas Indústrias e avaliar sua contribuição no desenvolvimento sustentável;
- d) propor ações para a promoção da sustentabilidade a partir de políticas baseadas nos aspectos identificados.

1.3 Justificativa e contribuições da pesquisa

A economia e indústria criativas podem ser consideradas um meio para enfrentamento da instabilidade econômica ao passo que asseguram meios para o desenvolvimento sustentável, tendo como premissas básicas a criatividade e cultura como fontes principais de matéria prima. Sendo assim, é necessário, por parte dos agentes da economia e indústria criativas, o entendimento de que a cultura e a criatividade passam a ter papel central no desenvolvimento de seus negócios e não somente papéis secundários.

Outro ponto importante para realização desse estudo é o enfoque da sustentabilidade. O planeta não tem mais capacidade de conduzir negócios e meios de produção da forma tradicional, que destroem e esgotam os recursos da natureza.

Em verdade, a busca pelo crescimento econômico a qualquer preço, sem maiores preocupações ambientais e sociais, ameaça o futuro do planeta. Precisamos encontrar novas formas de desenvolvimento, que promovam a distribuição da renda, a qualidade de vida, o acesso à educação, lazer e cultura e, ainda, preservem o meio ambiente.

A comparação internacional entre o grau de desigualdade de renda no Brasil e o observado em outros países comprova não só que a desigualdade brasileira é das mais elevadas em todo o mundo, mas contribui também para entender como um país com renda per capita relativamente elevada pôde manter, nos últimos 20 anos, em média, cerca de 40% da sua população abaixo da linha de pobreza. (FARIA, 2000, p. 21).

Nesse contexto, economia e indústria criativas ganham relevância como estratégia alternativa para a promoção do desenvolvimento. A maior parte das pessoas possui uma rotina inundada por sons, imagens, vídeo, ideias, ou seja, bens intangíveis que têm a capacidade de produzir bens tangíveis como emprego, renda, desenvolvimento. Esse movimento se funde aos ideais sustentáveis e suas premissas, uma vez que os recursos naturais, alimentos, energia, entre outros bens estão cada vez mais escassos e de difícil acesso a uma parcela da população mundial.

Contudo, são poucos os estudos que demonstrem ser a economia e indústria criativas recursos estratégicos para o desenvolvimento sustentável e preservação do planeta. Daí, a importância da pesquisa.

1.4 Estrutura da dissertação

A dissertação apresenta, em primeiro lugar, a introdução. Na introdução apresentamos e contextualizamos o problema de pesquisa, os objetivos gerais e específicos, a justificativa da pesquisa e a organização da dissertação. No capítulo dois temos a revisão de literatura em que discutimos a o conceito de Economia Criativa, suas origens e evolução através de seus principais núcleos (consumo, mídia, marketing, moda, entre outros). Apresentamos o conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. O propósito é mostrar que o desenvolvimento sustentável alinhado a economia e indústrias criativas beneficiam toda a sociedade.

No capítulo três temos a metodologia da pesquisa. Neste capítulo discutido os métodos utilizados para a construção da pesquisa, tais como, caracterização da pesquisa, bases de dados, instrumentos para coleta e análise de dados. No capítulo quatro temos a análise e discussão dos resultados com o propósito de avaliar as contribuições da economia e indústria criativas para o desenvolvimento sustentável e trazer o exemplo de São Paulo dentro dos aspectos da Economia Criativa. Por fim, temos as considerações, onde procuramos responder às questões norteadoras da pesquisa, bem como, discutir as limitações da pesquisa e apresentar possibilidades de pesquisas futuras.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Sustentabilidade

De acordo com a Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988) para explicar o termo sustentabilidade foi utilizado o conceito de desenvolvimento sustentável sendo definido como: “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades”. Esse conceito emergiu após vários debates sobre os rumos que o progresso econômico baseado no crescimento e acúmulo de riquezas estariam levando o planeta a um ponto de colapso.

Vários conceitos sobre sustentabilidade surgiram até então. Na literatura existem vários autores que utilizam o termo de acordo com suas pesquisas e a mais comum é relacionado ao desenvolvimento sustentável (LINDSEY, 2011). O termo, apesar de ser usado nos setores público e privado por vários agentes, não possui um consenso em termos de conceito. A construção de uma definição robusta para o termo vem sendo desenvolvida com o passar dos anos e através de diversos debates sobre o termo no mundo todo. É comumente entendido como a busca por um equilíbrio a suas interações por ações antrópicas, meio ambiente e economia (BARBOSA; DRACH; CORBELLA, 2014). Para um melhor entendimento da origem do termo Feil e Schreiber (2017) construíram o Quadro 1, com as principais origens do termo sustentável e suas aparições ao longo do tempo.

Dentre esses conceitos destaca-se o ano de 1972 como importante devido a Conferência de Estocolmo. Nessa conferência fica evidente o aumento da importância da sustentabilidade e a busca por novas formas de produção. Essas discussões ficaram marcadas por dois lados bem distintos. De um lado estão os países desenvolvidos, preocupados com a manutenção da qualidade de vida obtida até então e a preocupação com meio ambiente. Já do outro lado, encontram-se os países em desenvolvimento que buscavam alternativas para o combate da pobreza e erradicação de problemas de infraestrutura básicos através do desenvolvimento (NASCIMENTO, 2012).

Quadro 1. Principais publicações e congressos.

Ocorrências	Ano	Autor e ano
– Hans Carl Von Carlowitz, na Alemanha, influenciado pelas ideias de Evelyn (1664) e de Colbert (1669) sobre a rápida devastação florestal da Europa, publica o livro <i>Sylvicultura Oeconomica oder Anweisung zur wilden Baumzucht</i> . Centra-se na escassez da madeira, demonstrando alternativas de consumo eficiente, reaproveitamento de energia, reflorestamento e substituição da madeira pelo fóssil, para a busca do equilíbrio entre o corte e a renovação da madeira, com vistas à sua utilização contínua e perpétua.	1713	Grober (2007) Pisani (2006)
– Rachel Carson publica <i>Silent Spring</i> , que retrata a utilização de inseticidas e pesticidas, trazendo, assim, seus reflexos na degradação do solo, ar, água e na vida humana, animal e vegetal.	1960	Carson (1962)
– Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMA), realizada em Estocolmo, centrava-se na ideia de sustentabilidade, demonstra que seria possível alcançar o crescimento econômico e industrial sem agredir o meio ambiente. Essa conferência gerou o livro <i>The Limits to Growth</i> de Meadows (2004) com foco na aceleração industrial, crescimento populacional, desnutrição, esgotamento de recursos não renováveis e a degradação ambiental.	1972	CNUMA (1972)
– Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED ou Comissão de Brundtland) apresenta o relatório <i>Our Common Future</i> , desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU), centrado nas necessidades e nos interesses da humanidade, na segurança do patrimônio global para as gerações futuras e na redistribuição dos recursos às nações mais pobres.	1987	WCED (1987)
– Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Objetivou conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a prestação e conservação do meio ambiente. Na Rio-92, foram elaboradas: a) a declaração do Rio, que estabelece acordos internacionais para proteger e respeitar a integridade da ecologia e do desenvolvimento global, começando pela gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável; e b) a Agenda 21, que se centra na implantação de programas e políticas ambientais.	1992	UNCED (1992)
– A Rio+10, realizada em Joanesburgo (África do Sul), centrou-se na aniquilação da pobreza e definiu que o desenvolvimento sustentável possui uma base de formação de três pilares essenciais (<i>Triple Bottom Line</i>): Ambiental, social e econômico.	2002	Rio+10 (2002)
– A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), no Rio de Janeiro, conhecida como Rio +20, teve como foco a renovação do compromisso sobre o desenvolvimento sustentável formalizado em diversos países em conferências anteriores. Dessa conferência surgiu o documento intitulado <i>The future we Want</i> , com foco principalmente nas questões da utilização de recursos naturais, e em questões sociais como a falta de moradia.	2012	UNSCD (2012)

Fonte: adaptado de Feil e Schreiber (2017).

A partir daí, através do Relatório encomendado pelo ONU – *Only one Earth*, publicado em 1973, chegou-se à conclusão de que as disparidades encontradas tanto nos países em desenvolvimento em relação a pobreza e falta de infraestrutura como os problemas ambientais e de escassez de recursos nos países desenvolvidos estavam sendo ampliados cada vez mais de acordo com o modelo de crescimento econômico capitalista vigente (NASCIMENTO, 2012).

Há uma quase unanimidade hoje entre os cientistas de que os recursos naturais não serão suficientes para fornecer um modo de vida similar ao da classe média mundial a todos os novos ingressantes no mercado. [...] A ideia de que o modo de produção e consumo vigente nos conduz a um desastre é cada vez mais aceita. (NASCIMENTO, 2012, p. 58).

Com esse abismo crescente e o início do olhar para as dimensões da sustentabilidade além do crescimento econômico e preservação ambiental, surgiu a dimensão social como pilar essencial para o combate a essas diferenças e redução das desigualdades. O pilar social ganhou relevância e assumiu seu papel de protagonista no direcionamento de ações em sustentabilidade a partir do desenvolvimento do relatório *Our common future* (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

A partir das pesquisas relacionadas às pressões sociais sofridas pelo modelo tradicional capitalista, observou-se os impactos na população em relação à distribuição igualitária de renda, acesso a infraestrutura básica como moradia, saneamento, alimentação digna, água potável, entre outros. Até então, os dados de monitoramento e índices analisavam sempre através do viés econômico (PIB), mas esse dado não possui profundidade suficiente para identificação de problemas sociais e verificação da evolução no quadro das desigualdades. Somente a partir dos estudos desenvolvidos por Sen e Mahmud (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP, 1990) com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que os dados relacionados ao problema das desigualdades começaram a ter uma análise mais eficiente.

Assim ficou acordado indicadores como PIB para gestão do crescimento econômico, IDH para as disparidades sociais e, ainda, surgiram nesse período vários indicadores ambientais para mensurar a evolução na degradação ambiental e extração de recursos naturais. Esse movimento dá início a uma fase em que a sustentabilidade passa a ser conduzida de forma integralizada, através dos seus principais pilares, quais sejam, ambiental, social e econômico.

Nesse contexto, a ONU passa a considerar os referidos pilares como fundamentais para o futuro das nações e do planeta. A busca por modelos mais sustentáveis e que promovam o desenvolvimento local e regional necessita considerar mais fatores para análise das dimensões da sustentabilidade. São incluídas dimensões políticas e culturais. Além disso, um olhar sobre a dimensão tecnológica e ética é lançado também a partir dessas discussões (NASCIMENTO, 2012).

2.1.1 A dimensão cultural

O avanço dos estudos em sustentabilidade permitiu a construção de novas dimensões para um melhor aprofundamento no tema. De acordo com Sachs (2002), a sustentabilidade estaria dividida em oito dimensões que são: Social, Cultural, Ecológica, Ambiental, Territorial, Econômica, Política (Nacional) e Política (Internacional). Ainda conforme o autor, as dimensões descritas a seguir possuem suas próprias características e formam em conjunto o arcabouço para a sustentabilidade:

- 1) Social: que se refere ao alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
- 2) Cultural: referente a mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação), capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas) e autoconfiança, combinada com abertura para o mundo.
- 3) Ecológica: relacionada à preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis.
- 4) Ambiental: trata-se de respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
- 5) Territorial: refere-se a configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.
- 6) Econômica: desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional.
- 7) Política (Nacional): democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social.
- 8) Política (Internacional): baseada na eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, Pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco), controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade, sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter commodity da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade. (SACHS, 2002, p. 85-89).

Essa leitura feita por Sachs (2002) traz uma alternativa aos modelos econômicos tradicionais que visam somente o crescimento econômico e privilegiam as regiões industrializadas. Busca, sobretudo, desenvolver localmente as regiões menos favorecidas, inclusive as rurais, através de tecnologias, políticas públicas e educação, com o objetivo de reduzir a dependência técnica e cultural dos grandes centros (JACOBI, 1999). Assim, Sachs (2002) deixa evidente a necessidade de valorizar as tradições e costumes locais. A cultura de uma região, através de suas pessoas e sua identidade, tem potencial para alavancar o desenvolvimento local sem a necessidade de agredir os sistemas naturais ou aumentar as desigualdades sociais.

Com o avanço dos estudos em relação a sustentabilidade e a necessidade de uma alternativa a forma tradicional baseada somente no crescimento econômico, as sociedades iniciaram uma mudança na busca por formas de fazer negócios, enxergar os avanços na economia e realização das atividades comerciais. Nesse cenário, inicia-se uma busca pela

intangibilidade da economia quem por sua vez, se caracteriza pela mudança de padrões de produção e consumo, em que a criatividade e o desenvolvimento local são fatores fundamentais para novos negócios e novos insumos. Ainda de acordo com Veiga (2005), o desenvolvimento está diretamente ligado a cultura, conforme se extrai da passagem:

[...] em última instância, o desenvolvimento depende da cultura, na medida em que ele implica a invenção de um projeto. Este não pode se limitar unicamente aos aspectos sociais e sua base econômica, ignorando as relações complexas entre o provir das sociedades humanas e a evolução da biosfera; na realidade, estamos na presença de uma coevolução entre dois sistemas que se regem por escalas de tempo e escalas espaciais distintas. (VEIGA, 2005, p. 9).

O desenvolvimento sustentável a partir da dimensão cultural passa a trocar sua forma de negócios, em que o “ter” vai dando lugar ao “utilizar” e a noção de prestação de serviços toma lugar da posse e propriedade de bens de consumo. As sociedades passam a se organizar de forma coletiva, para que tanto sua produção, quanto seu consumo tenham menores custos e maiores benefícios. E esse movimento permite uma participação maior de vários agentes locais, caracterizados por uma identidade regional (NASCIMENTO, 2012). Ainda de acordo com o mencionado autor, todos esses impactos são regulados mediante os padrões da sociedade e da ética. Somado a isso, está o fato de que o desenvolvimento local aplicado influencia as decisões e políticas regionais, atuando também na conservação do meio ambiente, na redução de desigualdades e no fomento a economia.

Apesar da maior importância dada a dimensão cultural no último quarto do século XX, pensar em desenvolvimento somente através de um único viés é desconstruir a sustentabilidade e seus conceitos conforme afirma Barbosa: “Não há razão para pensar o desenvolvimento em apenas uma dimensão, muito menos há razão para pensar que a cultura está ou esteve isolada dos processos de integração social e econômica” (BARBOSA, 2008).

No quesito histórico, a declaração do México no início da década de 1980 (1982) foi o marco inicial na inclusão da cultura na agenda internacional do desenvolvimento. De acordo com Madeira (2014), a partir dessa declaração os setores culturais ganharam protagonismo e assim foram elaboradas as primeiras políticas públicas relacionadas a esse tema, principalmente em nações que estavam ainda buscando o desenvolvimento.

Após a Declaração do México uma série de eventos marcaram o início da dimensão cultural como pilar importante para a sustentabilidade, conforme trecho de Messias (2017):

A partir da Declaração da Cidade do México (1982), foi instituída a Comissão Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento (1992), que encomendou a elaboração do relatório *Nossa Diversidade Criadora* (1995) sobre a importância dos setores culturais. As agendas internacionais da cultura e sua importância para o desenvolvimento se fortaleceram após a Convenção da Diversidade Cultural (2002) e a Resolução 57/249 (2002) da Assembleia Geral das Nações Unidas - que trata do desequilíbrio comercial de produtos culturais e promove a competitividade das indústrias culturais nos Estados-membros [...] e ao serem adotadas entre os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM-2000), ainda que não explicitamente reconhecidos [...] (MESSIAS, 2017, p. 169).

Ainda de acordo com o autor supracitado, a dimensão cultural continuou a participar das discussões das Agendas Internacionais, chegando anos depois até a Rio+20 conforme o que se segue:

A “entrada oficial” da cultura como dimensão e quarto pilar da Sustentabilidade na agenda da ONU ocorreu por solicitação das Cidades e Governos Locais Unidos, na Rio+20. A demanda nasceu durante o evento de construção da Agenda 21 para a Cultura, em Barcelona (2004), e gerou a publicação do estudo *Culture: Fourth Pillar of Sustainable Development* (2011) pela Unidade de Cidades e Governos Locais Unidos da Unesco (UCLG). (MESSIAS, 2017, p. 170).

Esse documento corrobora as pesquisas teóricas de Sachs e Sem em que somente as dimensões ambientais, sociais e econômicas não seriam capazes de expressar a profundidade da sustentabilidade e realizar uma análise eficiente das condições de vida de uma sociedade. O relatório confirma a necessidade de respeito às individualidades e liberdades do indivíduo, assim como a necessidade de acesso e fomento à produção de bens intangíveis como beleza, artes, moda, entre outros. Estes atributos são necessários para a promoção do desenvolvimento em uma sociedade, assim como a prosperidade econômica. Ainda nos dizeres de Messias (2017, p. 170) “De um lado, o diálogo intercultural representa um dos maiores desafios políticos da humanidade; e de outro, a criatividade é um recurso inexaurível, que nutre e reinventa a sociedade e a economia [...] Um atributo humano”.

De acordo com o documento da UCLG Committee on Culture (2011), a cultura deverá receber a mesma categorização dos outros pilares tradicionais da Sustentabilidade. Para que se tenha êxito na construção dessa nova dimensão é necessário desenvolver os principais meios de acesso à cultura (ex.: turismo local, artesanato, moda, artes em geral, entre outros). Ademais, outro ponto que deve ser desenvolvido em paralelo ao primeiro tópico são as políticas públicas voltadas para a cultura e para a criatividade. É necessário desenvolver políticas que protejam os patrimônios culturais e criativos, os artistas e produtores da cultura e suas criações, a educação como forma de acesso e criação de culturas regionalizadas e principalmente o combate às desigualdades básicas locais.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) também se posicionam com relação a cultura e seus domínios. Através do Quadro 2 do relatório *Framework for Cultural Statistics* (ONU, 2013), que traz as seguintes informações:

Quadro 2. A economia da cultura em conformidade com o Framework for Cultural Statistics (2009).

DOMÍNIOS DA CULTURA						DOMÍNIOS RELACIONADOS	
A. Patrimônio e Natural Museus (Inclusive Virtuais) Espaços Arqueológicos e Históricos Paisagens Culturais Patrimônio Natural	B. Performance e Celebração Artes Performáticas Música Festivais, Feiras, Festas	C. Artes Visuais e Artesanato Belas Artes Fotografia Artesanato	D. Livros e Imprensa Livros Jornais e Revistas Outras Publicações Livrarias (Inclusive Virtuais) Feiras de Livros	E. Audiovisual e Mídia Interativa Filmes e Vídeos TV e Rádio (Inclusive transmissão ao vivo pela Internet) Arquivos de Mídia Digital pela Internet (podcasting) Video Games (Online Inclusive)	F. Design e Serviços Criativos Design de Moda Design Gráfico Design de Interiores Paisagismo Serviços de Arquitetura Serviços de Publicidade	G. Turismo Viagens Charter e Serviços Turísticos Hospitalidade e Acomodação	H. Esportes e Recreação Esportes Atividade Física e Bem-Estar Entretenimento e Parques Temáticos Jogos de Azar
PATRIMÔNIO CULTURAL INTANGÍVEL (TRADIÇÕES E EXPRESSÕES ORAIS, RITUAIS, LINGUAGENS, PRÁTICAS SOCIAIS)						PATRIMÔNIO CULTURAL INTANGÍVEL	
EDUCAÇÃO E TREINAMENTO						EDUCAÇÃO E TREINAMENTO	
ARQUIVAMENTO E PRESERVAÇÃO						ARQUIVAMENTO E PRESERVAÇÃO	
EQUIPAMENTO E MATERIAL DE SUPORTE						EQUIPAMENTO E MATERIAL DE SUPORTE	

Fonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2015, p. 12).

O Quadro 2 demonstra em sua representação os aspectos referentes a cultura e seus domínios. Nota-se, evidentemente, pontos de congruência com a Economia Criativa em seu arcabouço no que diz respeito ao sistema de políticas necessárias para respaldar as ações criativas. Além disso, também encontra congruência em seus domínios em que muitos passam também pelas divisões das Indústrias Criativas, como será mais bem explicitado no capítulo seguinte. Outros pontos das Indústrias Criativas como cinema, marketing digital, publicidade, internet e mídias sociais vêm como complemento aos patrimônios culturais e seus domínios, formando, dessa forma, uma cadeia completa e que possui total interação em seus principais pontos. Assim, a Cultura e a Economia Criativa podem suportar novas formas de negócio através de suas indústrias criativas e domínios culturais e podem fomentar o desenvolvimento local através de produtos criativos embasados em fatores culturais, ou seja, evidenciando a identidade local e características da sociedade que o compreende (MADEIRA, 2014; REIS, 2011).

Com isso a necessidade de medir a evolução e parâmetros sobre a dimensão cultural vem ganhando espaço nas agendas das discussões sobre o tema em vários fóruns importantes ao redor do mundo. No Brasil, o Indicador de Desenvolvimento Cultural (IDECULT) foi criado

pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e levado até a UNESCO, porém não foi adiante, não sendo mais usado a partir de 2010 (BARBOSA, 2017/2018). Assim, a UNESCO desenvolveu seu próprio indicador que analisa sete dimensões da cultura, conforme descrição:

- a) **economia**: mede a contribuição da cultura para o desenvolvimento econômico;
- b) **educação**: analisa a prioridade dada à cultura no interior do sistema educativo, tanto como um catalisador para a inclusão como para a diversidade;
- c) **governança**: examina o sistema nacional de gestão cultural;
- d) **participação social**: ilustra o impacto das práticas, valores e atitudes culturais sobre o progresso social;
- e) **igualdade de gênero**: avalia o contributo da cultura na aquisição e percepção da igualdade de gênero;
- f) **comunicação**: analisa as condições existentes para a difusão e acesso aos conteúdos culturais.
- g) **patrimônio**: avalia as políticas públicas para a proteção, promoção e sustentabilidade do patrimônio.

Estas dimensões compreendem 22 indicadores inseridos dentro das dimensões supracitadas, que têm como objetivo potencializar os recursos e potenciais culturais nacionais, para demonstrar que juntos atuam no desenvolvimento da cultura no Brasil, propondo ações conjuntas e orientando as políticas públicas para implementação de novos negócios culturais.

De acordo com Alonso (2019), dentre as principais metodologias dos Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento (IUCD) destacam-se:

- a) valorizar os dados estatísticos e de informação nacional sobre a cultura e o desenvolvimento;
- b) orientar as políticas culturais para o desenvolvimento;
- c) valorizar o papel da cultura na formação de estratégias e programas de desenvolvimento, nacional e internacional;
- d) enriquecer uma base de dados sobre cultura e desenvolvimento à escala mundial.

Com relação ao desenvolvimento dos IUCD¹, de acordo com Observatório Itaú Cultural cabe destacar o seguinte:

¹ Durante cinco anos, sob a direção de Guiomar Alonso Cano e com Melika Medici como chefe do projeto, mais de 150 especialistas provenientes de administrações públicas nacionais, institutos de estatística, organizações da sociedade civil, bem como do mundo acadêmico, contribuíram para o desenvolvimento dos IUCD. A equipe da Unesco era composta de jovens pesquisadores de econometria e desenvolvimento: Naima Bourgault, Guillaume Cohen, Anya Crane, Keiko Nowacka e Molly Steinlager (ITAÚ CULTURAL, 2018).

[...] a natureza pragmática de sua metodologia, cujo objetivo consiste em avançar na quantificação de um campo de estudo historicamente sujeito a múltiplas discussões intelectuais que se estendem por décadas sem resultados tangíveis;

Os IUCD são simplesmente um primeiro ponto de apoio para construir posteriormente fases de desenvolvimento e aperfeiçoamento. A segunda fase poderia aplicar, em diferentes áreas e dimensões, a abordagem para a construção de novos indicadores;

Os IUCD abriram o caminho para modelar as relações entre os recursos culturais, os ambientes favoráveis que permitem a sua renovação e a introdução de mudanças positivas na vida dos indivíduos e das sociedades. Seria conveniente aprofundar essa linha de pesquisa;

Os IUCD são orientados prioritariamente aos países de renda média e baixa, onde a disponibilidade de dados e a capacidade de seu tratamento são limitadas. A abordagem participativa que possibilita sua construção fortaleceu as capacidades na produção e na manipulação de dados. (ALONSO, 2019, p. 78).

Assim, com o desenvolvimento dos IUCD as regiões em busca de desenvolvimento possuem um ponto de partida sólido e eficaz para medir sua evolução na dimensão cultural. Ressalte-se que ainda há espaço para melhorias nos índices, com a possibilidade de inclusão de ambientes urbanos e patrimoniais. De acordo com o autor acima mencionado, ainda cabe espaço para melhoria nos cálculos e para fortalecer o cruzamento de dados. Contudo, para que isso ocorra em níveis satisfatórios se faz necessário incluir mais pesquisadores e aumentar a rede de troca de dados estatísticos e referências com o objetivo de aumentar a quantidade de dados importantes e melhor a comunicação de dados entre setores internos e externos. Sendo assim, os indicadores garantem uma possibilidade de mensuração de seu ambiente cultural, bem como atua como ferramenta de diagnóstico para suas políticas públicas e verificação das suas realidades atuais (ALONSO, 2019).

Portanto, a cultura se insere como parceiro ideal para a Economia Criativa e suas Indústrias. As duas em conjunto têm como possibilidade orientar os governantes e agentes públicos no desenvolvimento de políticas públicas e criação de um ambiente ideal para investimentos no setor e desenvolvimento regional. A dimensão cultural se estabelece como pilar fundamental da Sustentabilidade assim como ambiente, econômico e social, trazendo como principal ponto a busca por bens de consumo intangíveis e sua capacidade de regeneração infinita. De acordo com Messias (2017), a Economia Criativa e a cultura trazem uma nova alternativa ao modelo tradicional capitalista, que pode ser definida pela criação de um “complexo híbrido” conforme passagem que segue:

O “complexo híbrido” das relações da EC com as fontes originais da cultura e a criatividade desafia as estruturas organizacionais de perfil hierárquico - características do modelo capitalista industrial da modernidade. No fator trabalho, o capital humano migra da noção de mão-de-obra para a intangibilidade de maior valor agregado pelo talento e o conhecimento, individual e(ou) coletivo. Os tradicionais bens de capital da produção, são compartilhados e perdem lugar para o capital tecnológico, que é central na EC. O capital cultural e o criativo são intangíveis cujos insumos somam talentos, que operam colaborativamente. Esses fatores transformam a noção clássica de exploração dos recursos naturais da terra para o desenvolvimento - uma lógica que se demonstrou insustentável. A capacidade de articular diferentes setores da sociedade e a disponibilidade de energia, alimento e tecnologia são as maiores vantagens comparativas entre as nações para prosperarem nesta nova economia. A disponibilidade de energia renovável é a demanda crítica e o grande gargalo produtivo. (MESSIAS, 2019, p. 22-23).

Sendo assim, o aprofundamento no tema da Economia Criativa no próximo capítulo traz o complemento necessário à dimensão da cultura como uma nova alternativa ao já colapsado meio tradicional de produção. A Economia Criativa aliada à dimensão cultural e seus conceitos surge como proposta para desenvolver localmente regiões com essas aptidões, além de transformar o comércio local e os meios de produção através de novos mercados consumidores locais e desenvolver a identidade das regiões impactadas de forma que suas raízes e cultura sejam valorizadas na criação de seus produtos e nos serviços ofertados. Essa mistura do novo com o passado de uma localidade, atrelada aos interesses locais surge como proposta interessante na luta pela redução das desigualdades e melhoria das condições de vida.

2.2 A Economia Criativa

O dicionário Oxford (2010) apresenta os seguintes significados para a palavra criativa:

- 1 - qualidade ou característica de quem ou do que é criativo.
- 2 - inventividade, inteligência e talento, natos ou adquiridos, para criar, inventar, inovar, quer no campo artístico, quer no científico, esportivo etc. (OXFORD, 2010, *online*).

Essas definições servem como bússola para iniciar o entendimento da Economia Criativa. A primeira definição faz referência ao produto, à criação, à característica, isto é, a aptidão para a criatividade, seja do produto criativo ou do ser criativo que identifica a criatividade como a característica principal daquele produto criativo. Já a segunda definição mostra a ação, o movimento, remetendo ao início do processo criativo e suas dimensões. Em outras palavras, traz consigo a necessidade de expressar o talento em diferentes campos, ou seja, expressa a intenção do indivíduo em buscar alternativas criativas para um determinado fim.

Portanto, a Economia Criativa requer profissionais diferenciados e novas formas de fazer negócios. De acordo com Florida (2011), a mão-de-obra tradicional e os investimentos já não são fatores primordiais para execução de um negócio de sucesso. A criatividade e outros ativos intangíveis vêm aumentando a participação em vários setores do mercado (CLIFTON, 2008). Justamente a mão-de-obra altamente capacitada, atuando em nichos bem específicos, desloca essa balança para o lado da prestação de serviços (BONTJE; MUSTERD, 2009). As pesquisas têm identificado esse movimento de transição a partir da década de 1970, em que regiões industriais iniciaram o processo de transição para a prestação de serviços (POWELL; SNELLMAN, 2004).

Para entender melhor esse movimento econômico em uma região, Florida (2011), criador da teoria da classe criativa, faz uso do conjunto denominado “3T’s” do desenvolvimento econômico, a saber: tecnologia, talento e tolerância. Segundo a visão do mencionado autor, essa análise possui uma fundamentação mais sólida do que as correntes baseadas em capital social, humano e outras teorias desenvolvimentistas atuais.

Entretanto, para que esse conjunto tenha êxito e consiga alavancar o desenvolvimento de uma região, é necessário que eles atuem em sinergia e juntos, para que assim se obtenha o efeito esperado, uma vez que os 3T’s são parâmetros interligados, e que separados poderão apresentar efeitos positivos, porém limitados. Por outro lado, atuando em sinergia, resultam em um avanço no desenvolvimento econômico regional. Assim, para melhor ilustrar essa situação (FLORIDA, 2011) traz como exemplo:

Os 3 Ts explicam porque cidades como Baltimore, St. Louis e Pittsburgh são incapazes de crescer apesar de seus amplos recursos tecnológicos e suas universidades de primeira linha: elas não são suficientemente tolerantes e abertas para atrair e reter os trabalhadores criativos mais talentosos. A interdependência dos 3 Ts também explica por que cidades como Miami e Nova Orleans não se saem muito bem apesar de serem mecas do estilo de vida: elas não têm a base tecnológica necessária. Os lugares mais bem-sucedidos – São Francisco, Boston, Washington, Austin e Seattle, por exemplo – reúnem os 3 Ts. Essas regiões são verdadeiramente criativas. (FLORIDA, 2011, p. 250).

A teoria dos 3T’s na visão do autor é relevante, já que permite o avanço do capitalismo e de constantes mudanças no cenário econômico, no mercado e local, permitindo a manutenção do desenvolvimento econômico através de seus agentes. O talento é representado pelas pessoas da comunidade com formação e instrução necessárias para alavancar a criatividade e desenvolver inovações. Já a tecnologia é o que permite utilizar ferramentas para concretizar o potencial criativo, o que também é importante para parametrizar o resultado econômico do setor. E, por último, a tolerância, que permite a capacidade de flutuação da região em análise,

estando sempre aberta a novos agentes, a mudanças nas correntes criativas e a constante busca por novas formas de expressar a criatividade.

Para Florida (2014), em sua teoria a tecnologia tem um papel fundamental, uma vez que permite ao modelo econômico vigente se modificar de acordo com as variações de mercado e manter-se em atividade. O talento também assume papel de protagonismo, pois permite que os agentes constantemente desenvolvam não só os seus meios de trabalho, mas também novas oportunidades e tipos de negócio. Por outro lado, a tolerância permite que o sistema em que a criatividade está inserida suporte essas variações, bem como as pressões internas e externas e, assim, mantenha o ambiente propício a novos negócios e processos criativos.

Destaca-se, ainda, outro fator importante no processo de atração de capital e mão-de-obra criativa que é a diversidade. O potencial criativo se estabelece em seres de diferentes grupos, etnias, nível cultural, educacional, entre outros aspectos. Um ambiente diverso e inclusivo tem muito mais chance de prosperar e se manter, uma vez que a criatividade emergirá de diferentes fontes e de diferentes maneiras. Florida (2014) destaca regiões como o Vale do Silício como *cases* de sucesso para o potencial criativo através da inclusão e da aceitação de indivíduos de fora daquele local.

Ressalta-se que, para que regiões consigam atrair e reter pessoas criativas e altamente qualificadas, o estilo de vida também é um fator preponderante nessa escolha. Os fatores mais usualmente verificados como custo de vida, moradia e oferta de emprego já não possuem mais o mesmo peso em uma eventual tomada de decisão. Fatores não relacionados ao trabalho ganham mais importância como, por exemplo, níveis de poluição, condições climáticas, segurança patrimonial e física, mobilidade e níveis de conectividade. Esses fatores fazem com que cidades e regiões que aspiram ser consideradas criativas busquem se preparar melhor através de sua infraestrutura e tecnologia, uma vez que esses pontos são fundamentais para que a classe criativa tenha condições de expor todo seu potencial criativo e estabelecer uma nova rede de negócios e meios de produção.

2.3 Origens da Economia Criativa

Para melhor explicar a origem da Economia Criativa e sua importância para a economia mundial, é importante destacar o trecho do texto do Relatório da Economia Criativa da UNESCO:

O termo 'economia criativa' foi popularizado em 2001 pelo escritor britânico John Howkins, que o aplicou a 15 setores, desde as artes à ciência e tecnologia. De acordo com as estimativas de Howkins, essa economia criativa valia US \$ 2,2 trilhões em todo o mundo em 2000 e crescia a uma taxa anual de 5 por cento. A noção é e continua a ser muito ampla, uma vez que abrange não apenas bens e serviços culturais, mas também brinquedos e jogos e todo o domínio da 'investigação e desenvolvimento' (I&D). Portanto, embora reconheça as atividades e processos culturais como o cerne de uma nova economia poderosa, também se preocupa com as manifestações de criatividade em domínios que não seriam entendidos como 'culturais'. (UNDP, 2013, p. 19-20, tradução nossa).

Para Howkins (2012), a criatividade por si só não tem valor econômico. Para se transformar em algo interessante ao mercado e às suas demandas, ela precisa ganhar forma de produto comercializável, necessitando de alguns agentes, como um mercado ativo com vendedores e compradores constantes, algum tipo de aparato legal para balizar os contratos, produtos e prestação de serviços e alguns outros parâmetros que formam um negócio basicamente. Essas são características que deram início à Economia Criativa.

Os principais estudiosos sobre o tema da Economia Criativa (HARTLEY, 2005; REIS, 2011; TEPPER, 2002; VENTURELLI, 2000) concordam que uma união de fatores e processos nos campos econômicos, sociais e culturais moldaram o caminho favorável para que a Economia Criativa se desenvolvesse. Dentre eles os mais importantes são a globalização que permitiu o encurtamento de distâncias, principalmente o trânsito de informações praticamente em tempo real e as novas mídias, especialmente pela explosão da internet e redes sociais, criando, assim, um mercado em que as demandas são ditadas não somente por necessidades básicas, mas também culturais.

Outro fator importante é a necessidade de obter novas formas de alavancar a economia e promover o desenvolvimento. Entende-se por desenvolvimento o processo de manutenção e garantia das liberdades humanas em seu sentido mais amplo. A liberdade faz parte do processo no desenvolvimento e não somente como produto ou conquista. Isso requer a garantia do indivíduo de tomar suas próprias decisões de modo consciente (SEN, 2000).

Logo, a busca por um modelo de desenvolvimento inclusivo requer mudanças nos meios de produção. Para Jones (2000), a mudança dos "paradigmas manufatureiros" para o "paradigma do conhecimento" vem garantir que o processo criativo, através da criatividade, esteja inserido no dia a dia das pessoas.

Na prática, Cohen *et al.* (2008) menciona que a Economia Criativa tem sua origem definida em duas fases distintas. A primeira nos anos 1970, nos Estados Unidos, através da influência sociocultural de cidades como Nova Iorque e Los Angeles e, em paralelo, o início do processo de substituição das atividades industriais na Europa.

Por sua vez, na outra fase, já nos anos 1990, os estudos buscaram analisar a relação e o impacto da Indústria cultural e da classe criativa na economia regional. Contudo, não existe um consenso sobre a exata origem da Economia Criativa em relação a localidade, mas estudos apontam a Austrália como precursora, quando o Governo passou a incorporar 13 setores como artes cênicas, áudio visuais, publicidade, design, entre outros. Tais segmentos têm por base o capital intelectual como pilar para buscar o desenvolvimento local, regional, geração de renda, inclusão, entre outros.

O documento criado denominado “*Creative Nation*” foi lançado em 1994 e foi o primeiro relatório contendo características associadas ao potencial criativo compiladas para este fim (DCA, 1994). Esse documento também expressa já uma preocupação implícita com a sustentabilidade, também tema dessa pesquisa, de uma forma sutil conforme passagem abaixo:

A revolução na tecnologia da informação e a onda de cultura de massa global potencialmente ameaçam o que é distintivamente nosso. Com isso, põem em risco nossa identidade e as oportunidades que as gerações presente e futuras terão de crescimento intelectual e artístico e autoexpressão [...] Temos que acolhê-la (a revolução da informação) como acolhemos a diversidade com a qual a imigração pós-guerra nos presenteou, reconhecendo que podemos transformar o poder notável dessa nova tecnologia em um propósito cultural criativo e democrático. Ela pode nos informar e enriquecer. Pode gerar novos campos de oportunidade criativa. (DEPARTMENT OF COMMUNICATIONS AND THE ARTS, 1994 *apud* REIS, 2011, p. 8).

Contudo, foi na Inglaterra que o termo ganhou ares de profissionalização já que pela primeira vez um governo criou um plano estratégico, realizando um mapeamento para os setores criativos da Economia (COHEN *et al.*, 2008). Como resultado, o governo britânico remanejou investimentos e fomentos à classe criativa impulsionando, assim, o referido conceito. O governo inglês classifica como criativos os seguintes setores: publicidade, arquitetura, mercado de artes e antiguidades, artesanato, design, design de moda, cinema, software, softwares interativos para lazer, música, artes performáticas, indústria editorial, rádio, TV, museus, galerias e as atividades relacionadas às tradições culturais (DEPARTMENT FOR CULTURE, MEDIA AND SPORT, 2001).

Ressalte-se que governo britânico, verificando o potencial econômico da Economia Criativa e a capacidade de transformar em dinheiro o produto dessas classes criativas, focou principalmente nos segmentos com maior potencial de acúmulo de capital na forma de direitos da propriedade intelectual. Esta que, mais tarde em suas pesquisas, foi apontada por Howkins (2012) como a “moeda”, ou seja, como a unidade de valor para a Economia Criativa. A intenção

da Inglaterra seria, no futuro, tornar-se um local de atração e retenção dos talentos criativos para que sua região fosse reconhecida como capital criativa do mundo.

A partir disso, derivou a noção de Economia Criativa a ideia das indústrias criativas, termo que representa a segmentação dos negócios incluídos na Economia Criativa. Em outras palavras, as indústrias criativas representam um subconjunto da Economia Criativa abrangendo os que ocupam posição dentro desse segmento e/ou área de suporte direto, como por exemplo, Finanças e Recursos Humanos (DCMS, 2016).

Ressalte-se, ainda, que essas indústrias representam uma fatia importante da economia atual, apesar da recessão e crise mundial que o mundo vem enfrentado, a Economia Criativa e suas indústrias têm demonstrado resiliência e conseguido manter uma estabilidade e até crescimento em alguns segmentos de Indústrias criativas no mundo (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD, 2018).

De acordo com o *Creative Economy Outlook* de 2018:

Para se ter uma ideia, o tamanho do mercado global de bens criativos se expandiu substancialmente de US\$ 208 bilhões em 2002 para US\$ 509 bilhões em 2015, de acordo com o relatório *Creative Economy Outlook*, publicado pela UNCTAD em 2018. Os principais setores de desenvolvimento e inovação da indústria criativa no mundo são o design, a moda e o cinema. (UNCTAD, 2018, *online*, tradução nossa).

O quadro das indústrias criativas no Brasil pode ser entendido através das principais vocações nacionais para algumas atividades, tais como música, artes, moda, publicidade, e outras mais tradicionais como, mídias sociais, internet e mercado digital. No cenário mundial, a internet tem se mostrado um divisor de águas para o mercado criativo, gerando empregos, renda e desenvolvimento.

Este novo cenário, com o avanço da internet, nos mostra uma mudança nas relações de trabalho e no tipo de empresas expoentes nesse novo mercado. As empresas digitais estão cada vez mais se destacando, uma vez que atuam como produto e como produtores de conteúdo para a Indústria Criativa. O relatório sobre o desenvolvimento das Indústrias Criativas no Brasil da Firjan SENAI (2019) corrobora com este momento:

A relativa resiliência dos empregos em Tecnologia se alinha à tendência mundial de digitalização – a emergência da economia digital e da indústria 4.0 tem tudo para constituir importante motor de crescimento no futuro, com novas tecnologias mudando as relações de trabalho e a lógica de geração de riqueza na economia. Em linha com esse cenário de valorização, a demanda por Programadores e Pesquisadores continua acentuada, mesmo diante da conjuntura econômica adversa. (FIRJAN SENAI, 2019, p. 12).

Em razão deste fenômeno, vários autores já propuseram a sua própria definição de Indústrias Criativas. Cada um deles destaca um ponto central e analisa por espectros distintos, como pelo viés econômico, da cultura, criativo ou social. Dentre as principais definições estão autores como Caves (2000), Jeffcutt e Pratt (2002), DCMS (2001), Hartley (2005), Howkin (2005), Jaguaribe (2006); Jeffcutt (2000), Blythe (2001), Matheson (2006), e Cornford e Charles (2001), conforme o Quadro 3.

Quadro 3. Definições da Economia Criativa.

"Atividades que têm a sua origem na criatividade, competências e talento individual, com potencial para a criação de trabalhos e riqueza por meio da geração e exploração de propriedade intelectual [...] As indústrias criativas têm por base indivíduos com capacidades criativas e artísticas, em aliança com gestores e profissionais da área tecnológica, que fazem produtos vendáveis e cujo valor econômico reside nas suas propriedades culturais (ou intelectuais)."	DCMS (2005, p.5)
"A ideia de indústrias criativas busca descrever a convergência conceitual e prática das artes criativas (talento individual) com as indústrias culturais (escala de massa), no contexto de novas tecnologias midiáticas (Tis) e no escopo de uma nova economia do conhecimento, tendo em vista seu uso por parte de novos consumidores-cidadãos interativos.	Hartley (2005, p.5)
"Em minha perspectiva, é mais coerente restringir o termo "indústria criativa" a uma indústria onde o trabalho intelectual é preponderante e onde o resultado alcançado é a propriedade intelectual."	Howkins (2005, p.119)
"[Indústrias Criativas] produzem bens e serviços que utilizam imagens, textos e símbolos como meio. São indústrias guiadas por um regime de propriedade intelectual e [...] empurram a fronteira tecnológica das novas tecnologias da informação. Em geral, existe uma espécie de acordo que as indústrias criativas tem um <i>core-group</i> , um coração, que seria composto de música, audiovisual, multimídia, software, broadcasting e todos os processos de editoria em geral. No entanto, a coisa curiosa é que a fronteira das indústrias criativas não é nítida. As pessoas utilizam o termo como sinônimo das indústrias de conteúdo, mas o que se vê cada vez mais é que uma grande gama de processos, produtos e serviços que são baseados na criatividade, mas que tem suas origens em coisas muito mais tradicionais, como o <i>craft</i> , folclore, artesanato, estão cada vez mais utilizando tecnologias de management, de informática para se transformarem em bens, produtos e serviços de grande distribuição"	Jaguaribe (2006)
"As indústrias criativas são formadas a partir da convergência entre indústrias de mídia e informação e o setor cultural e das artes, tornando-se uma importante (e contestada) arena de desenvolvimento nas sociedades baseadas no conhecimento [...] operando em importantes dimensões contemporâneas da produção e do consumo cultural [...] o setor das indústrias criativas apresenta uma grande variedade de atividades que, no entanto, possuem seu núcleo na criatividade."	Jeffcutt (2000,p123-124)
"As atividades das indústrias criativas podem ser localizadas em um continuum que vai desde aquelas atividades totalmente dependentes do ato de levar o conteúdo a audiência (a maior parte das apresentações ao vivo e exibições, incluindo festivais) que tendem a ser trabalho-intensivas e, em geral, subsidiadas, até aquelas atividades informacionais orientadas mais comercialmente, baseadas na reprodução de conteúdo original e sua transmissão a audiências (em geral distantes) (publicação, música gravada, filme, broadcasting, nova mídia)."	Cornford e Charles (2001, p.17)

Fonte: adaptado de Bendassoli *et al.* (2009).

2.4 Principais características da Economia Criativa

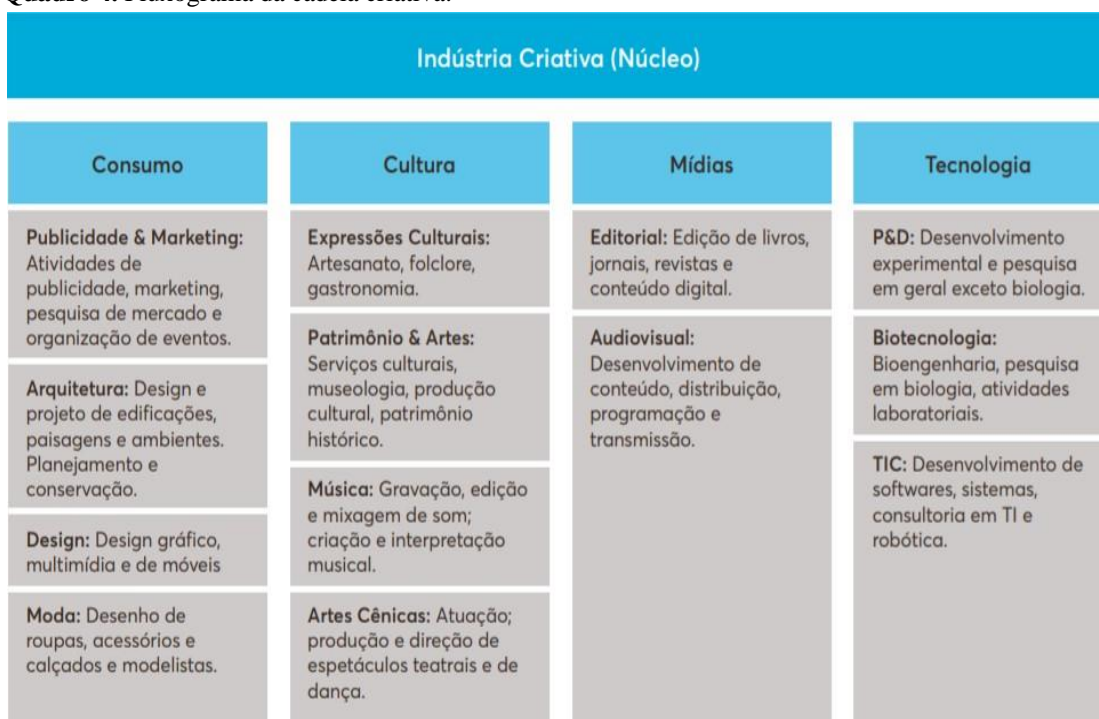
Uma das principais características das Indústrias Criativas é o fato do uso de capital humano e intelectual como matéria-prima (início de ciclo de produção tradicional). Esta definição surge no relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em que aborda este tema como "os ciclos de criação, produção

e distribuição de bens e serviços que usam criatividade e capital intelectual como insumos primários” (UNCTAD, 2008, p. iv, tradução nossa).

Sendo assim, é possível analisar a Economia Criativa na forma de cadeia. De acordo com Jaguaribe (2006), a Economia Criativa requer uma mudança no modelo de produção, em que passa a se valer do capital intelectual do indivíduo, na formação de ambientes de troca de experiências, conhecimento e cooperação. Essas condições propiciam um cenário favorável para a descentralização das atividades.

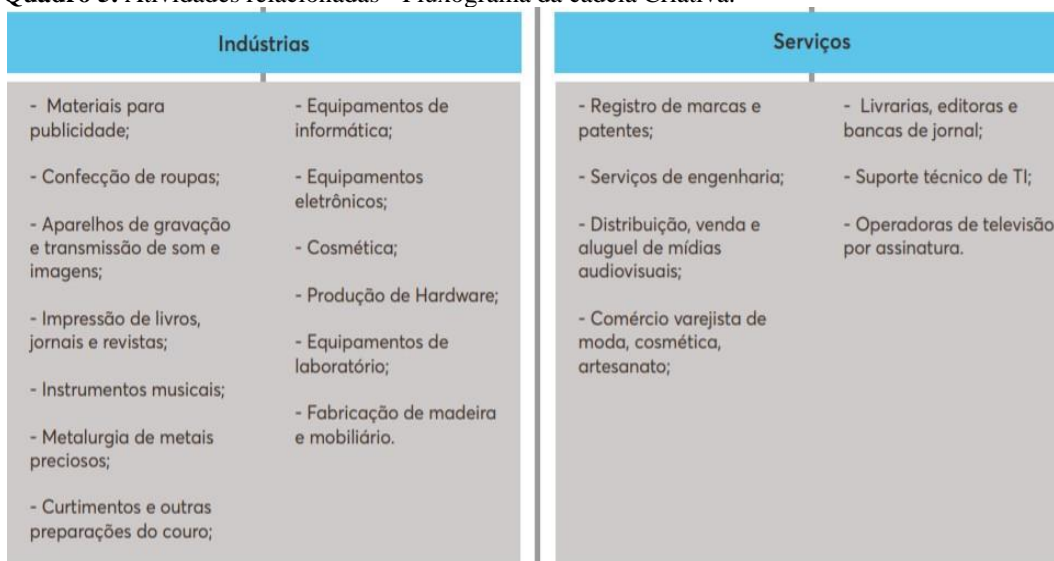
Essa característica permite, ainda, a pequenas empresas e empreendedores individuais utilizar a tecnologia da informação, o marketing digital entre outros para divulgar seus trabalhos, criar conexão e expandir seus mercados. Esta condição tem enfraquecido grandes corporações que tem na centralização uma forma de pressionar a classe criativa e seus consumidores em toda a cadeia, desde a produção até o produto criativo. Essa mudança vem transformando várias indústrias criativas, a exemplo da música, desde sua forma de produção com estúdios periféricos, até a sua distribuição na forma de plataformas digitais por assinatura (MOLTENI; ORDANINI, 2003).

Sendo assim, a definição de cadeia das Indústrias Criativas é composta por três partes fundamentais, quais sejam, núcleo, atividades relacionadas e apoio (FIRJAN SENAI, 2019). O núcleo das Indústrias Criativas são os serviços criativos propriamente ditos. Eles possuem como base o uso da atividade criativa em seus processos. São definidos por tópicos referentes ao segmento que atuam e sua representação. O Quadro 4 apresenta as principais atividades e núcleo da cadeia criativa:

Quadro 4. Fluxograma da cadeia criativa.

Fonte: Firjan SENAI (2019, p. 6).

Em sequência surgem as Atividades Relacionadas, estas que são caracterizadas pelas ferramentas utilizadas no processo criativo. Proveem os recursos necessários para a realização do serviço do núcleo criativo. Além disso, podem ser do tipo material como equipamentos de gravação, computadores, materiais de escritórios, materiais de usinagem, entre outros. Ou, também, serviços como comércio, registros de marcas e patentes, suporte de Tecnologia da Informação (TI), entre outros, como mostrado no Quadro 5.

Quadro 5. Atividades relacionadas - Fluxograma da cadeia Criativa.

Fonte: Firjan SENAI (2019, p. 6).

Por último, nesse fluxo aparece o segmento de apoio que vem suportar de forma indireta a atividade criativa. Em outras palavras, são o suporte de infraestrutura necessária para que o processo criativo aconteça. Os suportes vão desde construção civil, capacitação técnica, telecomunicações, ferramenta e maquinário, entre outros, como pode ser demonstrado no Quadro 6.

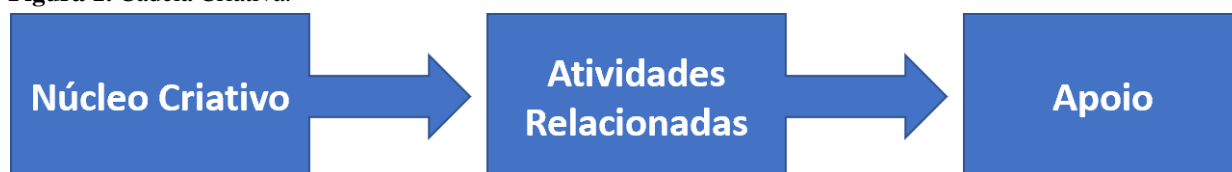
Quadro 6. Atividades de Apoio – Fluxograma da cadeia Criativa.



Fonte: Firjan SENAI (2019, p. 6).

Estes três segmentos formam a cadeia das Indústrias Criativas, em que o núcleo recebe diretamente os insumos e suporte das atividades relacionadas e de apoio, permitindo a atividade criativa desenvolver seu potencial de forma estruturada e com os recursos necessários. De acordo com Bendassoli *et al.* (2009), o esquema da cadeia das indústrias criativas é definido conforme a Figura 1.

Figura 1. Cadeia Criativa.



Fonte: adaptado de Bendassoli *et al.* (2009).

É importante obter o conceito de cadeias produtivas para compreender que o produto criativo precisa ter valor de mercado. As atividades oriundas da classe criativa visualizadas em forma de cadeia nas Indústrias Criativas permitem enxergar todo o processo e infraestrutura necessária para que a atividade seja desenvolvida desde sua fase inicial até o produto já entregue ao cliente. Para melhor explicar a importância de relacionar o produto das indústrias criativas em forma de cadeia, a definição de cadeia produtiva que exprime a ideia supracitada:

As cadeias produtivas resultam da crescente divisão do trabalho e maior interdependência entre os agentes econômicos. Por um lado, as cadeias são criadas pelo processo de desintegração vertical e especialização técnica e social. Por outro lado, as pressões competitivas por maior integração e coordenação entre as atividades, ao longo das cadeias, amplia a articulação entre os agentes. (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 466-467).

De acordo com o Governo Federal, através do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2016) este modelo permite: i) visualizar a cadeia de modo integral; (ii) identificar debilidades e potencialidades nos elos; (iii) motivar articulação solidária dos elos; (iv) identificar gargalos, elos faltantes e estrangulamentos; (v) identificar os elos dinâmicos, em adição à compreensão dos mercados, que trazem movimento às transações na cadeia produtiva; (vi) maximizar a eficácia político-administrativa por meio do consenso em torno dos agentes envolvidos; (vii) identificar fatores e condicionantes da competitividade em cada segmento.

As cadeias produtivas fragmentadas somadas ao processo de globalização com uso especial da internet para acesso a mercados globais podem oferecer uma maior possibilidade de expansão de produtos criativos, distribuição de renda e aumento do consumo de bens criativos, setores que, em 2008, de acordo com a UNCTAD, já contribuíam com 7% do PIB Mundial.

2.5 Principais barreiras para Economia Criativa

Partindo do ponto que a globalização facilita o processo de distribuição dos produtos e serviços criativos de forma acessível e com alcance a capacidade a vários pontos do globo, percebe-se um desequilíbrio de penetração da classe criativa em alguns pontos. O ambiente criativo tende a permanecer em locais com condições de infraestrutura mínima como mobilidade, conectividade, entre outros. Sendo assim, locais com melhor infraestrutura instalada e capacidade de melhoria em pontos de atração para capital criativo tendem a ser mais atrativos e se manter assim se não houver mudanças por parte da governança local. De acordo com Reis (2008), esse panorama mundial é constituído dessa forma e tende a permanecer assim. Para melhor ilustrar a Tabela 1 traz a quantidade de usuários de internet em 2009, e nota-se a distância entre países europeus e da América do Norte com relação a outras partes com menor estrutura de conexão.

Tabela 1. Estimativa populacional e uso de internet – Mundo e regiões.

REGIÃO	POPULAÇÃO ESTIMADA	USUÁRIOS DE INTERNET	PENETRAÇÃO (%)
África	991.002.342	67.371.700	6,8
Ásia	3.808.070.503	738.257.230	19,4
Europa	803.850.858	418.029.796	52,0
Oriente Médio	202.687.005	57.425.046	28,3
América do Norte	340.831.831	252.908.000	74,2
América Lat./Car.	586.662.468	179.031.479	30,5
Oceania/Austrália	34.700.201	20.970.490	60,4
Total	6.767.805.208	1.733.993.741	25,6

Fonte: World Stats. Estimativa populacional para 2009 com base em dados do US Census Bureau; número de usuários de Internet tem com fontes Nielsen Online, International Telecommunications Union, GfK e outros. Fonte: World Stats *apud* Reis (2011, p. 6).

Outro quadro desenvolvido por Reis (2011) para corroborar esse cenário de desequilíbrio é o Indicador de Analfabetismo Funcional (Inaf) (Tabela 2), que mostra uma redução considerável no analfabetismo absoluto, mas traz o dado que a população plenamente alfabetizada estagnou em 25% (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2009).

Tabela 2. Evolução de Indicador de Analfabetismo (Brasil 15 – 64 anos).

	2001/2	2002/3	2003/4	2004/5	2007	2009
Analfabeto	12%	13%	12%	11%	9%	7%
Rudimentar	27%	26%	26%	26%	25%	21%
Básico	34%	36%	37%	38%	38%	47%
Pleno	26%	25%	25%	26%	28%	25%

Fonte: Instituto Paulo Montenegro *apud* Reis (2011, p. 6).

Esses resultados podem ser interpretados de duas formas. A primeira é a dificuldade que a Economia Criativa encontraria para se desenvolver e atrair novos participantes em locais com taxa de analfabetismo muito alta e uma população que ainda não apresenta maturidade cultural para o ambiente criativo. O outro lado seria a possibilidade do mapeamento de necessidades e oportunidades de desenvolvimento por parte tanto da classe criativa quanto dos governantes em desenvolver estruturalmente seus locais. Assim, a possibilidade de realização de um desenvolvimento sustentável planejado fica muito mais latente.

2.6 Economia criativa e o desenvolvimento local

Para maior eficiência do processo criativo, este deve ser incluído desde sua concepção, assim os agentes de transformação mais importantes para o processo, isto é, as pessoas, são envolvidas na tomada de decisão desde o início, formando assim uma região voltada para as necessidades de seu povo e com manutenção das suas características culturais locais. Esse viés voltado ao desenvolvimento local pode contribuir com uma alternativa econômica, geração de renda, melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento local sustentável através da participação popular.

Fatores culturais também devem ser considerados, como por exemplo o ganho histórico, manutenção de laços culturais, preservação da raiz de um povo e desenvolvimento de produtos através do próprio conhecimento adquirido com tempo através de gerações, tornando-se um modo de gerar renda e desenvolvimento, uma vez que leva em consideração o crescimento local e os limites daquela região e comunidade (REIS, 2008).

Em consonância com a mencionada autora, Andrade (1998, p. 98) menciona que “é um composto de bens e serviços diversificados e essencialmente relacionados entre si”. Essas características alinhadas a Indústrias Criativas e sua capacidade de otimização de meios de produção e formas de fazer negócio podem trazer benefícios consideráveis a população local, conforme confirma a passagem “o tradicional não é resíduo do passado, mas, sim um conjunto de práticas sociais que se reproduzem por meio do trabalho e do poder de recriação de seus agentes” (DUNLOP, 2001, p. 60).

Nesse contexto, o capital criativo passa a ganhar importância para o desenvolvimento local uma vez que a capacidade de produção tradicional e exploração de bens e matérias primas estão em decadência, aqueles que baseiam seus negócios em cima da criatividade passam a ter um lugar de destaque no mercado buscando inovar sempre, trazendo uma visão moderna para o mercado tradicional (BOUND, 2008; REIS, 2008).

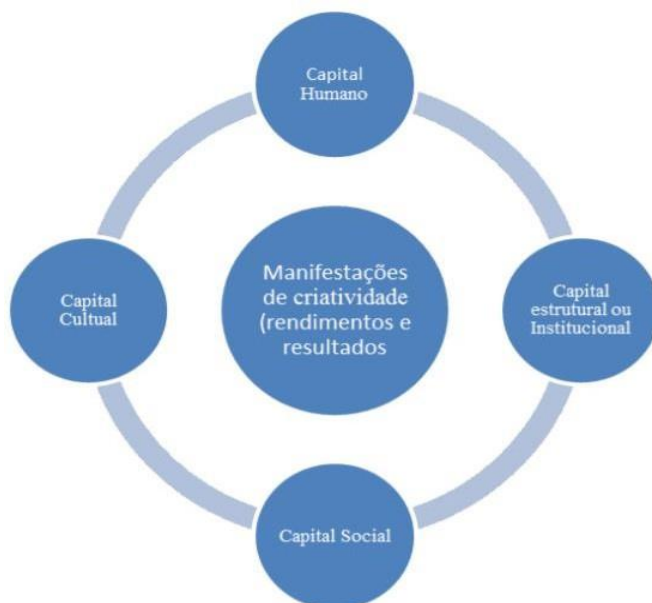
Contudo, o capital humano, apesar de apresentar desenvolvimento e crescimento em vários locais, traz consigo uma necessidade cada vez mais importante, qual seja, a de proteger suas criações, evitar reproduções ilegais (cópias) e que tenha seus direitos preservados (propriedade intelectual). Essa propriedade deve ser analisada sob a forma do direito recompensar não somente os criadores, mas também os proprietários desses direitos adquiridos diretamente. Esse debate chegou até as discussões na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION, 2007).

Esse movimento está diretamente ligado a uma crescente mudança dos interesses do mercado consumidor. Cada vez mais as pessoas estão buscando mais produtos únicos, com uma identidade em sua criação e que contém uma história. Esses produtos vêm na contramão da produção tradicional que busca produtos seriados, feitos a partir da busca por menores custo de produção e aumento da capacidade de inserção em vários locais ao mesmo tempo.

As buscas por este tipo de produto são carregadas do fator emocional na hora de decidir pela compra. Isto traz um diferencial do produto criativo regionalizado, uma vez que ele é carregado de emoções e diretamente ligado a história de seu criador desde a sua concepção, permitindo o consumidor estabelecer um vínculo histórico-afetivo com o produto, prevalecendo assim a busca pelo intangível processo, este denominado por Rifkin (2000) de “a era do acesso” ou por Jensen (1999) como a “sociedade do sonho” (REIS, 2008).

A questão da propriedade intelectual é muito importante para o uso da Economia Criativa como contribuição para o desenvolvimento sustentável, uma vez que partindo para um novo modelo de produção (pós fordistas) baseado no intangível como citado anteriormente, se faz necessário o entendimento em que o capital humano e criativo se relaciona com a busca por rendimentos e suas relações econômicas e sociais. Esta relação pode ser visualizada na Figura 2, que representa a relação dos fatores criativos e os capitais (BOMFIM; ROCHA; PEIXOTO, 2019; UNCTAD, 2010).

Figura 2. Relação dos fatores criativos e os capitais.



Fonte: adaptado de Bomfim, Rocha e Peixoto (2019) e UNCTAD (2010).

2.7 Propriedade Intelectual na Economia Criativa

O uso da criatividade como produto comercializável requer uma série de medidas para que seja considerado integrante da Economia Criativa. Como já citado em passagem anterior na pesquisa, Howkins (2012) em sua definição descreve o aparato legal como uma característica necessária para que o produto ou serviço criativo tenha segurança jurídica e esteja protegido contra cópias ilegais, reprodução não controlada, entre outros.

Assim, o direito à propriedade intelectual ganha importância e espaço na análise da Economia Criativa. Empreender através de bens intangíveis requer um arcabouço legal bem construído para que sejam garantidos a proteção ao criador, as criações e o direito à propriedade de quem adquiriu os bens criativos de forma legal, obedecendo todos os critérios requeridos dentro da legislação vigente.

Segundo a WIPO (2004), a Propriedade Intelectual se trata de um conjunto de direitos relacionados a criação humana, como as possibilidades de criação humana são muito amplas, a diversidade de natureza e características destas criações também o são. Assim, ainda que todos estejam debaixo do mesmo guarda-chuva, o da Propriedade Intelectual, se faz necessário agrupá-las e tratá-las de acordo com suas respectivas especificidades. (SILVA; SILVA, 2018, p. 310).

Devido a amplitude das relações humanas e de suas criações, a criatividade como produto gera uma série de cenários importantes para o Direito a Propriedade Intelectual. Como toda forma de economia, a Economia Criativa busca oferecer lucro aos seus agentes e, também como consequência dos seus modelos de negócio, tem como objetivo expandir a gama de produtos criativos e a quantidade de serviços ofertados. Por essa razão, a preocupação constante com os ativos da criação se faz presente. Ainda de acordo com as autoras acima mencionadas, pode-se destacar a passagem que corrobora com a afirmação supracitada:

Sendo, pois, a econômica criativa um resultante da equação composta pelo conjunto da economia, valores econômico, criatividade e os valores culturais, e que tem o intuito de gerar riqueza, impacto social e diversidade, empreender neste ramo requer o uso de estratégias capaz de manter o ciclo de criação, produção e distribuição de produtos e serviços criativos. [...]

E, uma vez compreendendo na economia criativa, onde a utilização da criatividade e do capital intelectual são a matéria prima, faz-se importante buscar meios que garantam que os direitos sobre os bens imateriais não sejam usurpados por outrem, tendo a utilização das ferramentas da propriedade intelectual, como uma das maneiras estratégicas para este fim. (SILVA; SILVA, 2018, p. 311-312).

Entende-se que é importante que os empreendedores e prestadores de serviços criativos entendam a dinâmica de suas criações e formas mais assertivas de modelo de negócios. O

entendimento da natureza jurídica dos produtos criativos é importante e se faz necessário para que, ao finalizar a criação de um produto, ele seja viável do ponto de vista das leis de proteção de propriedade intelectual. Assim, é importante que os principais pontos relacionados à propriedade intelectual sejam analisados.

Dentre eles destacam-se: a invenção, ou seja, o produto criativo e a relação que esse produto possui com as ferramentas de arquitetura, como por exemplo, uma obra autoral, ou um texto, ou uma imagem, ou um vídeo, entre outros. Ademais, tudo isso pode ser aplicado em formatos diferentes sendo necessário uma atenção com relação a essas possíveis abrangências. Por último, o ambiente em que aquele produto ou serviço será utilizado, sendo importante realizar uma completa análise de abrangência daquele produto e o tipo de ferramenta de negócio que ele será inserido (SILVA; SILVA, 2018).

É possível concluir que a Economia Criativa e sua vasta gama de produtos e serviços podem ter o Direito a propriedade Intelectual como um parceiro importante. A análise da natureza dos produtos criativos é um processo fundamental para garantir o direito sobre as produções por parte da classe criativa. Essa proteção também é muito importante do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, pois garante uma equidade de direitos e proteção para todos os agentes envolvidos.

O processo de amparo jurídico aos produtos criativos dá aos seus produtores a garantia que os seus processos criativos necessitam para serem desenvolvidos, distribuídos e multiplicados não somente localmente, mas também em esfera global, se necessário. Isso porque esses produtos criativos têm ganhado cada vez mais representatividade e importância não somente para os seus criadores, mas também aos consumidores.

Ao adquirir produtos ou serviços criativos, o consumidor está investindo em uma experiência única, carregada de emoções singulares e customizadas para si. Com isso, a proteção aos direitos de propriedade intelectual ganha ainda mais importância, uma vez que tratam do capital intelectual de seus criadores com os sentimentos de uma nova classe consumidora que deseja ter uma experiência personificada, única e carregada de sentimentos ao realizar o negócio. Assim, a propriedade intelectual traz a esfera jurídica para o desenvolvimento da Economia Criativa. Por consequência, isso remete ao campo das políticas públicas que acabou sendo necessário para que esses negócios, agora já tratados como produtos comercializáveis por várias esferas, tenham leis e ambientes políticos favoráveis para seu desenvolvimento.

2.8 Políticas públicas na Economia Criativa

Para que a implementação das Indústrias Criativas obtenha sucesso, uma série de fatores necessita ser considerado. Dentre eles um ambiente político favorável é fundamental para o sucesso da Economia Criativa em determinada região. Como já citado anteriormente na pesquisa em tela, Howkins (2012) cita o aparato legal para o estabelecimento de contratos e outros pontos. Sendo assim, é necessário que o Estado e seus governos tenham uma estrutura mínima para serem capazes de fornecer o ambiente necessário à construção e ao desenvolvimento da classe criativa.

Portanto, para que isso ocorra de acordo com Souza (2015, 2016), é preciso entender o conceito de capacidade estatal. Segundo o mencionado autor, a capacidade estatal é entendida como o conjunto de instrumentos e instituições de que dispõe o Estado para estabelecer objetivos, transformá-los em políticas e implementá-las (SOUZA, 2015, 2016). Logo, é necessário entender esse conceito para verificar a capacidade do estado de implementar essas medidas para a sociedade. Conforme Gomide (2016, p. 15) capacidade estatal são as “capacidades para definir legitimamente objetivos coletivos e implementá-los em relacionamento com a sociedade civil”.

Essas capacidades são diferenciadas em diversos aspectos. Para este estudo a capacidade analisada é tão somente a administrativa porquanto estuda as nuances necessárias para que o estado tenha infraestrutura necessária para implementar uma série de medidas políticas que facilitem a implementação para a Economia Criativa. Este movimento de verificação das características de infraestrutura burocráticas, capazes de permitir a implementação de uma série de políticas, são chamados de fatores estruturantes (AGUIAR, 2018).

Ainda de acordo com o autor, os fatores estruturantes servem para orientar o processo de implementação das políticas públicas para a Economia Criativa. Os fatores estruturantes são divididos em: instrumentos de planejamento, incentivos ao setor, estrutura organizacional governamental e relações intergovernamentais. Abaixo a passagem do texto que desdobra e explica a estrutura dos fatores estruturantes:

Os instrumentos de planejamento são ferramentas normativas formais que orientam as escolhas de políticas públicas e visam aumentar as chances de atingir as finalidades pretendidas, dentre eles estão: existência da economia criativa no Plano Plurianual (PPA), Plano Municipal de Economia Criativa, leis, decretos, portarias que regulamentam atividades de economia criativa, dentre outros. Os incentivos ao setor são todos os estímulos instituídos para alavancar a economia criativa, sendo analisadas leis, normas, portarias e decretos que estabeleçam incentivos ao desenvolvimento da economia criativa, seja por meio de benefícios fiscais, de arranjos produtivos locais, redes, ecossistemas no geral etc. A estrutura organizacional governamental diz respeito à forma pela qual o governo está organizado em torno da divisão de atividades e recursos com fins de cumprir os planos de governos e corresponde à existência (ou não) de órgãos gestores criados especialmente para implementar e monitorar a política de economia criativa, bem como seus objetivos e instrumentos, quais sejam: secretarias específicas, diretorias, espaços de concertação entre diversos atores. As relações intergovernamentais são as formas pelas quais ocorrem as relações entre os entes federados, no sentido de cooperação e da capacidade do governo central em estimular ou impor regras e programas entre as atividades de estados e municípios, nelas observou-se a existência de diferentes tipos de parcerias com os governos federal e estadual para promover incentivos ao desenvolvimento da economia criativa em âmbito municipal. (AGUIAR, 2018, p. 72-73).

Ressalte-se que um ponto importante para estruturação desses seguimentos é a escolha do local como ponto fundamental, já que envolve um atributo característico da Economia Criativa, a identidade regional e a cultura local dominante. Esse ponto remete à noção de desenvolvimento local já descrita na presente pesquisa e suporta o conceito do produto criativo. Isso faz com que o produto ou serviço criativo tenha um apelo cultural embasado também pelo viés da política pública.

Essa noção de espaçamento físico e geográfico não é somente pelas razões de demarcação espacial, mas também pela dimensão social, remetendo à criação de valores coletivos, ao desenvolvimento de mercado produtor local e alinhado também às dimensões culturais daquela região. O objetivo é fazer uma conexão com determinado valor sentimental, o qual já foi mencionado como outra característica dos produtos criativos (HOWKINS, 2012).

Para melhor entendimento da construção e implementação de políticas públicas referentes a Economia Criativa, Aguiar (2018) propõe a montagem de uma tabela para análise das características que compõem o ambiente político por dois vieses: o primeiro são os “fatores estruturantes”, que descrevem na tabela o que será analisado. Busca-se, assim, definir a eficiência das políticas, o texto, a significância, a parte técnica da confecção de políticas públicas. Já no segundo viés, “Categorias analíticas”, o como será analisado. Busca-se definir a métrica, a abrangência das políticas em desenvolvimento. Envolve-se a ética e a participação popular, permite verificar se as medidas estão promovendo o desenvolvimento local.

O Quadro 7 facilita a visualização das características descritas no texto.

Quadro 7. Sinóptico da abordagem de análise de políticas públicas de Economia Criativa.

Fatores estruturantes	Instrumento de Planejamento	Regulamentação	Plano Plurianual (PPA) – existência da Economia Criativa Plano Municipal de Economia Criativa Leis, decretos, portarias que regulamentam atividades de economia criativa, dentre outros	O que será analisado
	Incentivos ao Setor	Incentivos ao Desenvolvimento da Economia Criativa	Benefícios fiscais Arranjos produtivos locais (APL) Redes/Eossistemas	
	Estrutura Organizacional Governamental	Estruturas Organizacionais	Secretaria Diretora Espaços de Concertação Órgão gestores (implementação e monitoramento)	
	Relações Intergovernamentais	Parcerias	Parcerias com os governos federal e estadual para promover incentivos ao desenvolvimento da economia criativa em âmbito municipal	
Categorias analíticas	(1) Perspectiva do desenvolvimento	Multidimensional	Economicista Desempenho social (educação, saúde e etc.) Meio ambiente	Como será analisado
	(2) Endogeneidade	Participação	Heterogeneidade de atores	
		Normatividade	Regras decisórias que garantem que a heterogeneidade protagonize a decisão	
		Transparência	Informação sobre todos os aspectos da Administração Pública é o pressuposto fundamental da participação	

Fonte: Aguiar (2018, p. 76).

Assim pode-se ter um panorama da implementação de políticas públicas voltadas para a Economia Criativa. É necessária a verificação de várias estruturas e burocracias que permitam a classe criativa expor todo seu potencial em um ambiente seguro e propício para tal. Em síntese, as políticas públicas têm como objetivo final o de promover o ambiente socioeconômico mais favorável, garantir parcerias que fomentem o desenvolvimento de novos produtos e serviços e suportem a construção de uma comunidade participativa, com respaldo ético para que o desenvolvimento local seja fruto de um cenário organizado, justo e com uma estrutura organizacional sólida.

Em outras palavras, este é o conjunto de características que faz da Economia Criativa uma ferramenta interessante na busca por melhores condições de vida para a sociedade e busca por redução das desigualdades. A busca pelo desenvolvimento sustentável pode ter a Economia Criativa como aliada desde que respeitadas as características regionais e com a implementação de uma rede de infraestrutura e serviços de apoio no local desejado. Assim, no capítulo subsequente busca-se entender as principais dimensões acerca do desenvolvimento sustentável, para que assim seja possível estabelecer um conjunto de relações capazes de verificar a contribuição da Economia Criativa na busca pelo desenvolvimento.

2.9 Desenvolvimento sustentável e Economia Criativa

2.9.1 Entendendo o conceito de desenvolvimento

Para que melhor se possa compreender o termo desenvolvimento sustentável é necessário fazer primeiramente uma análise do conceito de desenvolvimento. De acordo com Furtado (1980), o desenvolvimento é dividido em dois vieses, um mais conhecido que tem por objetivo aumentar a produtividade através da força de trabalho visando o acúmulo de riquezas. Já o outro viés faz uma análise voltada para a sociedade e a busca por atender suas necessidades também através do uso de recursos e acumulação.

O conceito de desenvolvimento é oriundo da Economia, tendo como um marco importante para analisar o desenvolvimento econômico a obra de Adam Smith “A riqueza das nações” (1776), a qual demonstra o crescimento econômico através da expansão dos mercados gerando emprego e renda. A teoria de Smith descreve que, para se obter desenvolvimento, o desemprego necessita ser combatido, proporcionar aumento de renda para os trabalhadores e cada vez mais aumentar o número de pessoas empregadas. Contudo, este desenvolvimento na visão de Smith após um ciclo de expansão tende a chegar em uma fase estacionária como descrito em sua obra. Em concordância com o autor está Mota (1964) que afirma:

Seguindo o ‘curso natural das coisas’ o processo de desenvolvimento é gradativo e tende, dentro de certos limites, a perpetuar-se através do tempo. À medida que um país cresce, as suas atividades econômicas se vão diversificando e tornando-se cada vez mais interdependentes. Isto porque o capital acumulado pela comunidade se orienta sucessivamente para a agricultura, para a indústria manufatureira e para o comércio exterior. O processo atinge sua fase estacionária, quando o país alcança *the full complement of riches* que os seus recursos naturais e a sua situação com referência a outros países lhe permitem, neste ponto, embora sem retroceder, não lhe é possível avançar. (MOTA, 1964, p. 26).

Nesta análise, conclui-se que Smith (1776) não percebe o meio ambiente como um fator de destaque ou como recurso finito. O autor ainda analisa que as nações mais desenvolvidas tecnologicamente iriam desenvolvendo novas formas de exploração e, conseqüentemente, os recursos naturais não atingiriam um ponto de declínio para serem considerados um problema ao avanço do desenvolvimento. Conforme Corsi (2007):

[...] Smith concebe a riqueza de uma nação como um processo fundamentalmente social. A riqueza de uma nação não depende de sua dotação de recursos naturais. Qualquer que seja o solo, o clima ou a extensão do território de uma determinada nação, a abundância ou escassez do montante anual de bens que disporá, nessa situação específica, dependerá necessariamente das duas circunstâncias [...] primeiro, [da] habilidade, destreza e bom senso com os quais seu trabalho for executado; em segundo lugar, [da] proporção entre os números dos que executam trabalho útil e dos que não executam tal trabalho. (CORSI, 2007, p. 3).

Em suma, o desenvolvimento estará diretamente ligado a crescimento econômico, fenômeno esse descrito por Sachs (2004, p. 26) como “efeito cascata”. Porém, após a criação do IDH através do “Relatório do Desenvolvimento Humano” elaborado por Sen e Mahmud (UNDP, 1990) para o programa da ONU sobre o desenvolvimento (PNUD), ficou evidente que nem sempre o país mais desenvolvido economicamente e com acúmulo de riquezas será o país com melhores resultados práticos de desenvolvimento social. Existe nessa análise um descompasso entre a realidade do nível atingido por determinado país e seu padrão social (VEIGA, 2005).

Uma outra escola analisa essa questão sobre uma ótica diferente, defendendo que o desenvolvimento sustentável não altera o desenvolvimento econômico, e que os desenvolvimentos são tratados como utopias. De acordo com Sachs (2004, p. 26) “o desenvolvimento seria armadilha ideológica construída para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as maiorias dominadas”.

O que definiria a posição dos países de acordo com essa classe seria o PIB não permitindo que países alterem sua posição no ranking. Sendo assim, países em desenvolvimento só poderiam buscar sua própria sobrevivência e nenhuma questão desenvolvimentista seria alcançada (VEIGA, 2005).

E, por fim, existe uma terceira escola que trata as liberdades individuais como a principal forma de obtenção de desenvolvimento. Todos os direitos e escolhas individuais seriam preservados e a liberdade seria respeitada integralmente. A escolha seria feita por cada um, desde sua forma de decidir sobre seu futuro, bem como sobre os aspectos econômicos, sociais, educacionais, entre outros. Destarte, o entendimento acerca do desenvolvimento envolverá mais variáveis como educação, aspectos culturais, regionais, sociais e demais aspectos (VEIGA, 2005).

Como pode-se perceber, por vários anos os estudos apontavam que, obtendo crescimento econômico, o desenvolvimento seria em igual proporção. Essa solução foi adotada por diversos países na busca por melhores resultados socioeconômicos. Contudo, ao passar do tempo foi analisado que essa característica compreendia uma sociedade cada vez mais injusta

e distante da igualdade para seu povo. Para melhor comprovar esse desalinhamento e facilitar o entendimento sobre crescimento e desenvolvimento, Sachs (2002) desenvolveu o quadro.

Quadro 8. Padrões de crescimento.

	Impactos Econômicos	Impactos Sociais	Impactos Ecológicos
1. Crescimento desordenado	+	-	-
2. Crescimento Social Benigno	+	+	-
3. Crescimento ambientalmente sustentável	+	-	+
4. Desenvolvimento	+	+	+

Fonte: adaptado de Sachs (2002).

Na visão de Sachs (2002) somente o desenvolvimento entregaria à sociedade todos os fatores necessários para melhoria da qualidade de vida e a melhoria nos índices comparativos. Até meados dos anos 1960, o crescimento econômico era comparado ao desenvolvimento. Mas, alguns casos incrementaram a discussão com países ainda não tão desenvolvidos industrialmente e sem uma presença de riquezas tão abundantes, ou seja, o acesso dessas sociedades a bens culturais, educação básica e saúde começaram a surgir (VEIGA, 2010).

Outros autores foram importantes para desenvolver modelos de desenvolvimento econômico que ajudam no entendimento do modelo de desenvolvimento sustentável que será discutido a frente na presente pesquisa. Dentre eles, pode-se destacar Solow (1956) com sua Teoria do Acúmulo de Capital e Crescimento da Força de Trabalho e Alterações Tecnológicas, utilizando a poupança para alargamento de capital e avanço do crescimento. Ressalte-se, ainda, que outro autor muito importante é Schumpeter (1982) com a Teoria do Desenvolvimento Econômico através das inovações e novas formas de incremento à economia para busca de melhores resultados econômicos e, por consequência, o desenvolvimento.

Outro autor que possui uma visão importante sobre o desenvolvimento é Furtado (1984), trazendo consigo que somente avanços tecnológicos e o excesso de atenção sobre eles pode sobrepor as necessidades sociais e coletivas. Pode-se verificar a visão do autor na seguinte passagem:

A visão que tenho do desenvolvimento é a de um processo criativo, de invenção da História pelos homens, em contraste com o quadro mimético e repetitivo de que são prisioneiras as sociedades dependentes. Em nossa civilização, o processo de desenvolvimento se faz com crescente ampliação da base material da cultura e com enriquecimento do horizonte de expectativas do ser humano. Desenvolver-se é ascender na escala de realização das potencialidades dos homens como indivíduos e como coletividade. (FURTADO, 1984, p. 63).

Assim, com o passar dos anos e discussões sobre o tema, surge uma terceira corrente encabeçada por Sen (2000) em seus estudos sobre desenvolvimento como forma de liberdade. Para essa teoria, o desenvolvimento só seria possível se todas as formas de liberdades individuais fossem garantidas e respeitadas. O indivíduo é responsável pelo seu futuro e por suas escolhas. Assim, o entendimento de desenvolvimento não estaria preso somente a um índice ou critério como renda, riquezas, tecnologia, entre outros. Mas, levaria também em consideração todos os aspectos sociais, culturas e regionais, para que assim sejam respeitadas as individualidades de cada integrante da sociedade (SEN, 2000). De acordo com Sen e Mahmud (*apud* VEIGA, 2010), o desenvolvimento pode ser obtido se respeitadas algumas condições:

Na concepção de Sen e de Mahmud, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. E são quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível digno e ser capaz de participar da vida na comunidade. Na ausência dessas quatro, estarão indisponíveis todas as outras possíveis escolhas. E muitas oportunidades na vida permanecerão inacessíveis. Além disso, há um fundamental pré-requisito que precisa ser explicitado: as pessoas têm de ser livres para que suas escolhas possam ser exercidas, para que garantam seus direitos e se envolvam nas decisões que afetarão suas vidas. (VEIGA, 2010, p. 85).

Já Sachs (2004), através de estudos baseados nas definições de Desenvolvimento como liberdade de Sen, descreve a busca por satisfação pessoal, sucesso e felicidade como consequências do respeito às individualidades e escolhas e isto caracteriza o desenvolvimento na visão do mencionado autor.

Assim, com todas essas definições e autores fica evidente que o tema ainda requer refino e aprofundamento. Várias teorias e correntes foram elaboradas na tentativa de esclarecer e direcionar o desenvolvimento. Cada uma delas tem suas particularidades e apontam caminhos para o futuro. Contudo, fica evidente a necessidade de um caminho que leva além do crescimento econômico como base estrutural para o desenvolvimento. Com isso, os caminhos voltados para a sustentabilidade e suas dimensões vêm ganhando força e adeptos. Esta

construção passa necessariamente pelo entendimento de desenvolvimento sustentável que será apresentado na seção a seguir.

2.9.2 Desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável vem ganhando atualizações e versões ao longo dos anos. A definição mais usada é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (OXFORD, 1987, p. 43).

Este conceito está diretamente ligado aos conceitos de desenvolvimento estudados no capítulo anterior, pois tem como objetivo principal assegurar que os recursos utilizados da Terra não sejam levados à exaustão e esgotamento, garantindo assim a manutenção da vida para as gerações futuras. Então, o conceito de desenvolvimento sustentável abrange muito mais do que os recursos naturais, ou seja, possui uma importância direta na transformação de matéria-prima, nas mudanças climáticas, na manutenção da fauna e flora, aquecimento global e mudanças climáticas, entre outros.

Nas décadas de 1960 e 1970, em razão dessas preocupações, diversos pesquisadores, institutos de conservação e outros agentes iniciaram uma série de tratativas e eventos afim de discutir formas e meios de realizar as atividades produtivas e garantir a vida futura sem uma necessidade de total predação dos recursos ambientais e fontes naturais. Devido a várias crises econômicas e escassez de recursos, a preocupação com o tema sustentabilidade e ações antrópicas passaram a participar de discussões no âmbito político, social e econômico mundial (PIES; GRÄF, 2015).

Essas discussões levaram a criação, no ano de 1972, da Conferência de Estocolmo – Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Homem. Nesta Conferência foram discutidos temas como a degradação ambiental, ações antrópicas e esgotamento de recursos naturais por meio do crescimento econômico exacerbado.

Já no ano de 1987, o Relatório de Brundtland foi desenvolvido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988). Neste evento, a definição de desenvolvimento sustentável surgiu como mantra e missão para os países como alternativa às pressões sobre os sistemas naturais realizadas até então. A convenção teve como objetivo realizar uma mediação entre os países que possuíam entendimentos diferentes sobre o desenvolvimento econômico e seus desdobramentos. Assim, o relatório fomenta discussões

iniciais sobre uma nova forma de visão sobre a sustentabilidade em suas dimensões sociais, econômicas e políticas.

No ano de 1990, com a publicação pela ONU através do PNUD do Relatório de Desenvolvimento Humano, a necessidade de repensar o desenvolvimento fica mais evidente. O direcionamento para as políticas e ações acerca do desenvolvimento necessitam ser baseadas por outros valores que não somente os econômicos. Veiga (2015) traz em sua pesquisa um trecho que expõe bem a necessidade de repensar o desenvolvimento:

O desenvolvimento só pode ser definido pela ênfase nos fins, não no meio que mais tem contribuído para alcançá-los: o crescimento econômico de doze milênios, ou a generalização do crescimento econômico intensivo que começou há menos de dois séculos. Não faria nenhum sentido imaginar que o desenvolvimento pudesse ser definido apenas como crescimento econômico distributivo, mesmo que a distribuição vá bem além da renda e inclua a expansão de algumas das oportunidades essenciais, como acesso à educação e à saúde – sobretudo porque essa fórmula não deixaria de manter a confusão entre meios e fins. (VEIGA, 2015, p. 81-82).

Outros autores também elaboraram suas definições sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, dentre elas destacam-se:

[...] resultado da interação social em um determinado espaço, com bases culturais ‘cultivadas’ no decorrer do tempo, com finalidades econômicas e obedecendo às instituições reconhecidas naquela sociedade e considerando a manutenção do estoque ambiental existente (SILVA, 2006, p. 17).

Já Tarrega (2007) defendem que:

O desenvolvimento sustentável engloba mais que crescimento econômico e proteção ambiental, ele é calcado também na ideia de equidade social e bem-estar, que constitui o seu terceiro pilar. Já foi reconhecido que tanto a pobreza como a riqueza extrema pressionam o meio ambiente. Portanto, ao se falar em desenvolvimento sustentável, deve-se considerar também o desenvolvimento social, afinal, é plenamente possível que o crescimento econômico coexista com a pobreza disseminada. Ademais, com o desenvolvimento social as pressões sobre o meio ambiente diminuem, na medida em que o uso sustentável dos recursos naturais auxilia a realização da equidade social. (TARREGA, 2007, p. 21).

Já para Sachs (2002) o desenvolvimento sustentável, conforme citado anteriormente, compreende oito dimensões (sustentabilidade ecológica, econômica, social, espacial, cultural, psicológica, política nacional e internacional). Nos estudos posteriores, a dimensão ambiental é sempre mais aprofundada por lidar com as causas ambientais. Essa dimensão ambiental é objeto de estudo justamente por estar diretamente relacionada com o esgotamento de recursos naturais, colapso da natureza e mudanças climáticas.

Sobre a dimensão ambiental de acordo com Jacobi (2003):

[...] configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, a produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental. (JACOBI, 2003, p. 190).

Já para Sachs (1993) a dimensão ambiental tem como principal ponto o equilíbrio entre o uso dos recursos naturais e a substituição por novas fontes energéticas limpas, conforme definido na passagem:

[...] é necessário o uso de algumas alavancas, como a redução da quantidade de resíduos e de poluição, por meio da conservação e reciclagem de energia e recurso; o estabelecimento de regras para uma adequada proteção ambiental, assim como uma adequada escolha do conjunto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para assegurar o cumprimento das regras. (SACHS, 1993, p. 26).

Outra passagem importante é a de Freitas (2012) sobre a dimensão ambiental conforme abaixo:

Quer-se aludir, com a dimensão propriamente ambiental da sustentabilidade, ao direito das gerações atuais, sem prejuízo das futuras, ao ambiente limpo, em todos os aspectos (meio ecologicamente equilibrado, como diz o art. 225 da CF). [...] Em suma, (a) não pode haver qualidade de vida e longevidade digna em ambiente degradado e, que é mais importante, no limite, (b) não pode sequer haver vida humana sem o zeloso resguardo da sustentabilidade ambiental, em tempo útil, donde segue que (c) ou se protege a qualidade ambiental ou, simplesmente, não haverá futuro para a nossa espécie. (FREITAS, 2012, p. 64-65).

Portanto a dimensão ecológica tem profunda relação com o fato de como a humanidade tem se portado em relação ao seu lugar perante a natureza. É necessário acabar com a relação predatória por parte do homem e desenvolver uma relação de proteção para os ecossistemas e recursos naturais já tão finitos.

Partindo para outra dimensão importante, a econômica, da qual se busca o equilíbrio entre a produção de bens e serviços, acúmulos de capital e modelo atual de mercado, Freitas (2012) descreve que:

Dimensão econômica da sustentabilidade evoca, aqui a pertinente ponderação, o adequado *'trade-off'* entre eficiência e equidade, isto é, o sopesamento fundamentado, em todos os empreendimentos (públicos e privados), dos benefícios e dos custos diretos e indiretos (externalidades). A economicidade, assim, não pode ser separada da medição de consequências, de longo prazo. Nessa perspectiva, o consumo e a produção precisam ser reestruturados completamente, numa alteração inescapável do estilo de vida. (FREITAS, 2012, p. 65-67).

Já para Sachs (1993), a gestão dos recursos econômicos, para que se obtenha sucesso na busca por sustentabilidade, é a melhor alocação de recursos para as áreas mais necessitadas, uma maior intervenção do estado na economia suportando as classes mais necessitadas, principalmente as rurais e uma rede de investimentos pública e privada. Corroborando com a descrição segue a passagem:

[...] a sustentabilidade econômica extrapola o acúmulo de riquezas, bem como o crescimento econômico e engloba a geração de trabalho de forma digna, possibilitando uma distribuição de renda, promovendo o desenvolvimento das potencialidades locais e da diversificação de setores. Ela é possibilitada por alocação e gestão mais efetivas dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado nos quais a eficiência econômica deve ser avaliada com o objetivo de diminuir a dicotomia entre os critérios microeconômicos e macroeconômicos. (MENDES, 2009, p. 53).

Assim, a dimensão econômica ganha importância na busca pela sustentabilidade, pois atua diretamente como agente redutor das desigualdades, se viabilizada de forma justa e igual, ou pode, em contrapartida, atuar ampliando o abismo das desigualdades em caso da manutenção do sistema capitalista vigente e as práticas usuais de mercado.

Seguindo na análise das dimensões, surge a dimensão social, já amplamente discutida nos capítulos anteriores, como um divisor de águas para a qualidade de vida e manutenção das liberdades de uma sociedade (UNDP, 1990). Para melhor ilustrar a dimensão social e sua importância, a passagem descreve da seguinte forma:

O objetivo é construir uma civilização do 'ser', em que exista maior equidade na distribuição do 'ter' e da renda, de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições de amplas massas de população e a reduzir a distância entre padrões de vida de abastados e não-abastados. (SACHS, 1993, p. 25).

A necessidade de redução das disparidades faz com que a dimensão social seja um braço importante nessa jornada. Na dimensão social, o papel das políticas públicas ganha relevância, pois é nela que a preservação e manutenção dos direitos são estabelecidos. A sociedade tem a manutenção de suas liberdades como indivíduo garantidas nessa relação entre sociedade e governo. Ainda sobre a dimensão social vale observar o seguinte conceito:

Dimensão social, no sentido de que não se admite o modelo do desenvolvimento excludente e iníquo. De nada serve cogitar da sobrevivência enfastiada de poucos, encarcerados no estilo oligárquico, relapso e indiferente, que nega a conexão de todos os seres vivos, a ligação de tudo e, desse modo, a natureza imaterial do desenvolvimento. [...] Válidas são apenas as distinções voltadas a auxiliar os desfavorecidos, mediante ações positivas e compensações que permitam fazer frente à pobreza medida por padrões confiáveis, que levem em conta necessariamente a gravidade das questões ambientais. Nesse ponto, na dimensão social da sustentabilidade, abrigam-se os direitos fundamentais sociais, que requerem os correspondentes programas relacionados à universalização, com eficiência e eficácia, sob pena de o modelo de governança (pública e privada) ser autofágico e, numa palavra, insustentável. (FREITAS, 2012, p. 58-59).

Caminhando para o próximo tópico, a análise da dimensão espacial ou territorial tem como ponto central estabelecer as medidas para que o arranjo físico, urbano ou rural, garanta uma distribuição igualitária e justa, sendo amplamente estendida à sociedade, respeitando as classes em seus respectivos locais de origem e por consequência suas atividades laborais (SACHS, 1993).

Assim, em relação a dimensão territorial apresenta-se o seguinte conceito abaixo:

[...] busca de equilíbrio na configuração rural-urbana e melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e atividades econômicas; melhorias no ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais e elaboração de estratégias ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis a fim de garantir a conservação da biodiversidade e do ecodesenvolvimento. (MENDES, 2009, p. 52).

Outra dimensão que possui grande significância para esta pesquisa é a dimensão cultural. Para a Economia Criativa, a cultura, como já citado anteriormente, tem uma ampla gama de similaridades, sendo certo que uma atua na extensão da outra. As dimensões culturais são diretamente ligadas às Indústrias Criativas através de seus núcleos. Para Sachs (1993), a dimensão cultural tem a ver com a identidade cultural de uma região. Esta relação tem profunda ligação com produtos criativos e sua caracterização, uma vez que está ligada diretamente à criação dos produtos e serviços e aos consumidores ao estabelecerem um vínculo emocional direto com esta identidade. A passagem demonstra mais sobre essa relação:

[...] a busca das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de eco desenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local. (SACHS, 1993, p. 27).

Sendo assim a dimensão cultural traz benefícios para a sociedade que vão além das necessidades básicas de vida, já que garante acesso ao lazer, à educação de qualidade, às artes,

ao cinema, ao teatro, entre outros direitos. Isso possui impacto na melhoria da qualidade de vida das pessoas que passam a ter acessos complementares, porém muito importantes durante a vida. Garantem direitos a lazer e aumentam o leque de escolhas individuais aos seus cidadãos garantindo uma parcela maior de cidadania e seus direitos.

A análise da dimensão a seguir vem garantir à sociedade a participação no processo decisório e na manutenção da democracia. Traz para a sociedade a análise que o Estado deve manter para garantir o direito aos seus cidadãos. A dimensão política (nacional e internacional) coloca em evidência o papel do estado na proteção de seus recursos, da população e do território. Tem sua importância voltada para cooperação e diálogo entre várias regiões, estando diretamente ligada à liberdade coletiva e individual de sua população. A citação descreve um pouco mais sobre a importância dessa dimensão:

[...] na prevenção de guerras, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional e na aplicação do princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção da biodiversidade e da diversidade cultural; gestão do patrimônio global como herança da humanidade; cooperação científica e tecnológica internacional. (MENDES, 2009, p. 52).

A próxima dimensão também possui destaque para esta pesquisa, pois é a partir dela que é construída o arcabouço legal que ampara a Economia Criativa, seus atores, criações e produtos. Para a dimensão jurídica, observa-se a necessidade de desenvolvimento de instrumentos legais que promovam a proteção de ambientes naturais e seus recursos. Ela faz referência direta à preservação do planeta e da manutenção da vida. Entende-se que a dimensão jurídica tem como papel importante também garantir os direitos de seus cidadãos e a manutenção de seus deveres. Assim, essa dimensão possui importante relação com a Economia Criativa, pois, como analisado no capítulo de políticas públicas, é necessário que se tenha um aparato legal para garantir a proteção aos produtores, produtos e consumidores da classe criativa. Corroborando esse entendimento, Freitas (2012) menciona o seguinte.

[...] ecoa no sentido de que a sustentabilidade determina, com eficácia direta e imediata, independentemente de regulamentação, a tutela jurídica do direito ao futuro e, assim, representa-se como dever constitucional de proteger a liberdade de cada cidadão (titular de cidadania ambiental ou ecológica), nesse status, no processo de estipulação intersubjetiva do conteúdo intertemporal dos direitos e deveres fundamentais das gerações presentes e futuras, sempre que viável diretamente. (FREITAS, 2012, p. 67).

A próxima dimensão é complementar à dimensão jurídica e tem sua importância nas relações humanas exercidas pela sociedade como um todo. A dimensão ética tem sua

importância nas condutas humanas e na interação entre os indivíduos. É a dimensão ética que garante uma convivência harmônica entre as pessoas, garantindo que os desejos e vontades pessoais não se sobreponham sobre os interesses coletivos. Está ligada diretamente aos valores que compõem a vida em sociedade e tem um papel fundamental na relação de cooperação entre as pessoas e suas atividades. Freitas (2012) descreve a dimensão ética da seguinte forma:

A dimensão ética da sustentabilidade, desse modo, reclama, sem subterfúgios, uma ética universal concretizável, com o pleno reconhecimento da dignidade intrínseca dos seres vivos em geral, acima dos formalismos abstratos e dos famigerados transcendentalismos vazios. Ademais, uma concepção ética consistente da sustentabilidade é, por definição, a de longe espectro. Permite perceber o encadeamento de condutas, em lugar do mau hábito de se deixar confinar na teia do imediato, típico erro cognitivo dos que não entendem o impacto retroalimentado das ações e das omissões. [...] Em síntese, a ética da sustentabilidade reconhece (a) a ligação de todos os seres, acima do antropocentrismo estrito, (b) o impacto retroalimentado das ações e das omissões, (c) a exigência da universalização concreta, tópico-sistemática do bem-estar e (d) o engajamento numa causa que, sem negar a dignidade humana, proclama e admite a dignidade dos seres vivos em geral. (FREITAS, 2012, p. 68-71).

A dimensão ética também está ligada à Economia Criativa, de modo que, como o nome mesmo já faz referência, a “criatividade” é a matéria prima principal para suas indústrias. Então, a necessidade de respeito e cooperação com as criações por partes de seus agentes torna a ética como valor fundamental para criação de serviços, produtos e desenvolvimento de novos mercados criativos. Como a identidade cultural é uma característica dos produtos criativos, a ética e o respeito às criações em relação à multiplicação, cópias não controladas e pirataria é uma questão de sobrevivência para a classe criativa e seu desenvolvimento local.

Na sequência, realizar-se-á a análise da dimensão psicológica que possui importância no estudo das relações entre as outras dimensões. Possui papel de interligar as dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas. Conforme Mendes (2009), a dimensão psicológica permite a análise da relação do homem com o meio ambiente sendo de total importância para o entendimento da sustentabilidade.

Por fim, a última dimensão a ser analisada é a que possui como objetivo principal ser o divisor de águas na busca por novas soluções para os problemas ambientais, sociais e econômicos. A dimensão tecnológica vem se desenvolvendo em várias vertentes. Surge como oferta de novas ferramentas e instrumentos para a busca por melhores resultados em sustentabilidade e seus indicadores, tendo um papel fundamental na busca por novas fontes de energia limpa, melhorias na agricultura, pecuária e setor alimentício.

Tem na internet, mídias digitais e comunicação uma infinidade de recursos, serviços e possibilidades de desenvolvimento de novos modelos de mercado, trabalho e acúmulo de capital. Está presente na educação, através de centros de pesquisa de ponta, universidades e seus centros de pesquisa avançada que estão, diariamente, desenvolvendo novas soluções paratodas as áreas da sustentabilidade e da manutenção da vida no planeta, como na busca pelo acesso à infraestrutura básica, principalmente nos países mais pobres, como água potável, saneamento básico, medicina, entre outros.

A importância da dimensão tecnológica para a sustentabilidade pode ser descrita conforme trecho de Ferrer e Cruz (2017, p. 40): “Se a Sustentabilidade pretende a construção de um modelo social viável, já foi visto que, sem atender ao fator tecnológico, não se pode sequer imaginar como será essa sociedade. As clássicas dimensões da Sustentabilidade estão indefectivelmente determinadas por esse fator”.

Outra definição importante para a dimensão tecnológica conforme:

Os processos de eficiência que podem economizar energia e recursos, diminuir poluição, aumentar produtividade com distribuição equitativa de renda e evitar desperdício de capital, passam pela Educação e Inovação Tecnológica norteadas pela conservação ambiental. Mudanças em design de produto, a aplicação da tecnologia da informação em controle e medição, a utilização de novos materiais de baixo impacto ambiental, o aproveitamento de materiais reciclados, a agregação de valor a resíduos (emissão zero), o uso de substâncias de base natural e capacitação de trabalhadores conscientes do processo em que estão inseridos, são a plataforma de um desenvolvimento tecnológico ambientalmente saudável que podem diminuir nossa pegada ecológica. (CASAGRANDE, 2004, p. 3).

Sendo assim, pode-se observar que as dimensões da sustentabilidade, na visão de diversos autores, possuem grande importância para a manutenção da vida no planeta e suas relações. A Economia Criativa necessita das dimensões da sustentabilidade para que estabeleça suas relações e construa o caminho a ser pavimentado pelas Indústrias Criativas em conjunto com o desenvolvimento local e os interesses da comunidade. Estas relações são vitais para que a Economia Criativa possa atingir todo seu potencial e possibilitar aos seus agentes as ferramentas necessárias para implementação de novos modelos de mercado e produtos baseados em bens intangíveis.

Nesse contexto, a análise da Economia Criativa, como modelo viável para o desenvolvimento sustentável, é realizada de maneira muito mais eficiente e real. Vários pontos de interesse para a Economia Criativa são citados nas dimensões da sustentabilidade. Seus conceitos permitem uma análise muito mais assertiva para o desenvolvimento das Indústrias Criativas, levando em consideração as preocupações não somente ambientais, econômicas e

sociais de praxe, mas também todos os outros pontos de atenção pertencentes às outras dimensões analisadas na presente pesquisa.

Por fim, a revisão de literatura evidencia que poucos são os estudos no Brasil que avaliam as contribuições da economia e indústria criativas para o desenvolvimento sustentável. Apesar do tema sobre o desenvolvimento estar em evidência nas agendas dos países e das grandes empresas, ainda há muito campo para pesquisa e evolução nos processos para obtê-lo. Em outros termos, decorre daí a relevância de se estudar as contribuições da economia e indústria criativas para a promoção do desenvolvimento com igualdade de gênero, distribuição de renda mais justa, qualidade de vida e valorização do ser humano e preservação do meio ambiente.

Outra lacuna nos estudos no Brasil diz respeito à capacidade da economia e indústrias criativas de gerar trabalho de qualidade, uma vez que os meios tradicionais de geração de empregos e renda, através do Estado ou das grandes empresas, estão esgotados e, muitas vezes, possuem custos ambientais elevadíssimos.

A revisão de literatura evidenciou também que são poucos os estudos que discutem o papel da economia e indústria criativas como estratégia alternativa para a promoção do desenvolvimento local sustentável. Efetivamente, são poucos os estudos que demonstram ser a economia e indústria criativas recursos estratégicos para melhores resultados em sustentabilidade e, por consequência, a preservação do planeta. Daí a importância da pesquisa.

3 METODOLOGIA

3.1 Natureza da pesquisa

De acordo com o Minayo (1993) pesquisa pelo prisma da filosofia pode ser entendida como:

[...] atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados. (MINAYO, 1993, p. 23).

Essa pesquisa se caracteriza por ser de natureza aplicada, uma vez que pretende gerar soluções para problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais. Além disso, ela busca uma solução prática para os problemas concretos do cotidiano (BARROS; LEHFELD, 2000).

A partir deste pressuposto, a pesquisa faz a caracterização da Economia Criativa desde a sua origem, histórico e os principais aspectos, bem como sua aderência aos principais pilares para o desenvolvimento sustentável. Após esta etapa, realizamos, ainda, a análise dos principais aspectos em desenvolvimento sustentável e as dimensões da sustentabilidade. Com base neste levantamento conceitual buscou analisar como a Economia Criativa e suas Indústrias contribuem para o desenvolvimento sustentável e os objetivos da sustentabilidade.

3.2 Abordagem da pesquisa

Sob o ponto de vista da abordagem do problema, a pesquisa pode ser: quantitativa e/ou qualitativa. Segundo Prodanov e Freitas (2013):

- a) pesquisa quantitativa: considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc.);
- b) pesquisa qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta

não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave.

Em outros termos, os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém a ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, uma vez que os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, importando apenas é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991).

Ressalte-se, ainda, que a pesquisa qualitativa busca a explicação de fatos no contexto social que, possivelmente, estão relacionados a muitas variáveis. Com a finalidade de se ter uma visão mais detalhada sobre o tema, Knechtel (2014) relaciona essa análise à subjetividade, e os critérios que ele considera importantes para estudar são: as crenças, os valores, as motivações, as relações sociais, as atitudes, as estratégias e, por fim, os modelos de gestão.

No que diz respeito à abordagem do problema, é qualitativa porque a pesquisa buscou entender as relações entre variáveis, as quais se apresentam a Economia Criativa e a sustentabilidade. Primeiramente realizado um contexto geral dos dois temas, contextualizando sua origem, panorama socioeconômico, principais aspectos e suas dimensões. Esta análise conforme definição para pesquisa qualitativa sugere o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

A pesquisa busca trazer novos subsídios para o tema. Apesar dos temas estudados apresentarem materiais publicados e linhas de pesquisa já concretas isoladamente. A união dos dois temas pode trazer novas informações e contribuições para as duas áreas. Sendo que a busca por este resultado está diretamente ligada aos objetivos dessa pesquisa. De acordo com o autor, o objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991).

Os dados obtidos na pesquisa bibliográfica foram retirados de artigos nas bases da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) e o Banco de Teses e Dissertações (BDTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através de pesquisa nos respectivos portais através do uso de palavras-chave e filtros para maior acurácia da amostra.

A pesquisa também buscou evidenciar através de estatísticas socioeconômicas dados relativos à produção, mercado de trabalho, PIB, valor monetário, entre outros. Essa

caracterização tem como objetivo dar tangibilidade à pesquisa, bem como trazer, além da qualidade das informações da pesquisa qualitativa, um complemento importante para análise dos dados.

Tendo em vista que os temas pesquisados possuem dados secundários acerca de seus resultados e impactos, estes são o suporte na obtenção de resultados e na formulação das bases sobre a contribuição ou não da Economia criativa ao desenvolvimento sustentável. Os dados foram obtidos na pesquisa documental, através das fontes que realizam o mapeamento da Economia Criativa no Brasil como relatórios do Ipea, FIRJAN, Itaú Cultura, ONU e dados de pesquisa populacional realizadas por instituto de pesquisa e análises no país.

3.3 Propósito da pesquisa

A pesquisa, sob o ponto de vista dos seus objetivos pode ser classificada em exploratória, descritiva e explicativa:

- a) pesquisa exploratória: tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores (GIL, 2019). Proporcionar mais informações sobre o assunto que se pretende investigar. em geral, envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão (PRODANOV; FREITAS, 2013);
- b) pesquisa descritiva: quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados (GIL, 2019). Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento (PRODANOV; FREITAS, 2013). Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 2010). Segundo Gil (2019), a finalidade deste tipo de pesquisa é descrever a respeito de um fenômeno ou determinar relações entre variáveis e estabelecer a origem dessa relação;
- c) Pesquisa explicativa: tem como preocupação identificar os fatores que determinam para ocorrência de um determinado fenômeno (GIL, 2019). Quando o pesquisador procura explicar os porquês das coisas e suas causas, por aprofundar o conhecimento de determinada realidade (TRIVIÑOS, 2010).

Esta pesquisa pode ser classificada descritiva, pois realizamos o levantamento de uma série de informações sobre a economia e indústria criativa paulista. Nesta pesquisa descreve-se os fatos e fenômenos relativos à economia e indústria criativa, com o propósito de estabelecer relações entre a Economia Criativa e o desenvolvimento sustentável.

A pesquisa é explicativa na medida em que procura estabelecer relações entre a Economia Criativa e as várias dimensões da sustentabilidade. A pesquisa tem como objetivo verificar as contribuições das Indústrias criativas nos cenários referentes a sustentabilidade. Assim, a sustentabilidade, através de suas dimensões e características, servirá de parâmetro para os aspectos da Economia Criativa.

Tem por objetivo, ainda, explicar como os pontos encontrados nas Indústrias criativas conseguem suportar e, até mesmo, promover melhores resultados em sustentabilidade. Busca, também, entender como melhorias na produção e no mercado de trabalho dentro do ambiente criativo podem trazer contribuições positivas para a realidade sustentável local. Sendo assim, busca-se observar como os dados encontrados sobre Economia Criativa podem ser úteis na melhoria dos resultados locais nos pilares ambientais, sociais e econômicos, ocasionando, assim, um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável.

3.4 Coleta dos dados

No que diz respeito aos procedimentos técnicos para obtenção dos dados necessários para o desenvolvimento da pesquisa. Para tanto, faz-se uso pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica é aquela elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico (GIL, 2019).

A pesquisa documental é realizada a partir de material que ainda não foi estudado como, por exemplo, documentos da empresa e/ou informações disponíveis na internet. Face à natureza da fonte de dados, a pesquisa documental vale-se de documentos que não receberam ainda um tratamento analítico (GIL, 2019).

Sobre os procedimentos para coleta dos dados a pesquisa foi dividida em duas fases, primeiramente uma fase de pesquisa bibliográfica – Fase 1 e outra, dividida em pesquisa documental – Fase 2 conforme descritos a seguir.

3.4.1 Pesquisa bibliográfica

Para a pesquisa bibliográfica, primeiramente, foi realizada uma busca na literatura sobre os tópicos principais da pesquisa. A pesquisa foi definida pelo uso de palavras-chave, período de publicação e bases acadêmicas. As palavras-chave utilizadas foram: Economia Criativa, sustentabilidade, desenvolvimento. Além disso, também foi necessário realizar algumas variações por adição e radical para ampliar o espaço amostral do estudo. As palavras-chave foram pesquisadas combinando as palavras entre si e todas ao mesmo tempo para resultados mais assertivos. Ressalte-se que ao combinar todas as palavras de uma só vez a pesquisa retornou poucos resultados, conforme demonstrado a seguir.

A busca foi realizada na base de dados CAFe da CAPES. Sendo assim, a busca retornou 39 resultados com as palavras-chave citadas entre os anos de 1992 e 2021. Para melhor classificar os documentos de acordo com o objetivo da pesquisa foram inseridos mais filtros. A nova filtragem selecionou artigos dos últimos 10 anos e criou-se uma seleção por tema: negócios, ciências sociais, artes e humanidades e selecionados somente artigos científicos sobre o tema. Com a inclusão desses filtros a pesquisa resultou em 36 artigos.

Nesse contexto, foi realizada nova pesquisa dessa vez relacionando as palavras-chave Economia Criativa e desenvolvimento. A resposta obtida foi de 1.256 resultados. Para aumentar a eficiência da pesquisa foram inseridos filtros para busca por data, selecionando pesquisas dos últimos 5 anos. Com este filtro o resultado obtido foi de 486 resultados. Após essa fase, foram selecionados artigos em português, apresentando um resultado de 283 artigos.

Para aumentar o campo da pesquisa bibliográfica, foi realizada, ainda, uma pesquisa no BDTD, o qual apresentou um total de 166 documentos, divididos em 120 dissertações e 40 teses. Para balizar as pesquisas com os mesmos mecanismos de busca, foi inserido o filtro para selecionar documentos nos últimos 10 anos, cuja resposta encontrada foi de 138 resultados. Esses resultados foram separados por temas de interesse da pesquisa, ou seja, alinhados de acordo com segmento das Economias criativa e suas Indústrias, no cenário brasileiro e Desenvolvimento e sustentabilidade. Assim, as informações extraídas servirão de base conceitual para formulação e desenvolvimento da presente pesquisa.

A consulta bibliográfica estabeleceu a base para as diretrizes gerais das etapas posteriores. A revisão realizada viabilizou visualizar o panorama da Economia Criativa através de suas Indústrias no Brasil e suas principais áreas de atuação, e com isso obter o recorte dos segmentos de interesse e sua relação com o desenvolvimento sustentável.

3.4.2 Fase 2: pesquisa documental

Para Gil (2019) a pesquisa documental é caracterizada por alguns aspectos positivos, dentre os quais destacam-se: ter os documentos como uma fonte rica e estável de dados, sendo também estes documentos uma fonte importante de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica; e não exigir contato com os sujeitos da pesquisa. Sendo assim para a fase de pesquisa documental o estudo buscou se voltar para o levantamento de informações e dados técnicos e estatísticos.

Primeira, a realização de pesquisas e obtenção de dados socioeconômicos nas bases da ONU/UNCTAD sobre o cenário da Economia Criativa no Brasil e no mundo, além de um levantamento profundo das bases do sistema Firjan/Fiesp responsáveis no Brasil pelo mapeamento das indústrias criativas, seus principais segmentos e nuances.

Após esta fase, foi realizada pesquisa na internet com as palavras-chave citadas para o entendimento da infraestrutura que a cidade oferece, assim como outras formas da cidade prover suporte para os seus habitantes em suas rotinas diárias. Como por exemplo: rede viária, telecomunicações, conectividade, mercado de trabalho, todos pontos de interesse da classe criativa e itens responsáveis por atração e retenção desses talentos criativos.

E por último o exemplo do caso de SP, foram feitas consultas a pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), Rede nossa cidade para verificação das opiniões da população sobre índices importantes para a Economia Criativa, como qualidade de vida, mercado de trabalho, segmentos etc. Em seguida um levantamento de dados de secretarias de cultura, ministérios federais e órgãos públicos para verificação do cenário criativo na cidade de São Paulo. Além dessa verificação também foram observados programas e ações, calendários, eventos e movimentos populares voltados para a criatividade. As pesquisas foram realizadas conforme descrito no Quadro 9.

Quadro 9. Pesquisa bibliográfica e documental.

Pesquisa Bibliográfica (Artigos, teses e dissertações)	Livros e artigos	Economia Criativa
		Desenvolvimento Sustentável
		Sustentabilidade
Pesquisa Documental (Relatórios ONU/UNCTAD) sobre Econ. Criativa/Mapeamentos das Indústrias Criativas FIRJAN/	Caracterização Socioeconômica Secretaria municipal de Cultura	IBGE, IBOPE, Rede nossa SP
		Infraestrutura
		Programas e ações
	Sistema Firjan Sistema Fiesp ONU/UNCTAD British Council	Profissionais
		Mercado de Trabalho
		Segmentos
		Remuneração

Fonte: os autores.

Essa coleta de dados contribuiu com resultados fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa e estes foram tratados conforme o plano de análise apresentado no próximo tópico.

3.5 Análise e interpretação dos dados

Para Marconi e Lakatos (2003, p. 167), o núcleo central de uma pesquisa é a análise e interpretação de dados, sendo possíveis apenas após a manipulação de dados e obtenção dos resultados. Ainda para as autoras acima mencionadas, “a importância dos dados está não em si mesmos, mas em proporcionarem respostas às investigações”.

Sobre o plano de análise dos dados foram obtidos dados das Secretarias de Cultura, pesquisa populacional e outras fontes são relevantes uma vez que a infraestrutura do governo permite a classe criativa através de seus agentes desenvolver suas atividades de forma eficiente.

Através de uma revisão bibliográfica foi possível identificar os principais aspectos da Economia Criativa e sua aplicabilidade aos conceitos de desenvolvimento sustentável. Com isso foram identificados 13 segmentos criativos - considerando suas afinidades setoriais – agrupados em quatro grandes Áreas Criativas: Consumo (Design, Arquitetura, Moda e Publicidade & Marketing), Mídias (Editorial e Audiovisual), Cultura (Patrimônio e Artes, Música, Artes Cênicas e Expressões Culturais) e Tecnologia (Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, Biotecnologia e Tecnologias da informação e comunicação – TIC) (FIRJAN SENAI, 2019).

O mapeamento das Indústrias Criativas foi realizado sob duas perspectivas. A primeira é a da Produção, medida pelo valor gerado pelos estabelecimentos criativos – que não

necessariamente empregam somente trabalhadores criativos. A segunda é a do Mercado de Trabalho, na qual se faz uma verificação dos postos de trabalho e da remuneração de profissionais criativos, independentemente do fato de trabalharem na Indústria Criativa, na Indústria Clássica ou em qualquer outro ramo da atividade econômica nacional (FIRJAN SENAI, 2019).

Os dados apresentam um cenário apesar da crise econômica favorável a Economia Criativa em diversos aspectos. Onde destes dados podem ser aproveitadas para formulação dos resultados dados econômicos sobre as Indústrias criativas, seus setores de destaque, mercado de trabalho, planejamento estratégico, entre outros. A pesquisa buscará verificar quais dados obtidos sobre o cenário da Economia Criativa podem fomentar os principais conceitos de desenvolvimento sustentável, dimensões da sustentabilidade. O principal foco como já observado nos objetivos é analisar o potencial de contribuição da Economia Criativa para um desenvolvimento sustentável no Brasil.

As análises dos dados serão realizadas da seguinte forma: No referencial teórico os principais conceitos e dimensões da sustentabilidade serão analisados de forma que seja possível verificar em quais desses pontos os aspectos da Economia Criativa possuam algum tipo de interação e/ou contribuição para melhoria dos resultados em sustentabilidade. Unido a análise dos conceitos de sustentabilidade e suas dimensões no referencial teórico, conceitos e práticas de desenvolvimento sustentável serão analisadas e buscarão orientar em quais aspectos a Economia Criativa pode contribuir para a região de estudo e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A partir do aprofundamento dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento e relacionados com os principais aspectos da Economia Criativa, inicia-se a fase de cruzamento com os dados técnicos e de mapeamento obtidos com os relatórios e mapeamentos realizados pela Firjan SENAI e os outros órgãos.

O objetivo dessa fase é verificar em que pontos a Economia Criativa consegue promover resultados positivos e oferecer a região de estudo práticas eficientes em desenvolvimento sustentável. Os dados apresentados fornecem resumos que consideram a Economia Criativa como realidade internacional em cadeia produtiva. Isso facilita a categorização dos dados e demonstração dos resultados. Os dados da Firjan SENAI possuem fontes documentais que possuem total interação com as pesquisas populacionais e dados governamentais obtidos na pesquisa. Eles consideram as fontes conforme o Quadro 10.

Quadro 10. Fontes de dados.

Cadastro central de Empresas
Pesquisa industrial anual – empresa
Pesquisa anual de comercio
Pesquisa anual de serviços
Estatísticas econômicas das administrações públicas
Pesquisa de orçamentos familiares
Pesquisa nacional por amostras de domicílios Ministério do Trabalho

Fonte: adaptado de Firjan (2012).

Por fim todos os dados analisados e agrupados para melhor visualização e entendimento na forma de categorias de análise, estas que fazem parte da técnica de análise de conteúdo. Conforme Mozzato e Grzybovski (2011) análise de conteúdo devem variar entre o rigor da objetividade e a riqueza da subjetividade, tendo como propósito, ir além do senso comum e alcançar o rigor científico necessário. Sendo assim, para que a realização da pesquisa possa apresentar resultados de forma rica e lúdica os autores descrevem que a categoria de análise facilita a comparação entre dois diferentes casos, não definitivos e únicos, com objetivos de dar agilidade e qualificação do material de análise, facilitando a análise e interpretação dos dados, mas não diminuindo a atuação ativa do pesquisador.

Assim a criação de categorias para os principais grupos relacionados a sustentabilidade e desenvolvimento e assim elencado nesses grupos os aspectos pertinentes as Indústrias criativas e suas contribuições. Esses dados permitirão entender em quais grupos a Economia Criativa possui maior atuação e por consequência consegue contribuir de forma mais eficaz com os objetivos da sustentabilidade e desenvolvimento.

As categorias de análise separadas em forma de dimensões referentes a sustentabilidade permitem uma visualização clara dos pontos onde a Economia Criativa contribui com o desenvolvimento sustentável. Os principais pontos são explicitados e separadas de que a identificação dos aspectos mais pertinentes ao desenvolvimento sustentável fique evidente no texto. Com a criação das categorias de análise nos permite entender os pontos em comum dos aspectos analisados na Economia Criativa e como estes podem contribuir com uma ou mais categoria de análise, fazendo assim com que tenhamos resultados expressos de uma forma rica e lúdica.

4 RESULTADOS

Para a categorização dos resultados inicialmente foi realizado um levantamento de dados sobre a Economia Criativa em institutos como Firjan, Sebrae, Ipea, entre outros. Após essa fase, foi realizada uma análise sobre as Políticas Públicas que buscou em seus argumentos demonstrar os pontos de reflexão sobre a inserção de leis e incentivos sobre a Economia Criativa e Cultural. Esse levantamento tem como objetivo embasar o desenvolvimento dos resultados, dando consistência às propostas apresentadas. Por fim, demonstra-se o caso de São Paulo, um exemplo de localidade com um contexto mais avançado de Economia Criativa, com exemplos práticos e oportunidades de desenvolvimento. Neste subcapítulo foram verificados materiais como pesquisas de opinião, dados de qualidade de vida em órgãos de referência como Rede Nossa São Paulo em parceria com IBOPE. Os dados apresentados sobre o Estado de São Paulo refletem como a sociedade, a economia e o mercado de trabalho estão inseridos no contexto da Economia Criativa e desenvolvimento sustentável.

4.1 Economia Criativa e Sustentabilidade – Categorias de Análise

Para elaborar o diagnóstico e responder à questão de pesquisa, considerando o referencial teórico, definição do tipo de pesquisa e escolha da técnica de análise de dados, foram determinadas 4 grandes categorias de análise que abrangem as dimensões da sustentabilidade de forma agrupada para que os resultados estejam alinhados e demonstrem como estes podem contribuir com o desenvolvimento sustentável apontado nos objetivos do texto. Estas categorias formam definidas da seguinte forma:

- a) categoria 1: Dimensão Social;
- b) categoria 2: Econômico/Mercado;
- c) categoria 3: Ambiental e Cultural;
- d) categoria 4: Geográfica/Espacial .

Antes de explorar os dados das categorias de análise e seus dados específicos se faz necessário traçar um panorama sobre o material analisado. Os relatórios de institutos especializados como Ipea, Firjan, Itaú Cultural etc. formam a base do material analisado de onde foram extraídos os dados que dão tangibilidade a presente pesquisa. Já websites e dados de fontes do Governo e Cidade de São Paulo representados por pesquisas de opinião, dados sobre a qualidade de vida e dados complementares estatísticos dão suporte a esta pesquisa para demonstrar a visão da população local, suas principais necessidades e como a sociedade percebe

a infraestrutura da cidade, mobilidade, segurança, conectividade, entre outros, fatores estes que estão diretamente ligados ao desenvolvimento do ambiente que favoreça a implementação de setores criativos e atraia cada vez mais agentes dessas indústrias. Também foram utilizados dados sobre a Economia Criativa mundial como forma de comparação, sendo esses dados retirados de relatórios de agências e organizações como ONU/UNCTAD e organizações não-governamentais (ONGs), possibilitando, assim, traçar um paralelo da Economia Criativa e suas contribuições ao redor do mundo.

Ressalte-se que o Brasil ainda possui poucos levantamentos sobre a contribuição da Economia Criativa, apesar do Governo Federal já ter criado um observatório com essa finalidade. Contudo, esta secretaria, por ora, não estabeleceu grandes estudos e com as mudanças no cenário político nos últimos anos acabou não prosperando o trabalho de captação de dados por parte do seu Ministério responsável. Nesse contexto, os dados, em sua maioria, foram analisados através de compilados do setor privado como os observatórios de instituições financeiras, institutos de pesquisa e mercado.

O relatório de 2008 da UNCTAD, “*Creative Economy Report*” estimou que entre 2000 e 2005, o comércio mundial de bens e serviços cresceu a uma taxa média anual de 8,7%, e comentou que “esta tendência positiva ocorreu em todas as regiões e grupos de países. Economia criativa não é apenas indústria criativa” (UNCTAD, 2008, p. iv, tradução nossa). Ao medir o escopo da Economia Criativa, os analistas rapidamente perceberam que, embora seja relativamente fácil identificar a escala e o valor de setores como moda ou publicidade, esses dados não podem ser capturados em não criativo ou cultural.

A ponta do iceberg seria um grande erro. Embora seja difícil de medir, as pessoas chegaram a um consenso sobre uma das características básicas da indústria criativa: propriedade intelectual. A lei de propriedade intelectual é um catalisador para transformar atividades criativas em indústrias criativas: proteger os proprietários através de direitos de propriedade. As ideias, como outras leis que garantem o direito de propriedade ou imóvel, fornecem aos inventores de produtos e novos processos os meios para se beneficiarem de sua criatividade e planejam um arcabouço conceitual para empresas e criativos. Qualquer definição da Economia Criativa inclui o conceito de propriedade intelectual. Em 1998, o governo britânico definiu-o como “originário da criatividade individual, habilidades e talentos, e promovendo empregos e riqueza por meio da geração e uso de atividades criadas de propriedade intelectual” (NEWBIGIN, 2010, p. 15). Durante a décima primeira reunião em São Paulo em junho de 2004, a UNCTAD emitiu um comunicado afirmando: “Excelente expressão artística, abundância de

talentos e abertura a novas influências e experiências não fazem parte de um país rico” (NEWBIGIN, 2010, p. 51).

Se os devidos cuidados forem tomados, estas fontes de criatividade podem encontrar novas oportunidades para os países em desenvolvimento para aumentar sua participação no mercado global e entrar em novas áreas de criação de riqueza. O governo desempenha um papel importante no cultivo da criatividade. Mas, por definição, a economia se desenvolve de acordo com a criatividade das pessoas criativas, que por sua vez se desenvolvem de acordo com a cultura a que pertencem.

Com a redução do custo da tecnologia digital, que pode ser usada por todas as comunidades ao redor do mundo, a capacidade das sociedades e economias de liderar e salvar décadas de desenvolvimento econômico tradicional será muito melhorada. Devido à fusão única de raízes comerciais e culturais, a Economia Criativa criou vários contratemplos. Google e Wikipedia, os dois maiores índices no campo atual da Internet, são a prova disso. Os ativos do Google são superiores aos de outros países, ele concentrou uma grande quantidade de poder e dominou uma grande quantidade de conhecimento humano. Mesmo assim, é uma empresa privada que responde apenas aos acionistas. Essas duas empresas são produtos de tecnologias que mudaram o mundo. Ambos são produtos e eventos da cultura global. Ambos são símbolos da Economia Criativa e levantam novas questões: quem ou o que impulsiona a Economia Criativa. Quanto ao ganho de peso geral, quem se beneficiará? Serão aqueles que já são fortes. É possível que novos métodos de trabalho, novos produtos e serviços produzam uma nova ordem cultural e econômica que reflita o poder da democratização da Internet, em vez do paradigma corporativo que dominou o mundo nos últimos 50 anos.

Outra grande contribuição para esta pesquisa foram os dados obtidos através do Sistema Firjan, órgão que desenvolve o mapeamento nacional das indústrias criativas e as principais publicações de dados confiáveis no Brasil. O governo e cidade de São Paulo através dos seus gabinetes e sites também possuem alguns dados e publicações sobre o assunto. A seguir as categorias desenvolvidas a partir dos dados selecionados para esta pesquisa.

4.1.1 Categoria 1: Dimensão Social

Nesta dimensão analisamos a Economia Criativa como forma de inclusão e melhoria na qualidade de vida. São Paulo e Rio de Janeiro se mantêm na ponta na criação de postos de trabalho formais, remuneração e segmentos criativos. Cabe salientar que não somente nas empresas e indústrias criativas estão inseridos os trabalhadores criativos. Eles também fazem

parte das indústrias clássicas e possuem participação consistente no empreendedorismo. Outro fator que deve ser considerado na dimensão social é o alto grau de informalidade no setor criativo. Assim de acordo com Florida (2012) cabe salientar:

O trabalho voluntário ou não remunerado, a identificação de ocupações que ainda não foram codificadas, a informalidade e o fato de que muitos trabalhadores criativos exercem mais de uma ocupação dificultam o enquadramento tanto no recorte ocupacional como no setorial, embora afetem mais ao primeiro. (FLORIDA, 2011, p. 45).

De acordo com o mapeamento das Indústrias Criativas da Firjan em 2017, o Brasil contou com 837,2 mil profissionais criativos formalmente empregados. Mesmo com a retração da economia nas crises de 2015 a 2017 as Indústrias Criativas, trabalhadores criativos mantiveram sua participação no estoque da mão de obra formal brasileira: desde 2015, 1,8% de toda a mão de obra nacional atua na Indústria Criativa (FIRJAN, 2019).

Ainda de acordo com dados da Firjan, Tecnologia é a segunda maior área criativa (atrás somente de Consumo), respondendo por 37,1% de todos os trabalhadores criativos brasileiros. A Tabela 3 ilustra esses dados, mostrando os números de empregados e salários do mercado criativo no Brasil entre 2015 e 2017 de acordo com a Firjan SENAI.

O conceito de Economia Criativa e seu estabelecimento como disciplina é claro e relevante desde os anos 2000. Desde iniciativas distintas no início do século XXI o que vemos hoje é a Economia Criativa se estendendo às mais diversas esferas políticas. De fato, em termos de responsabilidade e gestão pública muitos governos estabeleceram ministérios secretários ou unidades especiais para lidar com as indústrias criativas como é o caso do Brasil hoje. Há agora uma secretaria de Economia Criativa dentro do Departamento de Cultura.

Tabela 3. Mercado criativo no Brasil entre 2015 e 2017.

Segmento	Empregos			Salários		
	2015	2017	Var. %	2015	2017	Var. %
Total mercado de trabalho	48.060.807	46.281.590	-3,7	R\$ 2.681	R\$ 2.777	3,6
Indústria Criativa	871.010	837.206	-3,9	R\$ 6.810	R\$ 6.801	-0,1
Consumo	382.444	366.352	-4,2	R\$ 5.919	R\$ 5.841	-1,3
Publicidade & Marketing	137.767	150.794	9,5	R\$ 6.820	R\$ 6.653	-2,5
Arquitetura	113.499	94.801	-16,5	R\$ 8.465	R\$ 8.385	-0,9
Design	81.863	76.090	-7,1	R\$ 3.293	R\$ 3.276	-0,5
Moda	49.315	44.667	-9,4	R\$ 1.905	R\$ 2.074	8,9
Cultura	66.954	64.853	-3,1	R\$ 3.164	R\$ 3.237	2,3
Expressões Culturais	26.815	28.403	5,9	R\$ 2.026	R\$ 2.218	9,5
Patrimônio e Artes	16.005	14.170	-11,5	R\$ 4.796	R\$ 4.743	-1,1
Música	12.416	11.478	-7,6	R\$ 3.092	R\$ 3.210	3,8
Artes Cênicas	11.718	10.802	-7,8	R\$ 3.615	R\$ 3.968	9,8
Mídias	104.450	95.562	-8,5	R\$ 3.887	R\$ 4.069	4,7
Editorial	58.281	54.678	-6,2	R\$ 4.534	R\$ 4.690	3,4
Audiovisual	46.169	40.884	-11,4	R\$ 3.069	R\$ 3.240	5,6
Tecnologia	317.162	310.439	-2,1	R\$ 9.616	R\$ 9.518	-1,0
P&D	167.486	156.012	-6,9	R\$ 12.137	R\$ 12.188	0,4
TIC	121.280	123.415	1,8	R\$ 6.986	R\$ 7.086	1,4
Biotecnologia	28.396	31.012	9,2	R\$ 5.986	R\$ 5.765	-3,7

Nota: Valores de 2015 a preços de 2017 (deflator: IPCA/IBGE).

Fonte: Firjan SENAI (2019, p. 13).

A Economia Criativa ainda é um conceito em evolução e diferentes definições e formas de medição e descrição foram propostas em todo o mundo. Howkins (2001) defende a visão de que a Economia Criativa se aceita na relação entre criatividade simbolismo e economia. Portanto a Economia Criativa é um conjunto de atividades econômicas que dependem do conteúdo dos símbolos dos quais a criatividade é o fator mais evidente na produção de bens e serviços. Esta forma pode descrever a Economia Criativa como uma disciplina diferente da economia cultural. A economia cultural está associada a aspectos econômicos culturais e sociais.

Tecnologia e propriedade intelectual interagem da mesma forma e estão intimamente ligadas ao turismo e ao esporte, relação. Porém do ponto de vista econômico a Economia Criativa é um segmento de mercado dinâmico e independentemente da forma de mensuração adotada sua taxa de crescimento do comércio mundial é superior à de outras economias.

Conforme relatado por Howkins (2001) a criatividade e os produtos e serviços baseados no conhecimento eram altamente elásticos em relação à renda e não afetaram adversamente o comércio mundial durante a crise. A Economia Criativa pode promover diversificação econômica renda comércio inovação e conviver com novas tecnologias especialmente tecnologias de informação e comunicação. Iniciativas baseadas em métodos econômicos criativos podem promover a revitalização de áreas urbanas devastadas e até mesmo o desenvolvimento de áreas rurais com patrimônio cultural. Em relação ao mercado de trabalho

e seus aspectos sociais e econômicos a literatura tem mostrado que devido ao apego cultural e à conscientização as ocupações criativas são geralmente mais remuneradas e associadas a empregos com melhor remuneração empregos com melhor qualidade e maior satisfação do que as ocupações convencionais e criativas.

Além disso é sabido que iniciativas culturais de ase que promovem a inclusão social podem ser utilizadas por métodos econômicos criativos e o desenvolvimento de uma série de indústrias criativas poderia reduzir a lacuna de gênero visto que mais mulheres trabalham no artesanato moda e afins. Além disso as indústrias criativas podem fortalecer a cultura identificando valores e tradições comunitárias ou nacionais. Além do papel de coesão e inclusão social essa valorização também pode criar apelo turístico. É assim que a Economia Criativa se conecta à cultura e ao turismo.

O outro caminho é vincular-se ao turismo cultural centrado no patrimônio. Uma abordagem econômica inovadora ajuda a desenvolver este tipo de turismo de forma racional e sustentável em como a proteger o patrimônio o ambiente e os interesses dos residentes. Portanto este artigo tem como objetivo contribuir para o debate sobre Economia Criativa sistematizando diversos conceitos e métodos de mensuração existentes e a seguir propondo diversos métodos de mensuração da participação da inovação e da Economia Criativa na economia brasileira.

Por esse motivo a Economia Criativa está conceitualmente ligada ao conceito de conteúdos relacionados como criatividade e serviços criativos indústrias criativas e indústrias culturais. Do ponto de vista da medição duas dimensões e dois métodos são usados. As dimensões são: divisão com destaque para o ramo de atividade e ocupação da empresa ou categoria criativa com destaque para a ocupação profissional em que o trabalhador está inserido e se é ou não criativo.

Esses métodos são a economia formal com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Raiz) do Departamento de Trabalho e Emprego (MTE) e a economia formal e informal com ase nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e IBGE. De resto tenta mostrar como a Economia Criativa está se tornando importante hoje para suas possibilidades no futuro. Seja pelos aspectos sociais e culturais seja pelos aspectos econômicos e sua influência nas demais áreas de atividade econômica. A análise asseia-se na literatura internacional e fornece uma imagem multidimensional do conjunto de segmentos de mercado que a constituem. O ponto principal é que por meio dessa análise é possível aprofundar o grau de intervenção do Estado para garantir o crescimento sustentável pois o Brasil é conhecido por sua riqueza e diversidade cultural que é um investimento a ase dessa atividade. De acordo com os dados fornecidos e de acordo com os critérios acima o tamanho da economia

criativa brasileira oscila entre 12% do PIB brasileiro. Comparando essa taxa com taxas observadas em outros países constatamos que o Brasil é muito inferior a países com desempenho significativo como França e Reino Unido. Assim a “intensidade inovadora” do país pode ser considerada baixa embora pelo menos em algumas operações seja grande o suficiente para aumentar substancialmente esse percentual. A análise do lado formal representado pelo Valor Agregado (VA) da Economia Criativa permite perceber que sua taxa de crescimento é superior à de outras economias portanto a Economia Criativa ampliou sua participação no VA total e no PIB. No entanto esta análise é baseada apenas em três anos e mais observações são necessárias para confirmar a tendência. Por outro lado, há uma diferença significativa entre o número de empregos formais na Economia Criativa e o número de empregos formais na economia brasileira. Os trabalhadores criativos têm níveis mais altos de educação e salários mais altos. No entanto sua taxa de transferência de emprego é superior à do trabalhador brasileiro médio. Na avaliação das dispensas essa distinção adquire maior importância o que era de se esperar pois essas dispensas vislumbram o cerne de uma carreira criativa enquanto as dispensas departamentais dão preferência à visibilidade das atividades comerciais ou seja trabalhadores em carreiras criativas independentemente de a empresa.

Esses dados também nos permitem analisar a distribuição espacial dos trabalhadores criativos. Eles estão concentrados nas grandes cidades principalmente nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. No entanto a teoria prevê que o trabalho criativo se concentre em grandes centros. Do ponto de vista interno os dados mostram que os V&S componente da indústria criativa são principalmente distribuídos nos meios de comunicação promocional editorial e impressa em como nos chamados novos meios de comunicação. Eles representam 801% do VA gerado pela Economia Criativa.

As áreas com maior número de funcionários são serviços criativos design e publicação e mídia impressa. Eles representam 75% dos empregos na Economia Criativa. Quando a análise ampliada também considera o mercado informal uma vez que o dinamismo da Economia Criativa corresponde à maioria das atividades econômicas é difícil deslocar setores e campos da Economia Criativa para a classificação profissional e as atividades da PNAD.

Mesmo assim estima-se que a Economia Criativa represente aproximadamente a 3ª força de trabalho e a 6ª massa salarial do Brasil. As comparações entre os perfis de emprego oficial e do mercado comum (formal e informal) mostram que como em outras economias a força de trabalho formal na Economia Criativa é O tenha uma educação melhor e ganhe mais dinheiro. No entanto deve-se enfatizar novamente que essas estimativas da PNAD apresentam certas limitações metodológicas. Para uma análise mais aprofundada o estudo enfatiza que é

necessário olhar em duas direções. A primeira é fazer um estudo específico da Economia Criativa e o captar sua dimensão informal. Todas as análises aqui apresentadas sobre o mercado de trabalho formal o VA e o mercado de trabalho em particular sofrem com as dificuldades metodológicas inerentes à adaptação dos estudos existentes sim o capital não se pretendia originalmente para resolver o problema da Economia Criativa.

Um estudo específico deste segmento de mercado pode descrever de forma mais precisa os aspectos econômicos e sociais da área de estudo ajudando assim a identificar as políticas mais adequadas para promover a economia leve. A segunda é realizar pesquisas de mercado de trabalho em atividades econômicas criativas. Ele terá que se aprofundar em duas questões: rotatividade de funcionários e disparidade salarial. Quanto ao rácio de receita parece que os criadores mantêm menos os seus empregos. É importante entender se isso se deve à instabilidade inerente às profissões criativas ou pode indicar uma escassez de mão de obra uma vez que estão dispostas a deixar seu cargo atual em busca de maiores salários. Por diferenças salariais sabemos que os trabalhadores da Economia Criativa ganham mais.

O escopo da Economia Criativa é determinado pelo tamanho das indústrias criativas. Isto, no entanto, há uma considerável inconsistência na definição de indústrias criativas. Divergências na literatura acadêmica e nos círculos de tomada de decisão, especialmente em conceito paralelo sobre indústrias culturais, às vezes distinguir indústrias criativas e indústrias culturais, esses dois termos são usados ocasionalmente vagamente. Uma maneira de diferenciar é definir commodities e atender a essas indústrias (STONEMAN, 2010).

Segundo a UNCTAD (2010), o conceito de “produto cultural” pode ser se o conceito de “cultura” em seus aspectos antropológicos ou em seu significado funcional. bens e serviços culturais, como obras de arte, performances musicais, filmes, literatura e programas de tv e videogames, compartilhar, as seguintes características: Sua produção requer a participação expressiva da criatividade humana, portanto, resultado, conteúdo simbólico; eu sou os portadores de informação simbólica de quem os consome, ou seja, eles não apenas uma ferramenta de comunicação, desde que, além disso, eles têm um propósito maior; e contêm, pelo menos potencialmente, alguns direitos de propriedade intelectual, atribuível a uma pessoa ou grupo que produz um bem ou serviço.

Definições alternativas ou adicionais de “bens e serviços culturais” são derivadas de Considere o tipo de valor que eles representam ou produzem. Ou seja, pode-se mostrar que esses bens e serviços têm algum valor cultural além de valor comercial que possam ter, e esse valor cultural não pode ser medido em moeda. Em outras palavras, várias atividades culturais

os tipos de bens e serviços que produzem são valorizados por razões sociais e culturais isso pode complementar ou ir além de uma avaliação puramente econômica.

Essas razões podem incluir considerações estéticas ou atividade contra a compreensão da comunidade sobre a identidade cultural. Se os valores culturais podem identificação, que pode ser usada como uma característica observável para distinguir entre mercadorias e serviços culturais, em oposição a diferentes tipos de bens. Bens e serviços culturais definidos de uma ou ambas as formas podem visto como um subconjunto da categoria mais ampla, que pode ser chamada de “bens e serviços criativos”, cuja produção exige um alto nível de criatividade e conteúdo simbólico. Assim, a categoria criativa vai além de bens e serviços a cultura definida anteriormente inclui produtos como moda e software. Estes últimos podem ser vistos como produtos comerciais por natureza, mas sua a produção envolve um certo nível de criatividade.

Como todos sabemos, a Economia Criativa pode ser medida em duas dimensões: um departamento e ocupação. De acordo com a dimensão do departamento, o que importa é o departamento como está a empresa e se este é um setor típico da Economia Criativa. Em vez disso, de acordo com a dimensão ocupacional, o interesse reside na ocupação do trabalhador. e se esta é uma carreira típica na Economia Criativa. Portanto, pode haver quatro casos, conforme mostrado no Quadro 11.

Quadro 11. Recortes de mensuração da Economia Criativa.

	Emprego em indústrias criativas	Emprego dentro das outras atividades	Total
Emprego nas ocupações criativas	Criativos especializados	Criativos embutidos	Emprego total em ocupações criativas – recorte ocupacional
Emprego em outras ocupações	Ocupações de apoio	Outros empregados	
Total	Emprego total em indústrias criativas – recorte setorial		

Fonte: Florida (2011, p. 18).

A situação é que os trabalhadores em ocupações criativas trabalham em empresas cuja atividade final se enquadra na definição de Economia Criativa - por exemplo, participação em uma estação de televisão. De acordo com Florida (2011), são exemplos de especialização. No sentido que, o caso em que o agente criativo não funciona para empresas cuja atividade principal é proeminente criativo. Um exemplo é um designer que trabalha em uma montadora. Esses trabalhadores são chamados de “criativos incorporados” por Florida (2011).

A terceira situação é que nem a ocupação nem a empresa estão no campo Economia Criativa. Finalmente, uma quarta situação são as ocupações de apoio, aqueles trabalhadores em ocupações não criativas em empresas criativas. Um exemplo é contador de televisão. Deve-se

notar que não está claro na literatura a superioridade de um sobre o outro. Existem também algumas dificuldades associado a cortes de carreira ou aulas criativas.

No entanto esse fato pode ser atribuído em grande parte à sua melhor educação. Então há realmente um salário vinculado à Economia Criativa. Isso acontece com anúncios integrados e profissões auxiliares. Devem ser realizadas verificações estatísticas sobre a escassez de mão-de-obra. Eles poderão confirmar ou refutar as hipóteses da literatura sobre a qualidade dos trabalhadores e suas ocupações em como sobre a dinâmica do mercado de trabalho da Economia Criativa.

Por fim os conjuntos de dados analisados permitem prever a necessidade de aumentar a participação das indústrias criativas nas políticas públicas da economia brasileira visto que são representativas das profissões de maior renda e maior escolaridade demora possuam um multiplicador efeito em termos de geração de empregos e renda. Além disso essas políticas públicas devem ser estendidas a outras regiões capazes de refletir a riqueza e a diversidade das culturas reduzindo a concentração de atividades na região.

4.1.2 Categoria 2: Econômico/Mercado

No mundo complexo do início do século 21, enfrentamos graves desafios, como polarização e desigualdade econômica. Portanto, devemos formular estratégias adequadas para dar pleno uso ao potencial criativo para lidar com os desafios culturais, econômicos, sociais e tecnológicos que enfrentamos. Nesse contexto, como principal elo entre cultura, economia e tecnologia, o conceito de Economia Criativa tem se tornado cada vez mais importante em todo o mundo.

Nosso mundo está cada vez mais cheio de imagens, sons, símbolos e ideias. Essas imagens, sons, símbolos e ideias criaram empregos, mais riquezas e novas culturas. O Reino Unido sempre foi líder no desenvolvimento da Economia Criativa, não só sendo o motor da economia, mas também um promotor da inclusão, do desenvolvimento e da diversificação social. Em uma época em que os criativos em todo o mundo estão mudando a maneira como produzimos e trocamos bens, serviços e cultura, ninguém pode alegar ter o monopólio do conhecimento. A publicação (e sua série) é uma contribuição ao nosso conhecimento coletivo e experiência neste setor muito novo e importante.

Diz-se que a “Economia Criativa” ocupa uma posição importante na crescente economia global do mundo. Mas quinze anos atrás, os termos “Economia Criativa” e “indústrias criativas”

nem existiam. A “indústria cultural” é tão antiga quanto os seres humanos. Claro, as empresas criativas trazidas pela mídia digital e milhares de tecnologias digitais são coisas novas.

Em um mercado global cada vez mais complexo, muitos produtos e serviços típicos também o fazem. No entanto, o desejo de criar coisas que transcendam as dimensões práticas (coisas bonitas ou que transmitam valores culturais por meio da música, drama, entretenimento e artes visuais, ou coisas que transmitam status social por meio do estilo e da moda) é tão antigo quanto os seres humanos. Sempre existirá pessoas que têm imaginação e talento para realizá-lo, e pessoas que estão dispostas a pagar por isso. Esta é a base da Economia Criativa. Eles são uma das raízes da atual “Economia Criativa”.

No entanto, o que as pessoas costumam chamar de Economia Criativa originou-se das antigas tradições culturais e industriais do trabalho - design, produção, decoração e performance começando com uma ampla gama de atividades de produção modernas, publicidade, design de roupas, design gráfico e mídia de imagem móvel. O mais importante é quando eles começam a ser abrangidos pelo poder da tecnologia digital. A Economia Criativa integra valores econômicos e culturais. Esta herança cultural extensa e complexa distingue a Economia Criativa de outros setores econômicos. Na verdade, as atividades culturais não foram incluídas como parte integrante da economia durante a maior parte da história humana. Abrange aquelas atividades nas quais as pessoas pensam quando param de trabalhar, mas não fazem parte de sua vida profissional. Ainda hoje, as indústrias criativas são a personificação do valor cultural e econômico. Além de seu valor de troca (que é a etapa final para encontrar o melhor nível de preço para bens e serviços no mercado) e seu valor funcional (determinado pelo seu uso diário), a maioria dos produtos e serviços das indústrias criativas tem “valor de desempenho”. Esse é um significado cultural e tem pouca ou nenhuma relação com seus custos de produção ou utilidade pública.

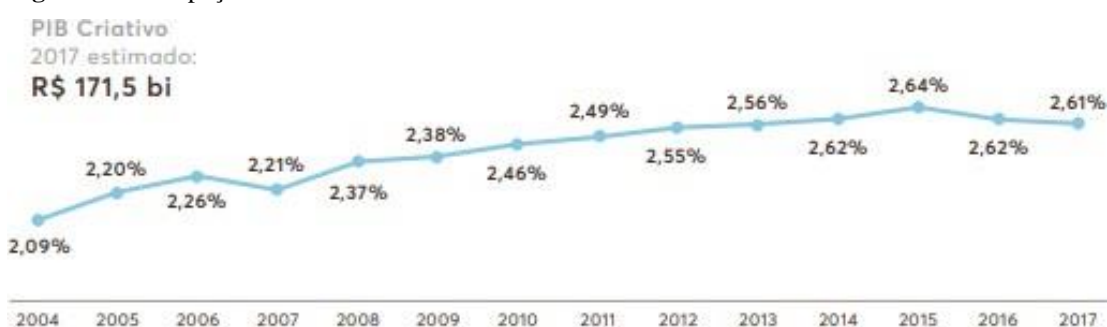
Por exemplo, uma bolsa de alta costura, um filme, uma marca de sucesso, um ícone religioso ou um novo design conceitual. Esse valor agregado pode não ter nenhuma importância de longo prazo - por exemplo, um acessório de moda desatualizado ou um slogan publicitário de sucesso do ano passado - ou pode desenvolver uma expressão de significado cultural, como um livro ou uma obra de arte. Este é um dos elementos que irão tornar o futuro diferente: o desempenho econômico das indústrias criativas britânicas, o economista Wil Hutton afirmou: “Ideias com valor expressivo geram novas ideias, divertimento e experiência; acumulam conhecimento e estimulam emoções” (NEWBIGIN, 2010, p. 14). Esta é uma das razões pelas quais a Economia Criativa é tão difícil de definir e medir. As indústrias criativas se recusam a medi-la como outros setores econômicos. É por isso que economistas e estatísticos nunca param

de discutir sobre sua definição e como estimar seu valor. Para complicar as coisas, muitos participantes ativos da indústria acreditam que não pertencem a nenhuma indústria.

Eles são mais propensos a se definirem como criadores, empresários, artistas e até ativistas sociais ao invés de trabalhadores industriais. Eles podem optar por não definir suas atividades em termos econômicos, mas as indústrias criativas também incluem algumas das maiores empresas do mundo, como empresas de software e grupos de mídia. Essas grandes e pequenas indústrias estão se tornando uma parte cada vez mais importante da economia global. Na reestruturação econômica e na sociedade, as empresas estão cada vez mais investindo em inovação. Antes era considerado um nicho de mercado, a Economia Criativa tornou-se uma parte importante da cadeia de produção e insumos relacionados capital, trabalho e matérias-primas, cada vez mais departamentos. Inicie o novo processo de produção e busque novos mercados e maior eficiência. Economia Criativa atualiza capacidades estratégicas de uma empresa de conquistar mais espaço significa. Existem mais empresas focadas na inovação e o aumento da demanda por trabalhadores criativos, além do aumento da rede de atividades secundárias manter.

Desde meados da década passada, pode-se observar a participação da indústria criativa em alta na economia nacional. No entanto, a situação da recessão dos últimos anos acabou por levar a um abrandamento desta tendência, tanto que desde 2014, esta situação tem sido de relativa estabilidade da participação criativa. Nos últimos quatro anos, a participação pouco mudou, em torno de 2,62%, com pequenas oscilações. Teve um pico em 2015 (2,64%). O PIB criativo foi responsável por 2,61% em 2017 de toda riqueza gerada em território nacional.

Figura 3. Participação do PIB Criativo no PIB Total Brasileiro – 2004 a 2017.

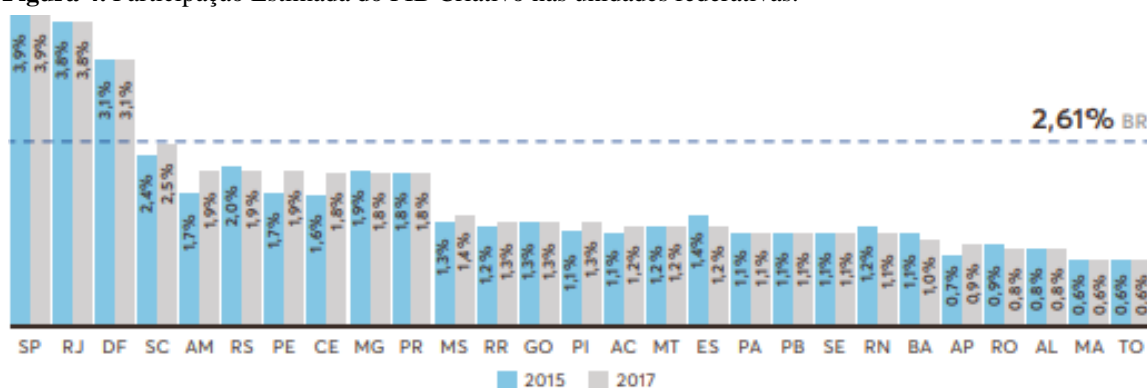


Fonte: Firjan SENAI (2019, p. 10).

Mesmo após essa pequena reversão, a zona criativa é responsável pela criação de valor relacionado à nossa economia. O PIB criativo total em 2017 foi de 171,5 reais Bilhão - um número equivalente ao valor de mercado de sexta-feira. A marca mais valiosa do mundo,

Samsung, ainda precisa ser a soma das quatro principais instituições financeiras globais (American Express, JPMorgan Chase, AXA e Goldman Sachs). Faça o corte da área, estima-se que seja a maior Participação das indústrias criativas no PIB nacional Ocorre em São Paulo (3,9%), Rio de Janeiro (3,8%) e Distrito Federal (3,1%), ambos acima da média nacional 2,61%. Em todos os três casos, a participação do setor nos últimos anos tem sido significativamente estável, refletindo O movimento equivalente das indústrias criativas e Economia do Estado. Porém, esse modelo não é regra: Santa Catarina, Amazonas, Pernambuco, Ceará e a participação do Estado do Amapá no PIB aumentou Criatividade no período 2015-2017 e 27 unidades.

Figura 4. Participação Estimada do PIB Criativo nas unidades federativas.



Fonte: Firjan SENAI (2019, p. 10).

Na Federação, outras 14 pessoas recuaram. Finalmente, as indústrias criativas responderam por 245.000 O principal insumo de produção é Ideia. Este montante representa uma expansão de 2,5% Em comparação com o que foi observado em 2015 significativamente maior, comparado com a contração econômica observada de 1,0%, como um todo, fortalece as características estratégicas do departamento Tempos de mudança e incerteza. Este desempenho notável ocorre em Agência de empregos na indústria a criatividade mostra um recuo não tão forte, comparado com a economia geral.

4.1.3 Categoria 3: Ambiental e Cultural

A nova Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) integram e reconhecem claramente o papel positivo que a cultura pode desempenhar na promoção do desenvolvimento sustentável pela primeira vez desde 1950. Vários dos 169 objetivos da agenda mostram a estreita relação entre múltiplos aspectos da cultura e diferentes objetivos (educação,

crescimento econômico, desenvolvimento urbano, mudanças climáticas, biodiversidade, paz, justiça). Portanto, o debate sobre a conceituação e modelagem dessa interdependência entre cultura e processo de desenvolvimento voltou ao primeiro plano dos dias de hoje, sobre os métodos de medição quantitativa que podem fornecer números e indicadores confiáveis dessa relação e, portanto, atingir o nível de desenvolvimento sustentável.

Os principais atores e responsáveis pela implementação das políticas relacionadas à Agenda 2030 questionam até que ponto o sistema educacional valoriza e reconhece a diversidade cultural e o papel da cultura no desenvolvimento (Meta 4.7); como as políticas públicas de turismo sustentável promovem especificamente a cultura local e produtos (meta 8.9); como a proteção e promoção do patrimônio cultural e natural promove a melhoria do habitat (meta 11.4); e o impacto do combate ao tráfico de produtos culturais na construção de uma sociedade mais justa e pacífica (meta 16.4).

Se medir a cultura é, sem dúvida, uma tarefa complexa, então avaliar sua contribuição efetiva para o desenvolvimento o é ainda mais. A evidência concreta dessa realidade é a evidente falta de cultura nas principais ferramentas de medição do desenvolvimento, sejam elas o Banco Mundial, o IDH, o PNUD ou os Indicadores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em um ambiente onde os indicadores mostram que modelos de políticas de desenvolvimento podem ser seguidos, a falta de ferramentas confiáveis que possam produzir indicadores que possam avaliar efetivamente o papel da cultura é uma séria desvantagem, especialmente quando a comunidade internacional está se preparando para implementar novas políticas. No entanto, apesar dos inúmeros fatores que dificultam o processo de pesquisa e construção do conhecimento nesta área, especialistas e instituições têm feito diferentes tentativas desde a década de 1980 para responder à questão de como lidar e medir metodologicamente a relação entre cultura e desenvolvimento.

Historicamente, a UNESCO é um dos principais participantes na condução desse debate, além de trazer importantes contribuições para teorias e conceitos, bem como métodos e referências práticas: o relatório da Comissão Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento (1996), o World Cultural Report (1998, 2000), World Cultural Diversity Report (2009) e UNESCO Cultural Development Indicators (IUCD).

Em 2009, a UNESCO concebeu o IUCD como um projeto de pesquisa aplicada, que visa expressar ricos discursos teóricos e políticos relacionados à importância da cultura no desenvolvimento nacional por meio da experiência e de dados tangíveis. A ideia é poder mostrar aos participantes culturais, especialmente aos demais participantes do crescimento, a valiosa

contribuição da cultura, que a torna não apenas uma ferramenta, mas também uma meta de desenvolvimento.

O projeto contou com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (Aecid), que proporcionou à UNESCO os recursos necessários entre 2009 e 2014 para explorar, inovar e produzir esta nova combinação de 22 indicadores. Este projeto é parte da primeira experiência de aplicação da Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, em particular seu Artigo 13.

Portanto, após um detalhado processo de pesquisa colaborativa¹, em 12 países (que durou cinco anos) e duas fases de teste, a UNESCO apresentou o indicador IUCD à comunidade internacional, uma ferramenta inédita que pode medir o impacto da cultura. um país em processo de desenvolvimento. A principal característica do IUCD é uma abordagem pragmática e flexível que se adapta à realidade estatística nacional de países de renda média/baixa - é caracterizada pela escassez de dados disponíveis e capacidade limitada de processamento estatístico.

A IUCD vai além das necessidades e dificuldades tradicionais associadas aos países “pobres” em termos de informação e estatística. Se um indicador central não puder ser estabelecido, eles são a favor de ajustar as fontes de informação específicas do país, usando indicadores substitutos e alternativos. O método de construção do IUCD cria um diálogo entre os participantes do desenvolvimento e os participantes culturais, atrai a atenção cultural e gera dados confiáveis, o que leva à apropriação indébita e à sustentabilidade do processo, o que favorece a adoção de novas estratégias e políticas.

A Agenda 2030 e seus ODS demonstram mais uma vez que a cultura pode e deve desempenhar um papel ativo no cumprimento dessas metas. Dadas as dificuldades óbvias em compreender e avaliar o real impacto da cultura no processo de desenvolvimento, os Indicadores da UNESCO para o Desenvolvimento Cultural (IUCD) são uma ferramenta eficaz e comprovada que pode lançar luz sobre esse impacto e, portanto, apoiar e orientar a política de alguma forma. as ações planejadas que ajudam a atingir esses objetivos são razoáveis.

Sustentabilidade é local, regional e a atenção do país à Economia Criativa significa trazer maior transparência ao processo social, compreender a complexidade da cultura, compreender o conceito de desenvolvimento através do prisma cultural, política e socioeconômica, e que o setor privado se torne um promotor da responsabilidade social e meio ambiente e parceiros no desenvolvimento de produtos e serviços e na realização de projetos sustentável (REIS, 2006).

Trabalho estratégico por exemplo, trabalho relacionado à competição esportes em grande escala ou eventos culturais podem levar a eventos de arrecadação de fundos

reposicionamento entre governos em todos os níveis e fortalecimento de empresas locais o espaço no contexto do desenvolvimento sustentável (REIS, 2011).

Este conceito de desenvolvimento leva à necessidade de repensar a forma de desenvolvimento desenvolver recursos, quadros técnicos e institucionais para superar as deficiências sociais necessidades básicas e padrões de consumo em mudança. Portanto, a ação e a prática podem Implementação, presença de interlocutores e atores sociais por meio da prática educativa e o diálogo fortalecem o conceito de responsabilidade compartilhada e a constituição valores morais (ROMEIRO, 2001).

Especificamente em termos de Economia Criativa, embora seus defensores apontem que a sustentabilidade é um de seus pilares, as necessidades econômicas do “cosmopolitismo competitivo” podem trazer fórmulas inúteis que ignoram peculiaridades locais (MILES, 2014), então um modelo predatório é mantido, opor fundamentalmente os princípios relacionados ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Richard Florida (2002) afirma que a criatividade é uma habilidade fundamental na economia a classe criativa baseada no conhecimento é a chave para o crescimento econômico, competitividade. Tal categoria é caracterizada por três fatores (os três T's): tecnologia conhecimento e capacidade de dominar a infraestrutura técnica para fluxo, distribuição e interação de produtos criativo; talento potencializado pela convivência de indivíduos e talento; e tolerância relação de diversidade.

Nessa perspectiva, pessoas criativas e novas ideias precisam de um ambiente tolerância sustentável e abertura à diversidade para desenvolver, disseminar, implementar e melhorar ideia. A simples acumulação de pessoas criativas ou talentosas representa uma *condição sine qua non*, mas não o suficiente para desenvolver uma cidade criativa.

As cidades podem ser pensadas como um conjunto de ideias: por um lado, as indústrias criativas produzem e entregam resultados as ideias vão para o mercado; as pessoas criativas, por outro lado, interagem fora dos domínios orientados para o mercado, explorar, gerar e disseminar ideias, inclusive as relacionadas à sustentabilidade. Desta forma, cabe cidades criativas gerenciam a transformação de ideias de talento em ideias utilizáveis indústria criativa.

Tipos práticos de intervenções que podem ser incluídas em estratégias urbanas promover e apoiar ideias para negócios criativos sustentáveis em locais específicos, citando estratégias de propriedade, desenvolvimento de negócios, consultoria e *networking*; programas diretos de concessão e empréstimo para empreendedores e empresas criativas; iniciativas fiscais; infraestrutura física e de tecnologia da informação e infraestrutura leve.

Muitas dessas intervenções ao fornecer local de trabalho e treinamento, é um típico programa genérico de apoio empresarial, ajuda, networking e empréstimos, práticas de gestão de negócios, participação em eventos comerciais e nova tecnologia. Algumas são específicas da Economia Criativa, como a captação de recursos. Investimentos em infraestrutura artística. Muitas iniciativas na Economia Criativa visam para as necessidades específicas de startups, pequenas e médias empresas e, quando as necessidades específicas das indústrias criativas são destacadas, tendem a enfatizar as peculiaridades do processo criativo e o desenvolvimento de habilidades para os negócios entre os praticantes. As intervenções são enquadradas na perspectiva do desenvolvimento dos empreendimentos, mas, em alguns casos, pareceram respostas a falhas crescentes de mercado, em especial em indústrias tradicionais que ficaram para trás na inovação de processos e produtos (FOORD, 2008).

Explorar a política de inovação cultural é a base do desenvolvimento sustentabilidade econômica, o que demonstra que a educação está gerando conhecimento e inovação (ARAYA, 2010). O incentivo às habilidades criativas não se limita a dimensões técnicas para incluir também atitudes e atitudes empreendedoras, habilidades sociais e habilidades de comunicação, compreensão da dinâmica sociocultural e de mercado, habilidades de apresentação e apresentação sustentabilidade (SEC, 2012).

Mudanças no desempenho da empresa para reduzir o impacto as questões socioambientais exigem uma nova abordagem da inovação para alcançar desenvolvimento sustentável. Insira qualquer empresa com uma novidade autônoma, a intencionalidade e a iniciativa devem buscar a eficiência econômica e o respeito à competência apoio ambiental e inclusão social de grupos vulneráveis. Esta posição inclui a preocupação o impacto social das inovações – como desemprego, exclusão social ou pobreza e o uso de recursos naturais e criar vantagem competitiva nos mercados em que atuam. A sustentabilidade pressupõe a produção, assimilação ou desenvolvimento de produtos, processos de produção, métodos de gestão ou de negócios novos ou melhorados que trazem benefícios econômicos, sociais e questões ambientais (BARBIERI *et al.*, 2010).

Nesse sentido, a Economia Criativa é colocada em um “desenvolver pelo desenvolvimento”, mas discutindo caminhos e oportunidades para o desenvolvimento considere não apenas alternativas ao desenvolvimento, mas alternativas ao desenvolvimento, porque compreender de forma linear e amiga do ambiente na era industrial.

A Economia Criativa tem potencial para desenvolver diferentes formas de conceituar ambientes. ambiente, em vez de apenas tratá-lo como um simples repositório de matérias-primas. Tal economia pode despertar exige reviver o que Arturo Escobar (2014) disse “com

Terra”, que fará com que a humanidade se veja como parte inseparável do universo. A definição do autor de “pensar sentimento” afirma que o conhecimento abstrato pode até ajudar conhecer a natureza, mas conhecer o fluxo constante da vida não é suficiente todos nós fazemos parte.

Valorizando os aspectos culturais e sua estreita relação com esses ambientes os indivíduos estão conectados e a Economia Criativa possibilitará que os humanos voltem ao fluxo da vida reconhecendo as múltiplas diferenças socioculturais que compõem o universo e pensando no desenvolvimento superando sua equivalência com o conceito de “progresso”, como argumenta Escobar (2014), o consumo pessoal e a competitividade do mercado tornaram-se assim a norma. No entanto, os resultados fornecidos pelo IUCD devem ser usados de forma plenamente consciente, ou seja, um entendimento completo da definição precisa de seu perímetro, o que limita as comparações internacionais devido às diferenças inerentes aos países e suas origens

históricas, sociais e políticas. Também foi enfatizado alguns aspectos relacionados ao IUCD:

- a) o caráter pragmático de sua metodologia, e seu objetivo é promover a quantificação de um campo de pesquisa que tem sido influenciado por múltiplas discussões intelectuais ao longo de décadas, mas não tem resultados concretos;
- b) IUCD é apenas o primeiro ponto de apoio para o estabelecimento de fases posteriores de desenvolvimento e melhoria. A segunda etapa pode aplicar os métodos de construção de novos indicadores em diferentes campos e dimensões;
- c) o IUCD abre caminho para moldar a relação entre os recursos culturais, permitindo-lhes renovar um ambiente favorável e trazendo mudanças positivas para a vida dos indivíduos e da sociedade. É conveniente aprofundar a pesquisa nesta área;
- d) IUCD é principalmente para países de baixa e média renda com disponibilidade limitada de dados e capacidade de processamento.

A abordagem participativa possibilita sua construção para fortalecer a capacidade de produção e processamento de dados. A evolução possível requer a atualização dos métodos e padrões utilizados, a formação de mais especialistas metodológicos, o fortalecimento do intercâmbio de materiais com outras instituições e redes, e a ênfase no intercâmbio de resultados e na publicação de pesquisas.

O método IUCD pode ser aprimorado expandindo as dimensões, especialmente as dimensões urbanas e patrimoniais, simplificando alguns cálculos complexos desnecessários e fortalecendo a leitura horizontal de dados. Em suma, mesmo que não possa ser uma referência absoluta para as circunstâncias específicas de cada país, pode-se dizer que a IUCD constitui um sólido ponto de partida para esta análise. Também é fato que a maioria dos países participantes

de seu desenvolvimento e aplicação os considera ferramentas eficazes e valiosas para diagnosticar suas respectivas políticas públicas e interpretar sua realidade.

A cultura continua sendo a menor área geral no que diz respeito aos trabalhadores formais, indústrias criativas. Em 2017, a Cultura contava com 64.900 profissionais (representando 7,7% do total de ideias criativas do Brasil) distribuídas em Segmentos de mercado de expressões culturais (28.400), patrimônio e arte (14.200), música (11.500) e artes cênicas (10.800) mil). Mesmo com o menor salário médio - (R \$ 3.237,00), entre zonas criativas e trabalhadores culturais o salário registrado é 16,6% maior que a média Trabalhador oficial brasileiro. A tabela abaixo ilustra o panorama de salários no ambiente criativo.

Tabela 4. Empregos Formais e Salários na Área Criativa de Cultura – 2015 e 2017.

Segmento	Empregos			Salários		
	2015	2017	Var. %	2015	2017	Var. %
Expressões Culturais	26.800	28.400	5,9	R\$ 2.026	R\$ 2.218	9,5
Patrimônio e Artes	16.000	14.200	-11,5	R\$ 4.796	R\$ 4.743	-1,1
Música	12.400	11.500	-7,6	R\$ 3.092	R\$ 3.210	3,8
Artes Cênicas	11.700	10.800	-7,8	R\$ 3.615	R\$ 3.968	9,8
Cultura	67.000	64.900	-3,1	R\$ 3.164	R\$ 3.237	2,3

Fonte: Firjan SENAI (2019, p. 13).

Os contatos profissionais na cultura caíram 3,1%. Entre 2015 e 2017, desempenho representativo acima de todo o mercado de trabalho (-3,7%). O único segmento de mercado a aumentar a mão-de-obra O desempenho notável neste período é a expressão Cultura (+ 5,9%), terceira maior expansão do biênio, perdendo apenas para publicidade, marketing e biotecnologia. O destaque absoluto é a comida, Progresso profissional dos chefs (+ 21,0%), em Corresponde à frustração observada no Chefs de Bar (-5,4%) e responsável pela confeitaria (-11,6%). No entanto, este resultado não é suficiente para compensar o declínio nas outras três partes. Legado, arte e música mostram até retração mais intenso que o último mapeamento (-11,5% e -7,6%, respectivamente).

Quadro 12. Principais Profissões e Remunerações mais Elevadas na Área de Cultura – 2017.

Profissões mais numerosas na categoria	Segmentos	Empregos
1º Chefe de cozinha	Expressões Culturais	16.300
2º Gerente de serviços culturais	Patrimônio e Artes	6.700
3º Chefe de bar	Expressões Culturais	5.900
4º Músico intérprete instrumentista	Músicas	5.300
5º Professor de dança	Artes Cênicas	4.900
6º Artista (artes visuais)	Patrimônio e Artes	3.300
7º Músico regente	Música	2.200
8º Diretor de serviços culturais	Patrimônio e Artes	2.000
9º Chefe de confeitaria	Expressões Culturais	1.600
10º Músico arranjador	Música	1.300

Profissões mais bem remuneradas na categoria	Segmentos	Salário Médio
1º Ator	Artes Cênicas	R\$ 20.634
2º Diretor teatral	Artes Cênicas	R\$ 10.325
3º Diretor de serviços culturais	Patrimônio e Artes	R\$ 7.393

Fonte: Firjan SENAI (2019, p. 20-21).

Ao mesmo tempo, artes cênicas continuaram encolhendo 7,8% no biênio 2015-2017, Oponha-se à expansão entre 2013 e 2015. As restrições fiscais do país e a forte dependência do financiamento público explicam este desempenho negativo¹⁴. Em termos de salário, o salário pago crescimento moderado (+ 2,3%), mas não o suficiente para fazer a cultura não ser mais relevante, o salário médio nas indústrias criativas é baixo. Único segmento de mercado que registrou queda nos salários. Em contraposição, período é patrimônio e arte (-1,1%) forte crescimento na receita de artes cênicas e Expressão cultural 15 (+ 9,8% e + 9,5% respectivamente).

4.1.4 Categoria 4. Geográfica/Espacial

O Estado de São Paulo é o maior do território nacional nos quesitos economia, população, renda, entre outros. Por essa razão, destacam-se a infraestrutura local como a parte viária, a mobilidade urbana, a conectividade, a rede de serviços e as empresas de tecnologia. Esses pontos estão diretamente ligados às Indústrias Criativas através da atração dos agentes criativos com oportunidades de emprego, cena cultural, mobilidade e grande concentração de empresas inseridas na Economia Criativa (tecnologia, moda, mídia, marketing, entre outras). A Tabela 5 com a distribuição dos empregos por área e segmentos criativos demonstram a concentração do setor.

Tabela 5. Distribuição de empregos por áreas e segmentos criativos.

Segmentos	2015	2017	Variação
Consumo	156.726	153.149	-2,3%
Publicidade & Marketing	70.616	77.488	9,7%
Arquitetura	36.094	29.275	-18,9%
Design	31.896	29.762	-6,7%
Moda	18.120	16.624	-8,3%
Cultura	20.518	20.259	-1,3%
Expressões Culturais	8.083	9.075	12,3%
Patrimônio e Artes	5.828	5.116	-12,2%
Música	3.808	3.365	-11,6%
Artes Cênicas	2.799	2.703	-3,4%
Mídias	29.962	26.942	-10,1%
Editorial	17.220	16.116	-6,4%
Audiovisual	12.742	10.826	-15,0%
Tecnologia	126.353	128.372	1,6%
P&D	65.229	63.677	-2,4%
TIC	50.482	53.474	5,9%
Biotecnologia	10.642	11.221	5,4%
Indústria Criativa	333.559	328.722	-1,5%

Fonte: FIRJAN (2018, p. 3).

De acordo com a Firjan SENAI (2019), São Paulo é destaque no cenário da Economia Criativa, ocupando, com 39,3% de toda a mão de obra criativa nacional, o lugar de maior empregador de profissionais criativos do país (329 mil). Ainda de acordo com o órgão supramencionado, São Paulo tem a mais alta participação de profissionais criativos no mercado de trabalho dentre todos os estados brasileiros: 2,5% de todos os profissionais paulistas são criativos, percentual consideravelmente superior ao registrado em âmbito nacional (1,8%).

Outro ponto de destaque para o Estado de São Paulo é a questão da infraestrutura básica. Apesar da cidade de São Paulo ainda sofrer com problemas de enchentes e de saneamento básicos, algumas das principais cidades do interior apresentam mais aparições nos rankings de melhores saneamentos básicos do país (acima de 80% do esgoto coletado). De acordo com o Instituto Trata Brasil (2020), dentre as principais cidades elencadas em seu ranking referentes ao tratamento de esgoto destacam-se: Limeira, Piracicaba, Campinas, Jundiaí. Esse fator unido a outros como tratamento de água, fornecimento de energia e provedores de internet, colocam São Paulo em um lugar de destaque para infraestrutura, a qual serve de arcabouço para a implementação de Indústrias Criativas e a possibilidade de prestação de serviços tecnológicos.

A mobilidade em São Paulo é outro ponto importante para esta dimensão. A região metropolitana conta com um complexo sistema viário que abrange trens, metrô, ônibus, além de transporte particular por aplicativos, taxis e vários outros como patinetes, bicicletas etc. Para a Economia Criativa, vários desses serviços de mobilidade surgiram através das Indústrias

criativas. Dentre elas destacam-se as empresas de transporte por aplicativos, empresas de mobilidade por equipamentos como patinete, bicicletas, uso de carros compartilhados com diferentes tipos de oferta de serviço, empresas de fretamento por meio de aplicativos, além dos transportes tradicionais que cada vez mais estão inseridos nos meios digitais e programas de parceria com empresas de tecnologia como aéreo, terrestre e marítimo.

4.2 Políticas Públicas e Economia Criativa

Dentro dos resultados verificados, as Políticas Públicas assumem um papel muito importante dentro do cenário da Economia Criativa. As indústrias Criativas geram produtos e serviços, contribuem com milhões de reais injetados direta e indiretamente na Economia e, ainda, com a geração de emprego consistente, constituindo uma fatia importante do PIB no Brasil. Por essa razão, um conjunto de leis que visem proteger tanto as criações como os criadores e o mercado se faz necessário para que o negócio da Economia Criativa seja sustentável e próspero. Nesse cenário, a Economia Criativa está inserida no conjunto de Leis de Incentivo à Cultura pelo Governo Brasileiro. De acordo com o Ipea (2020):

Atualmente há fortes mudanças na agenda das políticas culturais no governo federal, nos estados e no Distrito Federal, e nos municípios. O acompanhamento dessas transformações exige o trabalho de levantamento histórico, dados de campo, documentação e legislação. Este trabalho se apresenta na forma de projetos de lei, propostas gerais de desenho de novas políticas no âmbito da cultura e no quadro de implementação de ações no contexto da economia criativa, da economia simbólica das artes e dos eventos culturais. Seguir essas mudanças implica retrazar os mapas da história das políticas culturais recentes, tanto quanto das mudanças que aconteceram na agenda e nos estilos de formulação, implementação das políticas culturais e nas práticas culturais dos indivíduos (IPEA, 2020, p. 7).

Ainda de acordo com a pesquisa realizada pelo Ipea (2020), a Economia Criativa segue buscando seu lugar dentro do cenário das políticas públicas no Brasil. Por ser tratar de um movimento relacionado à cultura e às identidades regionais, este sofre resistência por uma parte dos agentes públicos por considerarem que ela sozinha e sua agenda de eventos não são capazes de estimular a economia local e, assim, não possuem força para produzir um arcabouço legal sobre o tema.

O maior problema verificado na questão das políticas públicas seria que a Economia Criativa e sua agenda de eventos necessitariam de grande quantidade de recursos financeiros para sua viabilização. Por outro lado, se faz necessário analisar este cenário pelo prisma criativo, em que esses eventos, desde sua fase embrionária até seu descomissionamento, são

capazes de gerar empregos e renda através de sua capilaridade e necessidade de diferentes segmentos e profissionais envolvidos para sua realização. De acordo com a UNCTAD (2010), um dos maiores benefícios da Economia Criativa é sua capacidade de inclusão social, isto é, sua capacidade de colaboração e formação de grupos que estabelece possibilidades de expansão econômica local e criação de elos na comunidade. É exatamente neste ponto que as Políticas Públicas precisam ser expandidas e aprofundadas, por meio de incentivo ao empreendedorismo cultural. Em outras palavras, é importante dar condições econômicas e técnicas, além de viabilidade para que essas comunidades criativas locais participem ativamente da economia de forma integrada e com toda segurança legal necessária para a oferta de seus produtos e serviços.

De acordo com o Nyko e Zendron (2018) a Economia Criativa tende a se desenvolver acima de Economia Tradicional, e o Brasil possui uma capacidade gigantesca de expansão de seu mercado criativo e desenvolvimento econômico e social.

A tendência futura é de que o crescimento da indústria criativa permaneça acima do crescimento mundial, e o Brasil demonstra potencial ainda maior de crescer, o que reflete a dimensão do mercado doméstico, a criatividade para geração de novos produtos, conteúdos e serviços e a notória riqueza cultural brasileira, um dos mais importantes insumos de nossos produtos e serviços (NYKO; ZENDRON, 2018, p. 261).

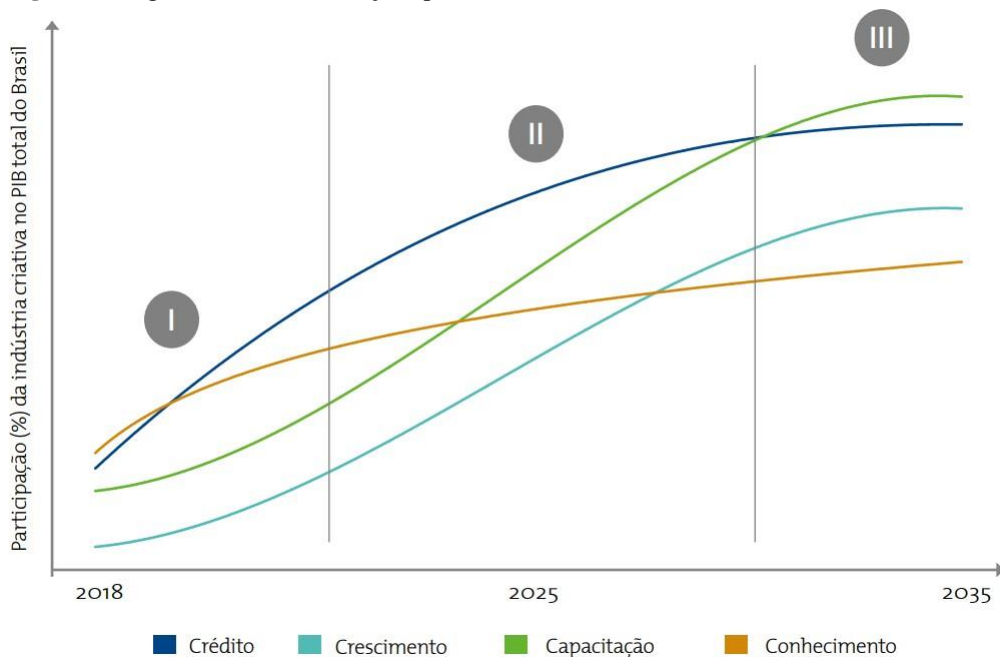
Outro ponto relevante da pesquisa dos autores mencionado determina que a partir desse potencial criativo algumas medidas relacionadas à Economia Criativa e políticas pública são necessárias para suportar o seu desenvolvimento, não somente em SP, mas em todo Brasil. O principal argumento da pesquisa é a criação da “Agenda 4C”, que reúne em seus pontos principais as maiores necessidades de inserção de políticas que favoreçam o desenvolvimento das Indústrias Criativas no Brasil. De acordo com Leitão (2018), esta agenda é dividida em 4 pontos principais: Conhecimento, crédito, capacitação e crescimento:

- a) **conhecimento:** I - a mensuração do impacto dos setores criativos em termos econômicos; II - a identificação de atores, competências e projetos para a realização de negócios; III - somente a partir de dados confiáveis se pode propor novas políticas públicas para um novo modelo de desenvolvimento;
- b) **crédito:** I - operar sem garantias reais; II - flexibilizar os limites de crédito (historicamente desenvolvidos para o financiamento de indústrias tradicionais e baseados nos ativos tangíveis das empresas); III - produzir planos de negócios com prazos adequados de carência e amortização; IV- fundos garantidores ou de aval,

capazes de mitigar o risco setorial e atrair a participação do sistema financeiro privado;

- c) **capacitação**: a convergência entre as necessidades técnicas das indústrias/empresas e a formação oferecida pelas escolas é ainda insatisfatória. Além da capacitação técnica, é preciso estimular o desenvolvimento de competências de gestão para os setores criativos. Como a base da indústria é de Micro, pequenas e médias empresas, boa parte ainda carece de formação profissional;
- d) **crecimento**: o Brasil é um país de dimensões continentais e a exploração de seu mercado doméstico é um ativo muito valorizado. Existe um grande potencial de ampliação da demanda de bens e serviços criativos no país. O gráfico abaixo apresenta a capacidade da agenda 4C, suas principais medidas e como elas podem contribuir com a formação de uma economia mais forte e sólida a partir da alocação de recursos no e investimentos.

Figura 5. “Agenda 4C”: contribuições para transformar a Economia Criativa brasileira.



Fonte: Leitão (2018, p. 17).

De acordo com Nyko e Zendron (2018), essa projeção se justifica da seguinte forma:

No longo prazo (III), merecem destaque as ações de ampliação e diversificação do crédito e as ações de capacitação. Após destravar o crédito no curto prazo (I), é necessário continuar ampliando o cardápio de opções de funding para as indústrias criativas e culturais (II). Espera-se maior contribuição do mercado de capitais, que oferece modalidades bastante apropriadas de financiamento e participação de risco. Além disso, a criação de fundos de investimentos dedicados às indústrias criativas e culturais também ajuda a induzir a visão de negócio nessas empresas, cada vez mais inseridas em mercados globais e competitivos. Reforça-se, portanto, a sustentabilidade do negócio por meio de padrões mais elevados de profissionalização e de compromissos com transparência e rentabilidade, reduzindo a dependência setorial de fundings de natureza pública. Já o estímulo a novas formas de financiamento de instituições culturais é defendido como estruturante para o setor de patrimônio. O estímulo e o apoio à busca de fontes alternativas de recursos – sejam derivadas de bilheteria, assinaturas, venda de artigos temáticos inspirados no conteúdo ou na estética do patrimônio –, bem como o estímulo ao desenvolvimento de instrumentos financeiros como o crowdfunding, os fundos de investimento e os fundos patrimoniais (endowment funds), são fundamentais para conferir autonomia e o salto qualitativo necessário para que o patrimônio cultural brasileiro possa desenvolver seu potencial pleno. A agenda da capacitação é protagonista no sucesso de longo prazo da economia criativa e da cultura no Brasil. Essas indústrias oferecema oportunidade de absorção de mão de obra na nova dinâmica do trabalho, o que depende do desenvolvimento de um conjunto de competências técnicas, mas também de gestão. No segmento de patrimônio histórico e cultural brasileiro, as ações de capacitação são essenciais para consolidação e implementação da visão de patrimônio como um vetor para o desenvolvimento, e de estímulo à sustentabilidade financeira das instituições culturais. Assim, a agenda de capacitação técnica e empresarial, embora apresente resultados expressivos em prazo mais longo (II e III), deve ser priorizada no presente (I). (NYKO; ZENDRON, 2018, p. 284).

Estas medidas apontadas dão um panorama interessante sobre onde as políticas públicas precisam atuar. Ressalte-se que não somente nos pontos descritos acima, mas também nas políticas de cunho social, ambiental e de proteção que são extremamente necessárias para a consolidação da Economia Criativa e suas Indústrias na busca por um modelo mais sustentável. Outro ponto muito importante já verificado na pesquisa é a necessidade de avanço nas políticas de propriedade intelectual. Os agentes criativos precisam estar protegidos quanto a sua capacidade criativa e seus produtos e serviços. O Brasil também tem destaque no cenário da pirataria e falsificações, fazendo com que o arcabouço legal que protege as criações, sua comercialização e reprodução seja vital para a longevidade de produtos criativos, principalmente os ligados a artesanato e moda, haja vista o histórico de atividades ilegais como falsificações e mercados paralelos no Brasil.

Com isso, observa-se que o cenário para políticas públicas no Brasil requer ainda muita discussão e aprofundamento. A necessidade de maiores estudos e propostas para o setor se faz cada vez mais necessária, já que o potencial criativo na região é expressivo e o papel das políticas públicas será o de dar a proteção necessária para seu crescimento e garantia dos direitos dos agentes criativos e seus produtos. De acordo com Leitão (2018), os principais desafios para as políticas públicas relacionadas a Economia Criativa são:

- Ampliação da matriz de desenvolvimento do país (das commodities aos bens e serviços criativos);
- Enfrentamento da fragilidade/sazonalidade institucional da temática nos Governos;
- Reforma do Estado e da Gestão Pública enfatizando a transversalidade das políticas públicas;
- Desenvolvimento de taxonomia brasileira para a Economia Criativa com ênfase nos pequenos empreendimentos;
- Garantia de um 'ecossistema' favorável aos pequenos empreendimentos criativos (LEITÃO, 2018, p. 30).

No Brasil, atualmente, devido a Lei Federal 14.017 de 2020 (Lei Adir Blanc), fica caracterizada da seguinte forma: “[...] para estender a prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização de recursos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios” (BRASIL, 2020, *online*).

Esta lei permitiu aos Estados a extensão para o ano de 2021 do uso de recursos provenientes da Lei ProAC, que reserva tais recursos para a Cultura anualmente. Assim, os Estados e Municípios detêm a operacionalização destes recursos mesmo sendo uma lei e verba federais. Em São Paulo, por exemplo, mais de 20 milhões de reais estão sendo investidos no setor de Economia Criativa com recursos provenientes desta extensão. Isso permite ao estado implementar uma série de projetos e acelerar o desenvolvimento de Indústrias Criativas na região. Ao todo mais de 19,6 milhões de reais serão implementados em 11 linhas, seja para pessoas físicas ou para pessoas jurídicas, nas áreas de música, artes, circo, audiovisual e literatura. Este exemplo caracteriza como a Economia Criativa tem espaço para crescer e desenvolver as regiões no Brasil, sendo certo que São Paulo, como capital econômica e maior adepto da Economia Criativa no Brasil, tem um papel de destaque.

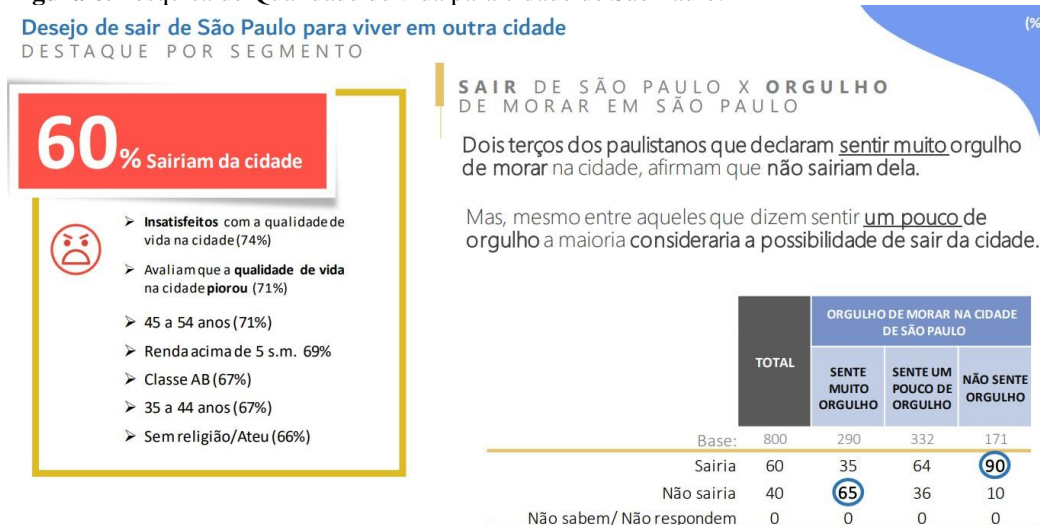
4.3 O caso São Paulo

A cidade de São Paulo, de acordo com o IBGE, no último censo em 2020 apresenta população superior a 12 milhões de pessoas (SÃO PAULO, [2021]). Um crescimento de mais de 1 milhão de pessoas em comparação ao censo de 2010. Com essa grande densidade populacional a cidade é formada por um caldeirão de diferentes culturas, formando assim microrregiões com identidades únicas. Esse fato para a Economia Criativa é muito importante pois permite a criação de vários produtos criativos com grande valor agregado, essa é uma das principais características das Indústrias Criativas conforme Newbiggin (2010).

Outro ponto importante referente aos habitantes de São Paulo é o fator qualidade de vida, seria São Paulo bem avaliado pelos seus próprios moradores? De acordo com o Instituto Rede Nossa São Paulo em parceria com o IBOPE, os paulistanos não estão muito contentes com a qualidade de vida, que apresenta índice 6,3 de 10. Ao mesmo tempo uma grande parcela

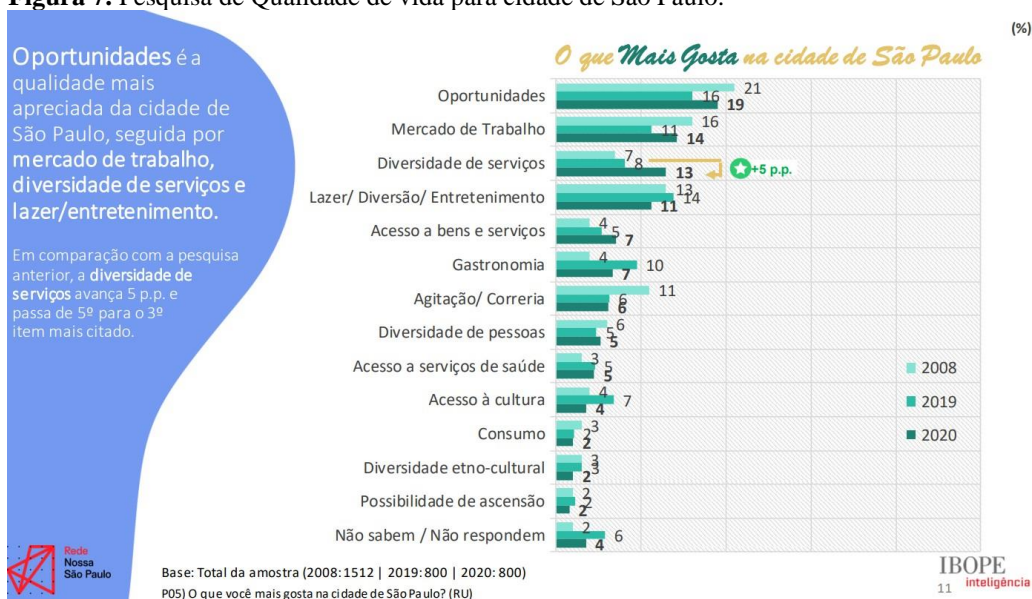
que declarou sentir algum orgulho de morar em São Paulo, admitiram que sairiam da cidade. Sendo assim a Economia Criativa apresentaria propostas para entender em que pontos seus aspectos podem contribuir com a melhoria da qualidade de vida desses colaboradores. A Figura 6 que traz um resumo da pesquisa do IBOPE em relação ao desejo de sair da cidade.

Figura 6. Pesquisa de Qualidade de vida para cidade de São Paulo.



Fonte: adaptado de IBOPE (2019).

Em outro momento destacam-se os pontos positivos na visão da população sobre a cidade de São Paulo. De todos os pontos apontados na pesquisa destacam-se vários de potencial criativo como: diversidade de serviços, lazer, diversão e entretenimento, acesso à cultura, entre outros. E pontos importantes para implementação e desenvolvimento da Economia criativo são elencados, como: oportunidades, mercado de trabalho, consumo etc. Para melhor ilustrar esse potencial a Figura 7 traz os principais pontos sugeridos pelas participantes da pesquisa IBOPE.

Figura 7. Pesquisa de Qualidade de vida para cidade de São Paulo.

Fonte: adaptado de IBOPE (2019).

O mercado também é um fator que impulsiona a cidade de São Paulo. De acordo com o mapeamento da Firjan de 2017, a cidade de São Paulo concentrava 29,2% dos estabelecimentos formais do país. Dentre esses destacam-se os empreendimentos criativos onde a fatia corresponde a 40,1% de todas as empresas que possuem a criatividade como elemento central de seus negócios. Correspondendo a quase 98 mil estabelecimentos criativos na cidade de São Paulo. Outro dado que justifica a escolha de São Paulo como base para a pesquisa é que o estado sozinho produz quase a metade de todo o PIB criativo brasileiro, correspondendo a 47,1% que representa mais de 80 bilhões de reais gerados por atividades criativas (FIRJAN SENAI, 2019).

Após verificar dados de mercado, outra análise se faz necessária para entender o potencial criativo da cidade de São Paulo. O mercado de trabalho é destaque para a Economia Criativa pois compreende quase 40% de toda mão-de-obra criativa nacional, ocupando o lugar de maior empregador do país com mais de 329 mil postos de trabalho. Outro ponto que merece destaque é a proporção de trabalhadores criativos em São Paulo, onde 2,5% de todos os profissionais da cidade de São Paulo são criativos, demonstrando um percentual maior que a média nacional.

Já em relação aos segmentos criativos, a maioria dos profissionais concentram-se em consumo com 46%. Dentro deste segmento destaca-se a publicidade e o marketing com mais de 23% da força do mercado de trabalho atuando neste segmento, seguido por tecnologia responsável por 39,1% das vagas e mídias com 8,2% seguido da cultura com 6,2% (FIRJAN, SENAI, 2019).

A participação dos profissionais criativos vem aumentando ao longo dos anos, de acordo com o mapeamento da Firjan SENAI em 2019 a explicação para este fenômeno se dá pois os profissionais criativos sofrem menos com o impacto das crises em relação aos trabalhadores dos mercados formais. Entre os anos de 2015-2017 foram encerradas 1,5% das vagas para profissionais criativos, contra 4,2% do mercado de trabalho tradicional.

Quanto a análise de municípios a capital do estado concentra quase a metade dos profissionais criativos do Estado. Estes representam 48,7% o que corresponde a 160 mil trabalhadores. Seguido por Campinas com somente 13 mil vagas.

Já em termos relativos a cidade de São Paulo também possui uma forte influência em cidades vizinhas, São José dos Campos e Barueri representam as maiores participações de criativos em relação ao total do mercado de trabalho da cidade de SP: em São José dos Campos representam 5% dos empregos formais e 4,7% em Barueri, conforme números da pesquisa de mapeamento especial da Firjan para a cidade de São Paulo.

Dentre as cidades de destaque, os municípios de São Paulo e Barueri apresentam perfil criativo semelhantes ao do estado, com destaque para o segmento de Publicidade & Marketing – que concentra 31,8% dos criativos da cidade de São Paulo e 36,5% dos de Barueri. Já a cidade de Campinas se destaca pela concentração de criativos atuando em TIC (26,4% - frente a 16,4% no estado). (FIRJAN SENAI, 2019, p. 5).

E por fim, outro fator socioeconômico analisado para a escolha da cidade de São Paulo para a pesquisa, foram os salários. Uma vez que São Paulo no ranking de salários para os profissionais criativos está entre os 3 melhores do país. Somente atrás do Distrito Federal e Rio de Janeiro.

O Setor de maior destaque para a capital paulista mais uma vez é o de publicidade e Marketing que conta com os profissionais mais bem remunerados do País. A pesquisa buscará entender os aspectos da Economia Criativa na cidade de São Paulo em relação a remuneração, a capacidade de atração e retenção de talentos criativos para a cidade, passa sem dúvida por melhoria de salários para os profissionais altamente capacitados reduzindo essa variação com relação aos estados do Rio de Janeiro e ao Distrito Federal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo verificar se a Economia Criativa, a partir de suas indústrias, poderiam gerar ambientes mais favoráveis ao desenvolvimento sustentável em São Paulo e suas localidades.

O estudo partiu da necessidade de locais urbanos mais sustentáveis e a urgência na implementação do tema, haja vista a decadência do sistema produtivo atual e, principalmente, o esgotamento dos recursos naturais disponíveis, bem como a degradação da qualidade de vida da sociedade somada à falta de oportunidades no mercado de trabalho e necessidades básicas da população. Por outro lado, as mudanças nos meios formais de produção com novas profissões e o avanço do mercado digital com a explosão da internet e empresas de tecnologia e de serviços, trazem uma nova onda de possibilidades para a economia e os sistemas de produção. Dentre os principais, a Economia Criativa surge como uma opção para um mercado com produtos que possuem identidade, tem um apelo emocional grande e/ou servem como solução inovadora para produtos e serviços existentes a partir da tecnologia, comunicação e novos canais de distribuição.

O objetivo da pesquisa de avaliar as contribuições da Economia Criativa para o desenvolvimento sustentável obteve sucesso em sua análise uma vez que esta teve acesso às principais fontes de dados sobre o tema no Brasil. Ficou claro que o tema merece um maior aprofundamento e desenvolvimento de materiais e relatórios mais aprofundados regionalmente e com maior participação dos agentes criativos. O Brasil claramente avança no setor Criativo mesmo que ela ainda esteja inserida dentro do panorama da Cultura. As indústrias Criativas possuem um grande espaço para ampliação de seus serviços e produtos, principalmente referentes a tecnologia e ao marketing digital. Esse cenário é bastante promissor para o desenvolvimento local, social e econômico no Brasil.

Dentre os objetivos específicos cabe demonstrar que os materiais e dados utilizados para corroborar a proposta de pesquisa foram importantes para o sucesso na verificação dos principais modelos de sustentabilidade e suas dimensões. A Economia Criativa demonstrou ter condições satisfatórias de contribuição ao desenvolvimento sustentável se dentro do seu arcabouço fundamental obtiver os requisitos necessários. Estas medidas compreendem principalmente a segurança jurídica pela manutenção dos direitos a propriedade intelectual e o desenvolvimento e implementação de políticas públicas voltadas para o tema da discussão. Ressalte-se, ainda, que as referidas Políticas públicas também compunham parte dos objetivos específicos na proposição de ações para sustentabilidade a partir dos aspectos identificados.

Sendo assim, fica evidente que se faz necessário criar argumentos legais que forneçam proteção aos agentes criativos, moderem o mercado e seus produtos. Esse cenário é vital para que o ciclo produtivo das Indústrias Criativas tenha longevidade e abranjam as principais dimensões da sustentabilidade.

Os resultados obtidos com a pesquisa permitem aprofundamento dos estudos por outros pesquisadores na área da Economia Criativa e Desenvolvimento Sustentável, mas não limitados a:

- a) regionalização da Economia Criativa no Brasil;
- b) papel dos estados e municípios na promoção da Economia Criativa Local;
- c) políticas públicas referentes ao desmembramento da Economia Criativa do setor cultural;
- d) pesquisas para o desenvolvimento de políticas que permitam acesso a crédito para empreendedores no lançamento de negócios nas Indústrias Criativas;
- e) avaliar medidas mais robustas para a proteção de direitos a serviços criativos e formas de multiplicação de produtos únicos originados a partir do desenvolvimento local criativo;
- f) estudos sobre a viabilidade do uso de sistemas de cooperativas por parte de agentes criativos em diferentes regiões do Brasil.

Os materiais de estudo sobre os impactos da Economia Criativa e suas indústrias, assim como os dados disponíveis sobre seus negócios e sua contribuição na economia ainda são muito escassos e com necessidade de aprofundamento. Essa característica indica que ainda necessitam de mais pesquisas e contribuições por parte dos agentes envolvidos, assim como da comunidade acadêmica, dos governantes e das organizações envolvidas.

Mesmo o caso de São Paulo sendo a capital nacional da Economia Criativa com seu faturamento, participação e postos de trabalho tendo a maior representatividade no cenário nacional, ainda é possível expandir muito o mercado criativo com investimentos no setor, melhoria na infraestrutura local, fomentos a pequenos e médios negócios e, principalmente, na criação e implementação de políticas públicas que favoreçam esses negócios e reduzam a informalidade.

Com todas as dificuldades apresentadas com relação a falta de dados mais profundos e a crescente participação das Indústrias Criativas no mercado formal, é notório que a Economia Criativa pode contribuir para o desenvolvimento local sustentável se implementada de forma correta e coerente. Para isso, é necessária a implementação a partir de um arcabouço político que dê proteção aos produtos, produtores e serviços criativos, tanto na legalização das

atividades e redução de impostos, quanto na proteção intelectual de produtos e serviços. Também no incentivo a criação de clusters criativos de determinados seguimentos de acordo com os interesses locais e oportunidades de negócio, bem como o desenvolvimento de políticas públicas que permitam linhas de crédito para expansão dos negócios criativos, aumento das liberdades individuais da comunidade local e novos projetos para manutenção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável. E, ainda, no desenvolvimento de produtos/marcas locais a partir da Identidade regional oriunda de serviços e produtos criativos.

Além disso, é importante que o local/região que se propõe a atrair o capital criativo possua as condições de infraestrutura necessárias para o desenvolvimento das atividades, como mobilidade urbana, segurança pública, conectividade, cenário cultural e opções de criação de demanda. Complementando esses fatores, a identidade local surge como diferencial na criação de produtos e serviços, seja em mercados únicos como artesanato e moda ou até mesmo em empresas de tecnologia voltadas ao marketing, às mídias e à tecnologia, respeitando as características regionais na criação de seus produtos e serviços e utilizando essa característica como diferencial e oportunidade de criação de produtos únicos com forte apelo emocional e vínculo com os consumidores.

Essas características fazem com que a Economia Criativa tenha diferenciais de mercado que são considerados atrativos nos tempos atuais, em que os consumidores não buscam somente itens produzidos em série somente com preços mais baixos, mas a busca por produtos customizados que tragam alguma referência emocional e/ou apelo regional em sua confecção e comercialização. A busca por mercados locais é crescente com o aumento da exposição dos temas de sustentabilidade e a real necessidade de consumir produtos com baixo ou nenhum potencial de degradação na sua matéria prima, na produção, na comercialização e/ou no consumo.

Sendo assim, é perceptível o potencial que a Economia Criativa e suas indústrias possuem para contribuir com ambientes favoráveis ao desenvolvimento sustentável e novas opções de mercado e serviços. Ainda se trata de um tema novo com muitas possibilidades e necessidades de estudo para sua viabilização mais eficaz e inclusiva. A participação e fomento por parte do poder público é um ponto que merece atenção para que sua implementação tenha longevidade e permita novos integrantes e uma competição justa. As Indústrias Criativas têm um grande potencial para o desenvolvimento de regiões no Brasil. Se faz necessário um levantamento dos potenciais criativos das regiões por interesse e identidade local. Propor processos de implementação de cooperativas criativas como de produtores locais do sul do Brasil para dar força ao comércio local e mostrar a identidade dos produtos no cenário nacional.

Um outro ponto importante para a Economia Criativa alavancar mais empregos e a economia é receber projetos da iniciativa privada, instituições de ensino e startups. Isso faz com que novos projetos sejam desenvolvidos, direcionados a problemas e oportunidades já conhecidas dentro da sustentabilidade. Como por exemplo: Saneamento básico, distribuição de água potável, energia limpa, educação profissionalizante, entre outros.

A região de São Paulo é um expoente nacional no cenário das Indústrias Criativas, garantindo a maioria dos postos de trabalho, melhores salários e maiores investimentos. Isso mostra que o Mercado tradicional aliado a novas opções como a Economia Criativa pode ser um viés interessante para aumento da oferta de emprego, do aumento do volume de negócios e da oferta e demanda de novos tipos de produtos e serviços.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, R. B. **Economia criativa e desenvolvimento**: uma análise a partir dos fatores estruturantes de políticas públicas municipais em Porto Alegre (RS), São José dos Campos (SP) e Ananindeua (PA). 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193072>. Acesso em: 2 jun. 2021.
- AL-HADDAD, S.; KOTNOUR, T. **Integrando a literatura de mudança organizacional**: um modelo para mudança bem-sucedida. *Journal of Organizational Change Management*, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 234-262, 2015.
- ALONSO, G. **Indicadores de Cultura da Unesco para o Desenvolvimento (IUCD)**. São Paulo: Itaú Cultural, 2019.
- AMADO, F. **Direito ambiental esquematizado**. 5. ed. São Paulo: Método, 2014. v. 1.
- AMARAL, S. P. **Sustentabilidade ambiental, social e econômica nas empresas**. São Paulo: Tocalino, 2014.
- ANDRES, S. D.; NASCIMENTO, L. F. M. **A gestão ambiental pública em municípios do Vale do Taquari**. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 8., 2015, São Paulo. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2015.
- ANTUNES, P. B. **Direito ambiental**. 11. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2019.
- AZAPAGIC, A. **Systems approach to corporate sustainability**: a general management framework. *Process Safety and Environmental Protection*, [s. l.], v. 81, n. 5, p. 303-316, 2003.
- AZAPÁGICO, A.; PERDAN, S. **Indicadores de desenvolvimento sustentável para a indústria: uma estrutura geral**. *Trans IChemE*, Nova Jersey, v. 78, n. 4, p. 243-261, 2015.
- BALLOU, R. H. **Gerenciamento de logística de negócios**: planejando, organizando e controlando o suprimento. 4. ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2019.
- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental e empresarial**: conceito, modelos e instrumentos. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- BARBOSA, F. Entrevista para Instituto Votorantim. In: AUGUSTO, T. **Capítulo 2**: o difícil é encontrar o melhor começo, [s. l.], 15 ago. 2008. Disponível em: <https://capitulodois.wordpress.com/2008/08/15/entrevista-para-instituto-votorantim-3/>. Acesso em: 22 jan. 2022.
- BARBOSA, F. **O Ipea e a economia da cultura**. Observatório Itaú Cultural, São Paulo, n. 23, p. 147-158, dez. 2017/maio 2018. Disponível em: https://issuu.com/itaucultural/docs/obs23_book_af_issuu. Acesso em: 2 jun. 2021.

BARBOSA, G. S.; DRACH, P. R.; CORBELLA, O. D. **A conceptual review of the term's sustainable development and sustainability**. *International Journal of Social Sciences*, Prague, v. 3, n. 2, p. 1-15, 2014. Available from: https://www.iises.net/download/Soubory/soubory-puvodni/pp-01-15_ijossV3N2.pdf. Cited: June 3, 2021.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica**. 2. ed. São Paulo: Makron Editora, 2000.

BENDASSOLI, P. F. *et al.* **Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades**. *RAE*, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 10-18, jan./mar. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902009000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/kvm4rNbFpXGNmfDSknxVBSP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 jun. 2021.

BENSUSAN, N. **ICMS ecológico: um incentivo fiscal para a conservação da biodiversidade**. *In: BENSUSAN, N. (org.). Seria melhor mandar ladrilhar?: biodiversidade como, para que, por quê*. Brasília, DF: Editora UnB, 2013.

BERARDI, P. C.; BARBIERI, J. C. **Isomorfismos como motivadores da evolução da gestão ambiental: um estudo com médias e grandes empresas de dois estados brasileiros**. *In: ENCONTRO DA ANPAD, 37.*, 2013, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ANPAD, 2013.

BLYTHE, M. **The work of art in the age of digital reproduction: the significance of the creative industries**. *JADE*, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 144-150, 2001.

BOMFIM, F. R.; ROCHA, J. C.; PEIXOTO, A. P. A. **Economia criativa e propriedade intelectual, interlocutando com a tecnologia social na comunidade**. *In: TAVARES, G. (ed.). Turismo, lazer e negócios*. São Paulo: Atena Editora, 2019. p. 139-154. E-book. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/arquivos/ebooks/turismo-lazer-e-negocios>. Acesso em: 2 jun. 2021.

BONTJE, M.; MUSTARD, S. **Creative industries, creative class, and competitiveness: expert opinions critically appraised**. *Geoforum*, Amsterdam, v. 40, n. 5, p. 843-852, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2009.07.001>.

BORTHOLIN, E.; GUEDES, B. D. **Efeito estufa**. [S. l.: s. n.], 2013.

BOUND, K. **Brazil: the natural knowledge economy**. London: Demos, 2008. E-book. Available from: https://www.demos.co.uk/files/Brazil_NKE_web.pdf. Cited: June 4, 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020**. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14017.htm. Acesso em: 22 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.150, de 12 de maio de 2021**. Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc), para estender a prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização de recursos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.150-de-12-de-maio-de-2021-325357377>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Cadeia produtiva**. Brasília, DF: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, [2016]. Disponível em: www.mdic.gov.br/competitividade-industrial/acoes-e-programas-11/conceituacao. Acesso em: 6 maio 2016.

BRAZ, M. **Partido e revolução: 1848-1989**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BREZET, H.; VAN HEMEL, C. **Ecodesign: a promising approach to sustainable production and consumption**. Paris: UNEP, 2017.

BRUNSTEIN, J.; RODRIGUES, A. L. **Sustentabilidade, sentido e ação: contribuições para o desenvolvimento da competência societal**. In: ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, 3., 2015, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: [s. n.], 2015.

BRYMAN, A.; BELL, E. **Métodos de pesquisa de negócios**. 3rd. ed. Nova York: Universidade de Oxford Pressione, 2015.

CALLADO, A. L. C. **Modelo de mensuração de sustentabilidade empresarial: uma aplicação em vinícolas localizadas na Serra Gaúcha**. 2013. 2016 f. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CAMPOS, L. M. S. **Um estudo para definição e identificação dos custos da qualidade ambiental**. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CARVALHO, A. C. V.; STEFANO, S. R.; MUNCK, L. **Competências voltadas à sustentabilidade organizacional: um estudo de caso em uma indústria exportadora**. *Gestão & Regionalidade*, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 33-48, 2015.

CASAGRANDE JUNIOR, E. F. **Inovação tecnológica e sustentabilidade: possíveis ferramentas para uma necessária interface**. *Revista Educação & Tecnologia*, Curitiba, n. 8, p. 97-109, 2004. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec/article/view/1136/733>. Acesso em: 4 jun. 2021.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. **Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo**. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 22, n.3, p. 461-474, dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132010000300004>.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sn/a/fG9sSJcJXRMygQBpFjCTzTH/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 3 jun. 2021.

CAVES, R. **Creative industries**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. v. 1.

CLIFTON, N. **The “creative class” in the UK: an initial analysis**. *Geografiska Annaler Series B Human Geography*, Lund, v. 90, n. 1, p. 63-82, 2008. Available from: <https://www.umsl.edu/~naumannj/professional%20geography%20articles/THE%20CREATIVE%20CLASS%20IN%20THE%20UK.pdf>. Cited: June 3, 2021.

COELHO, L. C. **A nova onda logística: reversa. Logística Descomplicada**, [s. l.], 2016. Disponível em: <http://www.logisticadescomplicada.com/a-nova-onda-logistica-reversa/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

COHEN, R. *et al.* **Defining the creative economy: industry and occupational approaches**. *Economic Development Quarterly*, Cleveland, v. 22, n. 1, p. 24-45, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1177/0891242407311862>.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COMO FUNCIONA o tratamento de efluentes industriais. **Tera Ambiental**, [s. l.], 21 jul. 2021. Disponível em: <https://www.teraambiental.com.br/blog-da-tera-ambiental/bid/338190/como-funciona-o-tratamento-de-efluentes-industriais>. Acesso em: 17 nov. 2021.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). **Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986**. Brasília, DF: CONAMA, 1986.

CORAL, E. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. 2013. 282 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CORNFORD, J.; CHARLES, D. **Culture cluster mapping and analysis: a draft report for ONE North East**. Newcastle Upon Tyne: Centre for Urban and Regional Development Studies, 2001.

CORSI, F. L. **Notas sobre desenvolvimento e ecologia**. [S. l.: s. n.], 2007. [Texto não publicado].

COSTA, A. R.; TALARICO, E. G. **Marketing promocional: descobrindo os segredos do mercado**. São Paulo: Atlas, 2015.

COUTO, M. C. L.; LANGE, L. C. Análise dos sistemas logística reversa no Brasil. **Revista Engenharia Sanitária e Ambiental**, Vitória, v. 22, n. 5, 2017.

CUNHA, C. J. C. A. **Planejamento estratégico: uma abordagem prática**. Florianópolis: NEST/UFSC, 2016.

DAHER, C. E.; SILVA, E. P.; FONSECA, A. P. **Logística reversa: oportunidade para redução de custos através do gerenciamento da cadeia integrada de valor**. *Brazilian Business Review*, Vitória, v. 3, n. 1, p. 58-73, 2016.

DEPARTMENT FOR CULTURE, MEDIA, AND SPORT (DCMS). **Creative industries mapping documents 2001**. London: DCMS, 2001. E-book. Available from: <https://www.gov.uk/government/publications/creative-industries-mapping-documents-2001>. Cited: June 3, 2021.

DEPARTMENT FOR CULTURE, MEDIA, AND SPORT (DCMS). **Creative industries: focus on employment**. London: DCMS, 2016. E-book. Available from: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/534305/Focus_on_Employment_revised_040716.pdf. Cited: June 3, 2021.

DEPARTMENT OF COMMUNICATIONS AND THE ARTS (Australia). **Creative Nation: commonwealth cultural policy**. Canberra: Department of Communications and the Arts, 1994. E-book. Available from: <https://catalogue.nla.gov.au/Record/1948332>. Cited: Jan., 2022.

DESLAURIERS, J. P. **Recherche qualitative: guide pratique**. Québec: McGraw Hill, 1991.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2013.

DOGANOVA, L.; KARNOE, P. Building markets for clean technologies: controversies, environmental concerns, and economic worth. **Industrial Marketing Management**, Amsterdam, v. 44, Jan. 2015.

DUNLOP, R. Artesanato solidário. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 147, p. 11-22, 2001.

DUTRA, C.; NASCIMENTO, L. F. M. **Em busca de melhores bases estratégicas para estratégias de P + L**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 2017, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: [s. l.: s. n.], 2017.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: Unaula, 2014.

FARIA, V. E. **Brasil: compatibilidade entre a estabilização e o resgate da dívida social**. Cadernos Adenauer, São Paulo, n. 1, 2000.

FARRUGIA, B. **Como funciona uma estação de tratamento**. [S. l.: s. n.], 2014.

FARRUGIA, B. **Estação de tratamento de efluentes**. [S. l.: s. n.], 2013.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados**. Cadernos EBAPE.Br, Rio de Janeiro, v.15, n. 3, p. 667-681, jul. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395157473>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/hvbYDBH5vQFD6zFjC9zHc5g/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 3 jun. 2021.

FERREIRA, J. A. M. **Tratamento e efluentes**. São Paulo: McLeod Ferreira Consultoria Técnica e Comercial, 2013.

FERREIRA, L. C. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FERRER, G. R.; CRUZ, P. M. **Direito, sustentabilidade e a premissa tecnológica como ampliação de seus fundamentos.** In: SOUZA, M. C. S. A.; REZENDE, E. N. (org.). *Sustentabilidade e meio ambiente: efetividades e desafios.* Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

FIGUEIRÓ, P. S. **Educação para a sustentabilidade em cursos de graduação em administração:** proposta de uma estrutura analítica. 2015. 262 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FIRJAN SENAI. **Mapeamento da indústria criativa no Brasil.** Rio de Janeiro: Firjan SENAI, 2019. E-book. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/economiacriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2021.

FIRJAN. **Indústria Criativa: análise especial.** São Paulo: FIRJAN, 2018. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/economiacriativa/downloads/AnaliseEspecialSP-2018.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FIRJAN. **Indústria criativa:** mapeamento da indústria criativa no Brasil. Rio de Janeiro: Sistema Firjan, 2012. E-book. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa-Firjan2012.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2021.

FLORIDA, R. **A ascensão da classe criativa.** Porto Alegre: L&PM, 2011.

FLORIDA, R. **The creative class and economic development.** *Economic Development Quarterly*, Cleveland, v. 28, n. 3, p. 196-205, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/0891242414541693>.

FONSECA, E. C. C. *et al.* **Evolução dos estudos de logística reversa realizados no contexto nacional: uma análise bibliométrica.** *Revista Produção Online*, Florianópolis, v. 15, n. 4, p.1457-1480, 2015.

FREITAS, A. K. B.; SCHEFFER, D.; DIAS, L. F. L. **Logística reversa do papelão: o processo e cuidados ambientais em uma rede de varejo do RS.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 9., 2016, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: [s. n.], 2016.

FREITAS, J. **Sustentabilidade:** direito ao futuro. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise.** São Paulo: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento:** enfoque interdisciplinar. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

FURTADO, J. S. **Manual de prevenção de resíduos na fonte & economia de água e energia.** São Paulo: Escola Politécnica da USP, 2018.

GARCIA, F. B. Crédito de carbono. **Mundo da Sustentabilidade**, [s. l.], 7 dez. 2019.

GIACOMET, D. **Diagnóstico da aderência do processo produtivo de uma indústria madeireira aos princípios do ecodesign**. 2008. 104 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOBBI, B. C. **Manual de monografia ESAB**. Vila Velha: Escola Superior Aberta do Brasil, 2012. E-book. Disponível em: <https://docplayer.com.br/3089160-Escola-superior-aberta-do-brasil-esab-manual-de-monografia.html>. Acesso em: 3 jun. 2021.

GOLINSKA, P.; KUEBLER, F. **The method for assessment of the sustainability maturity in remanufacturing companies**. In: CONFERENCE ON LIFE CYCLE ENGINEERING, 21., 2014, Trondheim. Proceedings [...]. Trondheim: [s. n.], 2014.

GOMIDE, A. A. **Capacidades estatais para políticas públicas em países emergentes: (des)vantagens comparativas do Brasil**. In: GOMIDE, A. A.; BOSCHI, R. R. (ed.). Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 15-47.

GREENPEACE. **Greenpeace alerta para os perigos de substâncias tóxicas encontradas dentro de casa**. [S. l.]: Greenpeace, 2013.

GRIFFITH, A. Integrated management systems: a single management system solution for Project control?. **Engineering, Construction and Architectural Management**, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 232-240, 2015.

GUARNIERI, P. **Logística reversa e os impactos da PNRS**. Portal Direito Ambiental, [s. l.], 2015.

HARTLEY, J. (ed.). **Creative industries**. Oxford: Blackwell, 2005.

HENRIQUES, R. M. **Aproveitamento energético de resíduos sólidos urbanos: uma abordagem tecnológica**. 2014. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Planejamento Energético) – Programa de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

HOUAISS, I. A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão Monusuário, 3.0. CD-ROM. São Paulo: Objetiva, 2019.

HOWKINS, J. **Economia criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas**. São Paulo: M. Books, 2012.

HOWKINS, J. **The mayor's commission on the creative industries**. In: HARTLEY, J. (ed). **Creative industries**. London: Blackwell, 2005. p. 117-125.

HYNDS, J. E. *et al.* **A maturity model for sustainability in new product development**. Research-Technology Management, Abingdon, v. 57, n. 1, p. 50-57, 2014.

IBOPE. **Pesquisa de opinião pública “viver em São Paulo”**: qualidade de vida. Rio de Janeiro: IBOPE Inteligência, 2019. E-book. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2020/01/ViverEmSP_QualidadeDeVida_2020_completa.pdf. Acesso em: 4 jun. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Políticas públicas, economia criativa e da cultura**. Brasília, DF: Ipea, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36626&Itemid=448. Acesso em: 6 jan. 2022.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf)**. 2009. Disponível em: <https://ipm.org.br/inaf>. Acesso em: 4 jun. 2021.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do saneamento 2021**: maiores cidades brasileiras. São Paulo: G. O. Associados, 2021. Disponível em: https://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/Ranking_saneamento_2021/Relat%C3%B3rio_-_Ranking_Trata_Brasil_2021_v2.pdf. Acesso em: 22 jan. 2022.

ITAÚ CULTURAL. **Relatório anual de atividades Itaú Cultural 2018**. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: https://portal-assets.icnetworks.org/uploads/attachment/file/100169/IC_Relatorio_Anual_Online_2018.pdf. Acesso em: 4 jun. 2021.

JACOBI, P. R. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000100008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrfTmfHxktgnt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 jun. 2021.

JACOBI, P. R. **Educação Ambiental**: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, 2015.

JACOBI, P. R. **Meio ambiente e sustentabilidade**. In: O MUNICÍPIO no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: CEPAM, 1999. p. 175-183.

JAGUARIBE, A. **Indústrias criativas**. [S. l.: s. n.], 2006. Disponível em: <http://www.portalliberal.com.br>. Acesso em: 24 jul. 2006.

JEFFCUTT, P. **Management and the creative industries**. Studies in Culture, Organizations and Society, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 123-127, 2000.

JEFFCUTT, P.; PRATT, A. C. **Managing creativity in the cultural industries**. Creativity & Innovation Management, [s. l.], v. 11, n. 4, p. 225-233, 2002.

JENSEN, R. **The dream society**: how the coming shift from information to imagination will transform your business. New York: McGraw Hill, 1999.

JONES, C. I. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LACERDA, L. **Logística reversa**: uma visão sobre os conceitos básicos e as práticas operacionais. [S. l.: s. n.], 2019.

LAYRARGUES, P. P. **A cortina de fumaça**: o discurso verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo: Annablume, 2018.

LAYRARGUES, P. P. **A crise ambiental e suas implicações na educação**. In: QUINTAS, J. S.(org.). Pensando e praticando educação ambiental na gestão do meio ambiente. 2. ed. Brasília, DF: Edições IBAMA, 2013.

LEBLANC, R. **E-Waste and the Importance of Electronics Recycling**. [S. l.: s. n.], 2019.

LEITÃO, C. **Políticas públicas para a economia criativa**. Fortaleza: UECE, 2018.
Disponível em: <http://brasil2060.ibict.br/wp-content/uploads/2018/08/ClaudiaLeitao.pdf>.
Acesso em: 7 jan. 2022.

LEITE, J. R. M. **Dano ambiental**: do individual ao coletivo extrapatrimonial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

LEITE, P. R. **Logística reversa nova área da logística empresarial**. Revista Tecnológica, São Paulo, maio 2013.

LEITE, R. P. **Logística reversa, meio ambiente e competitividade**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2018.

LEMOS, A. D. C. **A produção mais limpa como geradora de inovação e competitividade**: o caso da Fazenda Cerro do Tigre. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração), Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

LESSA, S. **Capital e estado de bem-estar social**: o caráter de classe das políticas públicas. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LINDSEY, T. C. **Sustainable principles: common values for achieving sustainability**. Journal Cleaner Production, [s. l.], v. 19, n. 5, p. 561-565, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2010.10.014>.

LUSTOSA, L. *et al.* **Planejamento e controle da produção**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

MACHADO, V. F. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável**: de Estocolmo a Rio 92. 2005. 328 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2005.

MADEIRA, M. **Economia criativa**: implicações e desafios para a política externa brasileira. Brasília, DF: FUNAG, 2014. E-book. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1096-economia-criativa.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2021.

- MARCHI, C. M. D. F. **Novas perspectivas na gestão do saneamento: apresentação de um modelo de destinação final de resíduos sólidos urbanos.** *Urbe Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 91-105, 2015.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MASCARO, A. L. **Filosofia do direito.** São Paulo: Atlas, 2014.
- MATHESON, B. **A culture of creativity: design education and the creative industries.** *Journal of Management Development*, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 55-64, 2006.
- MATTSSON, S. **Abraçando a mudança: estratégias de gerenciamento na era da economia eletrônica.** Danderyd: Intentia Publ, 2018.
- MEDEIROS, J. V.; JURADO, S. R. Acidentes de trabalho em madeireiras: uma revisão bibliográfica. **Revista Agrogeoambiental**, Pouso Alegre, v. 5, n. 2, p. 87-96, 2013.
- MEINEN, E.; PORT, M. **Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios.** Brasília, DF: Confecras, 2014.
- MELLO, M. C. A.; NASCIMENTO, L. F. M. **O intangível da produção mais limpa: o mais que ainda é menos.** *In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE*, 8., 2015, Rio de Janeiro. Anais [...]. [S. l.: s. n.], 2015.
- MENDES, J. M. G. Dimensões da sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 49-59, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/32772238/DIMENS%C3%95ES_DA_SUSTENTABILIDADE. Acesso em: 3 jun. 2021.
- MENDONÇA, J. C. A. *et al.* **Logística Reversa no Brasil: um estudo sobre o mecanismo ambiental, a responsabilidade social corporativa e as legislações pertinentes.** *Revista Capital Científico*, Guarapuava, v. 15, n. 2, 2017.
- MESSIAS, F. B. **O pentagrama da sustentabilidade na visão da economia criativa: um estudo da economia criativa na Austrália, Reino Unido, Argentina, Colômbia e Brasil.** 2017. 230 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal de Brasília, Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31461/1/2017_FernandaBocornyMessias.pdf. Acesso em: 2 jun. 2021.
- MILANI, C. **Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiênciade Pintadas** (Bahia, Brasil). *In: CAPITAL social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia.* Salvador: UFBA, 2005.
- MILARÉ, E. **Direito do ambiente.** 4. ed. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2016.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 1993.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MOLTENI, L.; ORDANINI, A. Consumption patterns, digital technology and music downloading. **Long Range Planning**, [s. l.] v. 36, n. 4, p. 389-406, 2003. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0024-6301\(03\)00073-6](https://doi.org/10.1016/S0024-6301(03)00073-6).

MONTIBELLER F. G. **Empresas, desenvolvimento e ambiente: diagnóstico e diretrizes de sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2017.

MORAES, M. A. F. D. **Indicadores do mercado de trabalho do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar do Brasil no período 1992-2005**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 875-902, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612007000400007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/gfGNyryLSGJ5rFWQ6Syvypc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2022.

MOTA, F. O. **Manual do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

MOUSINHO, P. **Alguns conceitos de educação ambiental**. In: TRIGUEIRO, A. (coord.). Meio ambiente no século 21. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. **Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios**. Revista de Administração Contemporânea, João Pessoa, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000400010>. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/874>. Acesso em: 3 jun. 2021.

MUNCK, L.; MUNCK, M. M.; SOUZA, R. B. **Sustentabilidade organizacional: a proposição de um framework representativo do agir competente para seu acontecimento**. In: ENCONTRO DA ANPAD, 35., 2016, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPAD, 2016.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Secretário-geral da ONU apresenta síntese dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pós-2015**. Brasília, DF: ONU Brasil, 2014.

NASCIMENTO, E. P. **Trajatória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/yJnRYLWXSwyxqggqDWy8gct/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 3 jun. 2021.

NEVES, L. **Diagnóstico da institucionalização da responsabilidade social corporativa em empresas da região metropolitana de campinas – SP**. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/1304/2/LIVIA%20FERREIRA%20NEVES.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

NEWBIGIN, J. **A economia criativa: um guia introdutório**. Londres: British Council, 2010. (Série Economia Criativa e Cultural, n. 1). E-book. Disponível em: https://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Intro_guide_-_Portuguese.pdf?_ga=2.143560629.1888751317.1617026592-2122804912.1616522929. Acesso em: 2 jun. 2021.

NOCE, G. H. S.; FONSECA, J. M. A.; ALMEIDA, D. A. Logística reversa nas organizações e no ambiente corporativo. **Revista Factus de Administração e Gestão**, [s. l.], v. 1, n. 3, 2018.

NOGUEIRA, M. M. *et al.* **Procedimentos simplificados em segurança e saúde do trabalho no manejo florestal**. Belém: Instituto Floresta Tropical, 2015. (IFT manual técnico, v. 1).

NYKO, D.; ZENDRON, P. **Economia criativa**. In: PUGA, F.; CASTRO, L. B. (org.). *Visão2035: Brasil, país desenvolvido: agendas setoriais para alcance da meta*. Rio de Janeiro: BNDES, 2018. p. 259-288. Disponível em: http://www.cosemssp.org.br/wp-content/uploads/2019/02/BNDES_Visao_2035_compl_P-Dez-2018.pdf. Acesso em: 22 jan. 2022.

OKONGWU, U.; MORIMOTO, R.; LAURAS, M. **The maturity of supply chain sustainability disclosure from a continuous improvement perspective**. *International Journal of Productivity and Performance Management*, Bingley, v. 62, n. 8, 2013.

OLIVEIRA NETO, G. C. *et al.* **Avaliação das vantagens ambientais e econômicas da implantação da logística reversa no setor de vidros impressos**. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 199-220, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/HWLD8LYrLRKNQyK4jmM5SCc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF: ONU, 2018.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: ONU Brasil, 2015.

OXFAM INTERNACIONAL. **O vírus da desigualdade: unindo um mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável**. Oxford: Oxfam Internacional, 2021. E-book: Disponível em: https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/01/bp-the-inequality-virus-110122_PT_Final_ordenado.pdf?utm_campaign=davos_2021_-_pre_lancamento&utm_medium=email&utm_source=RD+Station. Acesso em: 4 jun. 2021.

OXFORD Dictionary of English. Oxford: Oxford University Press, 2010. Available from: <https://languages.oup.com/dictionaries/#oed>. Cited: Mar. 19, 2021.

PEREIRA, A. L. *et al.* **Logística reversa e sustentabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

PEREIRA, S. S.; CURI, R. C. **Modelos de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos: a importância dos catadores de materiais recicláveis no processo de gestão ambiental.** *In:* LIRA, W. S.; CÂNDIDO, G. A. (org.). *Gestão sustentável dos recursos naturais: uma abordagem participativa.* Campina Grande: EDUEPB, 2013. p. 149-172.

PHILIPPI JUNIOR, A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação ambiental e sustentabilidade.** 2. ed. Barueri: Manole, 2014.

PHILIPPI, L. S. **A construção do desenvolvimento sustentável.** *In:* LEITE, A. L. T. A.; MININNI-MEDINA, N. *Educação ambiental: questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativa.* 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2013. v. 5.

PIES, W.; GRÄF, C. O. **Desenvolvimento sustentável: uma análise a partir do método Safe.** *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 794-804, maio/ago. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5902/2236117015960>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/15960>. Acesso em: 3 jun. 2021.*

POWELL, W.; SNELLMAN, K. **The Knowledge Economy.** *Annual Review of Sociology, Palo Alto, v. 30, n. 1, p. 199-220, 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.soc.29.010202.100037>. Available from: https://scholar.harvard.edu/files/kaisa/files/powell_snellman.pdf. Cited: June 3, 2021.*

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. E-book. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2021.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015: o trabalho como motor do desenvolvimento humano.** New York: PNUD, 2015. E-book. Disponível em: <https://www.fae.br/portal/wp-content/uploads/2016/09/Relat%C3%B3rio-do-Desenvolvimento-Humano.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.

QUINTAS, J. S. **A educação ambiental no contexto da gestão ambiental pública.** [S. l.: s. n.], 2018.

REIS, A. C. F. (org.). **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento.** São Paulo: Itaú Cultural; Garimpo de Soluções, 2008. Disponível em: <https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Economia-Criativa-como-Estrat%C3%A9gia-de-Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2021.

REIS, A. C. F. **Cidades criativas: análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo.** 2011. 312 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-08042013-091615/publico/Tese_Ana_Carla_Fonseca_Reis.pdf. Acesso em: 3 jun. 2021.

REPORT of the World Commission on Environment and Development: our Common Future. Oxford: Oxford University Press, 1987.

RIBEIRO, F. M. **Reforma da regulação ambiental**: características e estudos de caso no estado de São Paulo. Tese (doutorado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Instituto de Eletrotécnica e Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RIBEIRO, W. A. **A relação entre os marcos regulatórios do saneamento básico e dos resíduo sólidos**. In: JARDIM, A.; YOSHIDA, C.; MACHADO FILHO, J. V. (org.). Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos. Barueri: Manole, 2012.

RICHTHOFEN, W. **Inspeção do trabalho**: um guia da profissão. Coimbra: Coimbra Editora, 2016.

RIFKIN, J. **L'âge de l'accès**: la nouvelle culture du capitalisme. Paris: La Découverte, 2005.

RIFKIN, J. **The age of access**: the new culture of hypercapitalism where all of life is a paid for experience. New York: Penguin Putnam, 2000.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1993.

SALLES, A. C. *et al.* Tecnologia da informação verde: um estudo sobre sua adoção nas organizações. **Revista de Administração Contemporânea**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 41-63, 2016.

SANTOS, J. N.; SILVA, M. A. M. **ISO 14000 e a Gestão Ambiental: uma Reflexão das Práticas Ambientais Corporativas**. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 9., 2017, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: [s. n.], 2017.

SÃO PAULO. In: IBGE **Cidades e Estados**. [2021]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-paulo.html>. Acesso em: 2 jun. 2021.

SAVITZ, A. W.; WEBER, K. **A empresa sustentável**: o verdadeiro sucesso é lucro com responsabilidade social e ambiental. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1982.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Guia do empreendedor criativo**. Brasília, DF: Sebrae, 2015. Disponível em: https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e1bb929711a641ae93eb6dbb5853db3d/%24File/5442.pdf. Acesso em: 22 jan. 2022.

SILVA, C. L. **Proposta de um modelo de monitoramento e avaliação do desenvolvimento sustentável.** In: SILVA, C. L. (org.). *Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo.* Petrópolis: Vozes, 2006.

SILVA, C. L.; MENDES, J. T. G. (org.). **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar.** Petrópolis: Vozes, 2015.

SILVA, M. R. *et al.* **Educação como instrumento de gestão ambiental numa perspectiva transdisciplinar.** São Paulo: [s. n.], 2012.

SILVA, T. R.; SILVA, E. F. **Uso da propriedade intelectual na economia criativa: possibilidades e dificuldades.** Revista Educamazônia, Manaus, v. 21, n. 2, p. 306-325, jul. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educamazonia/article/view/5184/4140>. Acesso em: 3 jun. 2021.

SILVEIRA, M. A.; KIKUCHI, L. S.; POLICENO, C. A. **Inovação e aprendizagem organizacional para a sustentabilidade: desenvolvimento de competências na indústria de equipamentos eletromédicos.** Management and Connections Journal, Vitória, v. 2, n. 1, p. 76-93, 2013.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOKOLOVIC, S. M.; ZAVARGO, Z. Z.; SOKOLOVIC, D. S. **Sustainable development, clean technology, and knowledge from industry.** Thermal Science, Belgrade, v. 16, suppl. 1, 2012.

SOLOW, R. M. **A contribution to the theory of economic growth.** Quarterly Journal of Economics, Oxford, v. 70, n. 1, p. 65-94, 1956. Available from: <http://piketty.pse.ens.fr/files/Solow1956.pdf>. Cited: June 4, 2021.

SOUZA, C. **Capacidade burocrática no Brasil e na Argentina: quando a política faz a diferença.** Rio de Janeiro: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2035). E-book. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3455/1/td_2035.pdf. Acesso em: 4 jun. 2021.

SOUZA, C. **Capacidade burocrática no Brasil e na Argentina: quando a política faz a diferença.** In: GOMIDE, A. A.; BOSCHI, R. R. (eds.). *Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada.* Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 51-136.

SOUZA, M. P. **Instrumentos de gestão ambiental: fundamentos e prática.** São Carlos: Editora Riani Costa, 2015.

SOUZA, S. F.; FONSECA, S. U. L. **Logística reversa: oportunidades para redução de custos em. Decorrência da evolução do fator ecológico.** [S. l.: s. n.], 2016.

STROH, P. Y. **Cooperativismo, tecnologia social e inclusão produtiva de catadores de materiais recicláveis.** In: PEREIRA, C. J.; GOES, F. L. (org.). *Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional.* Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. **Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

TARREGA, M. C. V. B. (org.). **Direito ambiental e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: RCS Editora, 2007.

TEPPER, S. J. **Creative assets and the changing economy**. The Journal of Arts Management, Law and Society, Boston, v. 32, n. 2, p. 159-268, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1080/10632920209596971>. Available from: https://www.americansforthearts.org/sites/default/files/Tepper_0.pdf . Cited: June 3, 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa de ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2010.
UCLG COMMITTEE ON CULTURE. **Culture: fourth pillar of sustainable development. Culture and Local Governance**, Ottawa, v. 3, n. 1-2, p. 161-164, 2011. DOI:<http://dx.doi.org/10.18192/clg-cgl.v3i1.194>. Available from: <https://uottawa.scholarsportal.info/ottawa/index.php/clg-cgl/article/view/194/177>. Cited: June 3, 2021.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Creative Economy Outlook: trends in international trade in creative industries 2002-2015. Country profiles 2005-2014**. Geneva: United Nations, 2018. E-book. Available from: https://unctad.org/system/files/official-document/ditcted2018d3_en.pdf. Cited: Jan. 22, 2022.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Creative Economy Report 2008: the Challenge of assessing the creative economy: towards informed policymaking**. Geneva: United Nations, 2008. E-book. Available from: https://unctad.org/system/files/official-document/ditc20082cer_en.pdf. Cited: Jan. 22, 2022.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Creative Economy Report 2010: creative economy: a feasible development option**. Geneva: United Nations, 2010. E-book. Available from: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_en.pdf. Cited: Jan. 22, 2021.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Creative Economy Report 2013: widening local development pathways**. New York: UNDP; Paris: UNESCO, 2013. E-book. Available from: <http://www.unesco.org/culture/pdf/creative-economy-report-2013.pdf>. Cited: Jan. 22, 2022.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human Development Report 1990: concept and measurement of human development**. New York: UNDP, 1990. Available from: <http://www.hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990>. Cited: Jan. 22, 2022.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VEIGA, J. E. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015.

VENTURELLI, S. **From the information economy to the creative economy**: moving culture to the center of international public policy. Washington, DC: Center for Arts and Culture, 2000. Available from: <https://www.americansforthearts.org/by-program/reports-and-data/legislation-policy/naappd/from-the-information-economy-to-the-creative-economy-moving-culture-to-the-center-of-international>. Cited: June 3, 2021.

WASKOW, R. P. **ASTM D5231 aplicada a caracterização da composição gravimétrica dos resíduos sólidos urbanos**: estudo de caso: Novo Hamburgo, RS. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

WILLE, M. M. **Logística reversa**: conceitos, legislação e sistema de custeio aplicável. Curitiba: [s. n.], 2016.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). **WIPO patent report**: statistics on worldwide patent activities. Geneva: WIPO, 2007. E-book. Available from: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/patents/931/wipo_pub_931.pdf. Cited: Jan. 22, 2021.

YOUNG, C. E. F.; STEFFEN, P. G. Instrumentos econômicos são uma mão na roda. **Adiante: Inovação para Sustentabilidade**, São Paulo, n. 3, p. 36-38, 2016.

ANEXO A – Descrição dos principais eventos sobre Sustentabilidade

Fontes: Neves (2019)² com base em IISD (2012), Brasil (2019a), Global (2019a), MMA (2019), e UNCC (2019).

Ano	Evento	Informações
1962	"Primavera Silenciosa" de Rachel Carlson	Publicação reúne pesquisa sobre toxicologia, ecologia e epidemiologia para sugerir que os pesticidas agrícolas estão se desenvolvendo a níveis catastróficos, ligados a danos causados às espécies animais e à saúde humana.
1968	Conferência Intergovernamental para Uso Racional e Conservação da Biosfera	Primeiras discussões sobre o conceito de ecologia e desenvolvimento sustentável.
1968	Fundação do Clube de Roma	Fundado pelo industrial italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King. Tornou-se muito conhecido a partir de 1972, ano da publicação do relatório intitulado "Os limites do crescimento".
1968	Publicação do livro "Bomba Populacional", Paul R. Ehrlich	No livro "Population bomb" (Bomba populacional), o autor traz a conexão entre a população humana, a exploração de recursos e o meio.
1970	1º Dia da Terra	22 de Abril de 1970, foi iniciada pelo senador norte-americano Gaylord Nelson, ativista ambiental, para a criação de uma agenda ambiental. Com apoio de universidades, escolar e a comunidade, a pressão social levou o governo dos Estados Unidos a criar a Agência de Proteção Ambiental e leis destinadas à proteção ambiental.
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (ou Conferência de Estocolmo) e criação do PNUMA	Organizada pelas Nações Unidas, a conferência de Estocolmo está enraizada nos problemas de poluição e chuva ácida do norte da Europa. Com a participação de cerca de 113 países e 250 ONG's, é reconhecida como um marco nas tentativas de melhorar as relações do homem com o Meio Ambiente e por ter inaugurado a busca por equilíbrio entre desenvolvimento econômico e redução da degradação ambiental. Também há a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).
1972	Publicação do Relatório "Os Limites do Crescimento" pelo Clube de Roma	Elaborado por uma equipe do MIT, contratada pelo Clube de Roma e chefiada por Dana Meadows, a publicação prevê consequências terríveis caso o crescimento não fosse retardado. Os países do Norte criticam o relatório por não incluir soluções tecnológicas e os países do sul ficam enfurecidos pela defesa do abandono do desenvolvimento econômico.
1974	Rowland e Molina publicam trabalho sobre os Clorofluorcarbonos (CFCs)	Trabalho é publicado na revista científica <i>Nature</i> , com os cálculos para afirmação que o uso contínuo de CFCs nas taxas da época esgotaria criticamente a camada de ozônio.
1979	Primeira Conferência Mundial do Clima	Organizada pela OMM (Organização Meteorológica Mundial), com o objetivo de debater questões ambientais referentes à agricultura, recursos hídricos, energia, biologia e economia, reuniu em Genebra cientistas e especialistas de 53 países e 24 organizações internacionais.

² NEVES, L. **Diagnóstico da institucionalização da responsabilidade social corporativa em empresas da região metropolitana de campinas – SP**. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019.


Ano	Evento	Informações
1980	Estratégia de Conservação Mundial	A seção “Rumo ao Desenvolvimento Sustentável” identifica como os principais agentes da destruição do habitat a pobreza, pressão populacional, desigualdade social e regimes de comércio. O relatório pede uma nova estratégia internacional de desenvolvimento.
1985	Mudanças Climáticas, Áustria	Reunião da Organização Meteorológica Mundial (OMM) / Organização Meteorológica Internacional (criada em 1873). Informam sobre o acúmulo de dióxido de carbono e outros “gases do efeito estufa” na atmosfera. É feita a previsão do aquecimento global.
1987	Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland)	Relatório da Primeira-Ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland ao título “Nosso Futuro Comum”, ou Relatório de Brundtland. É apresentada a expressão “desenvolvimento sustentável”, definido como “aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas aspirações”. Definição clássica e que se impôs em quase toda literatura sobre o tema e populariza o termo “desenvolvimento sustentável”.
1988	Chico Mendes	Assassinato do seringueiro brasileiro que combatia a destruição da floresta amazônica. Cientistas usam fotos de satélite para documentar o que os incêndios na Amazônia estão causando na floresta tropical.
1988	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)	Estabelecido para avaliar as pesquisas científicas, técnicas e socioeconômicas mais atualizadas sobre as mudanças climáticas.
1990	Segunda Conferência Mundial do Clima	Organizada pela OMM, foi realizada a partir do primeiro relatório produzido pelo IPCC. Reuniu cientistas e organizações que reavaliaram as decisões da primeira conferência por meio de novas pesquisas sobre o aquecimento global.
1992	Cúpula da Terra/ Rio 92	A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento é realizada no Rio de Janeiro. Há a criação da Carta da Terra, da Agenda 21, 03 convenções (sobre a proteção da biodiversidade, redução da desertificação e mudanças climáticas) e 02 declarações (de princípios sobre florestas e do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento).
1993	Primeira reunião da Comissão das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável	Estabelecida para garantir o acompanhamento da UNCED, reforçar a cooperação internacional e racionalizar a capacidade de tomada de decisão intergovernamental.
1994	UNFCCC entra em vigor	A UNFCCC (Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima) cria uma plataforma para a elaboração de acordos internacionais, definindo o papel de cada país no controle do aquecimento global. Os membros da UNFCCC devem se reunir anualmente nas chamadas Conferência dos Membros, conhecidas como COP.
1995	Conferência para o Desenvolvimento Social, Copenhague	Criação de um ambiente econômico-político-social-cultural e jurídico que permita o desenvolvimento social. Primeira vez que a comunidade internacional manifestou um compromisso claro de erradicar a pobreza absoluta.
1995	Conferência Mundial do Clima (COP 1), Berlim	Estabelecido o Mandato de Berlim, com foco principal no consenso de todos os países em se tomar ações mais enérgicas quanto à mitigação do efeito estufa.
1996	ISO 14001	Esta Norma é formalmente adotada como um padrão internacional voluntário para empresas com objetivos ambientais.

Ano	Evento	Informações
1997	Protocolo de Kyoto é assinado	Define compromissos ambientais para 37 países industrializados, considerados responsáveis pela poluição da atmosfera nos 150 anos anteriores.
1999	Lançamento dos Índices Dow Jones de Sustentabilidade	O primeiro de seu tipo, a ferramenta fornece orientação para investidores que procuram empresas lucrativas que sigam princípios de desenvolvimento sustentável.
2000	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU	A maior reunião de líderes mundiais de todos os tempos concorda com um conjunto de metas mensuráveis para combater a pobreza, a fome, a doença, o analfabetismo, a degradação ambiental e a discriminação contra as mulheres, para se atingir até 2015.
2002	Cúpula da Terra sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Joanesburgo	Em um clima de frustração com a falta de progresso do governo, com representantes de 150 nações mais grandes corporações, cientistas e militantes da causa ecológica, notou-se uma disputa feroz por interesses econômicos corporativos, com boicote a discussão de energia alternativas contra o uso do petróleo.
2002	Global Reporting Initiative - GRI	Fornecer diretrizes para relatar as dimensões econômicas, ambientais e sociais das atividades empresariais.
2005	Protocolo de Kyoto entra em vigor	O Protocolo entra em vigor, vinculando legalmente as partes dos países desenvolvidos a metas de redução de emissões de gases de efeito estufa e estabelecendo o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo para os países em desenvolvimento. As obrigações de redução de emissões expiram no final de 2012.
2007	"Uma Verdade Inconveniente" e o Nobel da Paz	O documentário do ex-vice-presidente americano Al Gore, Uma Verdade Inconveniente, ganha um Oscar, e as previsões alarmantes do IPCC sobre a saúde do planeta fazem manchetes. O IPCC e o Gore compartilham o Prêmio Nobel da Paz.
2008	Flexibilização do Protocolo de Kyoto	São introduzidos três mecanismos que facilitam que as nações atinjam suas metas tornando o Protocolo politicamente sustentável e facilitando o cumprimento das metas pelas nações participantes.
2009	2º Reunião de Cúpula do G20, Pittsburgh	As nações do G20 fornecem orientação para uma economia global, sustentável e equilibrada do século XXI. Os líderes pedem a retirada gradual dos subsídios aos combustíveis fósseis e buscam medidas que levem ao consumo sustentável, ao mesmo tempo em que fornecem apoio direcionado às pessoas mais pobres.
2009	Negociações Climáticas de Copenhague (COP 15)	A Conferência das Partes não chega a um acordo sobre novos compromissos de redução de emissões de GEE após 2012 (o fim do calendário de Kyoto). A comunidade ambiental internacional vê isso como um momento decisivo, com muitos argumentando que o processo multilateral está quebrado. O ímpeto começa a mudar para esforços nacionais e regionais para reduzir as emissões.
2010	Declaração de Cancún	195 países assinaram a Declaração a qual detalha e expande os objetivos e medidas decididos em Copenhague. A Declaração não possui caráter vinculativo.
2011	Plataforma de Durban	Propõe a criação de um novo tratado internacional como sucessor do Protocolo de Kyoto. Canadá se retira do Protocolo de Kyoto por considerar que a ausência de controle das emissões dos EUA e da China torna o acordo ineficiente.


Ano	Evento	Informações
2012	Rio +20	Cinquenta anos depois da Primavera Silenciosa, 40 anos depois de Estocolmo e 20 anos depois da Cúpula da Terra. Reunião global para garantir o acordo sobre as economias mundiais “verdes” através de uma série de medidas inteligentes (energia limpa, empregos decentes e uso mais sustentável e justo dos recursos). Porém, não foi proposta meta de redução de pobreza, controle do aquecimento global e proteção dos serviços ecossistêmicos da Terra no documento final “Que Futuro Queremos” por falta de consenso entre os 193 representantes.
2015	Acordo de Paris é assinado na COP21	Ao contrário do Protocolo de Kyoto, que se baseava na obrigatoriedade de redução das emissões de gases estufa aos países desenvolvidos, o Acordo de Paris convida todas as nações para se comprometerem quanto a redução de emissões de gases do efeito estufa e incentiva as ações de forma voluntária e com transparência. O objetivo central é fortalecer a resposta global das nações à ameaça de mudanças do clima e de reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças.
2015	Criação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pela ONU	Agenda Global de Sustentabilidade, intitulada “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Aprovada pelos 193 países-membros das Nações Unidas, esta Agenda é um plano de ação de 2015 a 2030 com 17 objetivos específicos e 169 metas associadas. Com base nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os ODS visam acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar para todos, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas
2016	Acordo de Paris entra em vigor	O Acordo de Paris entrou em vigor após ser ratificado por ao menos 55 países que correspondem juntos a 55% da emissão mundial de gases estufa. Dos 195 países que aceitaram o Pacto em 2015, 100 países o ratificaram em 2016, sendo suficiente para sua implementação. O Congresso Nacional Brasileiro concluiu em 12 de setembro de 2016, o processo de ratificação, apresentando o documento às Nações Unidas 09 dias depois. Com isso, as metas nacionais deixaram de ser pretendidas e tornaram-se compromissos oficiais. Assim, o Brasil assumiu as suas NDC - Contribuições Nacionalmente Determinadas com a sigla em inglês, comprometendo-se a: reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025, e reduzir em 43% as emissões de gases de efeito estufa em relação aos níveis de 2005, em 2030. Para isso, o país se comprometeu a aumentar a participação de bioenergia sustentável na sua matriz energética para aproximadamente 18% até 2030, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, bem como alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em 2030. Quanto as seções de ratificação, a primeira parte da sessão da Conferência das Partes (Acordo de Paris - CMA1.1), ocorreu em Marrakesh, Marrocos, de 15 a 18 de novembro de 2016. A segunda parte da primeira sessão (CMA 1.2) foi realizada em Bonn, Alemanha, de 6 a 18 de novembro de 2017. A terceira parte da primeira sessão (CMA 1.3) foi realizada em conjunto com a 24ª sessão da Conferência das Partes (COP24) em Katowice, Polônia, em dezembro de 2018.


ANEXO B – Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU


Fonte: Neves (2019)³.


Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Metas	
	<p>Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares</p>	<p>1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia</p> <p>1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais</p> <p>1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis</p> <p>1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças</p> <p>1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais</p> <p>1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões</p> <p>1.b Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza</p>



³ NEVES, L. **Diagnóstico da institucionalização da responsabilidade social corporativa em empresas da região metropolitana de campinas – SP**. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019.


Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Metas
 <p>Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável</p>	<p>2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano</p> <p>2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas</p> <p>2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola</p> <p>2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo</p> <p>2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente</p> <p>2.a Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos</p> <p>2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha</p> <p>2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos</p>


Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Metas
<div data-bbox="395 324 571 499"> <p>3 SAÚDE E BEM-ESTAR</p>  </div> <p data-bbox="582 324 734 481">Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades</p>	<p data-bbox="746 324 1262 504">3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos</p> <p data-bbox="746 504 1262 593">3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos</p> <p data-bbox="746 593 1262 683">3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis</p> <p data-bbox="746 683 1262 772">3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar</p> <p data-bbox="746 772 1262 862">3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool</p> <p data-bbox="746 862 1262 907">3.6 Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas</p> <p data-bbox="746 907 1262 996">3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais</p> <p data-bbox="746 996 1262 1086">3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos</p> <p data-bbox="746 1086 1262 1176">3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo</p> <p data-bbox="746 1176 1262 1220">3.a Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado</p> <p data-bbox="746 1220 1262 1355">3.b Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos</p> <p data-bbox="746 1355 1262 1444">3.c Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento</p> <p data-bbox="746 1444 1262 1568">3.d Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde</p>


Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Metas
 <p>Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos</p>	<p>4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes</p> <p>4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário</p> <p>4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade</p> <p>4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo</p> <p>4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade</p> <p>4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática</p> <p>4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável</p> <p>4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos</p> <p>4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento</p> <p>4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento</p>


Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Metas
<div data-bbox="371 342 560 524" style="background-color: #e91e63; color: white; padding: 5px; display: flex; align-items: center; justify-content: center;"> 5 <div style="text-align: left;"> <p style="margin: 0; font-size: 10px;">IGUALDADE DE GÊNERO</p>  </div> </div> <p data-bbox="571 342 727 524">Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas</p>	<p data-bbox="743 342 1292 387">5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte</p> <p data-bbox="743 387 1292 465">5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos</p> <p data-bbox="743 465 1292 544">5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas</p> <p data-bbox="743 544 1292 689">5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais</p> <p data-bbox="743 689 1292 790">5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública</p> <p data-bbox="743 790 1292 947">5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão</p> <p data-bbox="743 947 1292 1070">5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais</p> <p data-bbox="743 1070 1292 1149">5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres</p> <p data-bbox="743 1149 1292 1216">5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis</p>


Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Metas
<p>6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO</p> 	<p>Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos</p> <p>6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos</p> <p>6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade</p> <p>6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente</p> <p>6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água</p> <p>6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado</p> <p>6.6 Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos</p> <p>6.a Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso</p> <p>6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento</p>
<p>7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL</p> 	<p>Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos</p> <p>7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia</p> <p>7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global</p> <p>7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética</p> <p>7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa</p> <p>7.b Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio</p>


Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Metas
 <p>8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO</p> <p>Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos</p>	<p>8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos</p> <p>8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra</p> <p>8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros</p> <p>8.4 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança</p> <p>8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor</p> <p>8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação</p> <p>8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas</p> <p>8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários</p> <p>8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais</p> <p>8.10 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos</p> <p>8.a Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos</p> <p>8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]</p>


Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Metas
<div data-bbox="368 349 555 533" style="background-color: #e67e22; color: white; padding: 5px; display: flex; align-items: center;"> 9 <div style="font-size: 8px; line-height: 1;">INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA</div>  </div> <p data-bbox="571 349 730 595">Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação</p>	<p data-bbox="746 349 1297 465">9.1 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos</p> <p data-bbox="746 472 1297 589">9.2 Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos</p> <p data-bbox="746 595 1297 696">9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados</p> <p data-bbox="746 703 1297 846">9.4 Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades</p> <p data-bbox="746 853 1297 1025">9.5 Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento</p> <p data-bbox="746 1032 1297 1176">9.a Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento</p> <p data-bbox="746 1182 1297 1301">9.b Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities</p> <p data-bbox="746 1308 1297 1406">9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020</p>


Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Metas
<p data-bbox="352 344 539 398">10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES</p> 	<p data-bbox="555 336 718 465">Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles</p> <p data-bbox="737 336 1321 412">10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional</p> <p data-bbox="737 416 1321 519">10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra</p> <p data-bbox="737 524 1321 654">10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito</p> <p data-bbox="737 658 1321 734">10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade</p> <p data-bbox="737 739 1321 815">10.5 Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações</p> <p data-bbox="737 819 1321 949">10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas</p> <p data-bbox="737 954 1321 1057">10.7 Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas</p> <p data-bbox="737 1061 1321 1160">10.a Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC</p> <p data-bbox="737 1164 1321 1348">10.b Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais</p> <p data-bbox="737 1352 1321 1429">10.c Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%</p>


Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Metas
 <p>11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS</p>	<p>Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</p> <p>11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas</p> <p>11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos</p> <p>11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países</p> <p>11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo</p> <p>11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade</p> <p>11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros</p> <p>11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência</p> <p>11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento</p> <p>11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis</p> <p>11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais</p>


Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Metas
<p data-bbox="363 353 544 533"> 12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS  </p>	<p data-bbox="738 338 1302 488"> Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis </p> <p data-bbox="738 488 1302 517"> 12.1 Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento </p> <p data-bbox="738 517 1302 546"> 12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais </p> <p data-bbox="738 546 1302 651"> 12.3 Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita </p> <p data-bbox="738 651 1302 801"> 12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente </p> <p data-bbox="738 801 1302 831"> 12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso </p> <p data-bbox="738 831 1302 958"> 12.6 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios </p> <p data-bbox="738 958 1302 1010"> 12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais </p> <p data-bbox="738 1010 1302 1115"> 12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza </p> <p data-bbox="738 1115 1302 1189"> 12.a Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo </p> <p data-bbox="738 1189 1302 1294"> 12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais </p> <p data-bbox="738 1294 1302 1556"> 12.c Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas </p>


Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Metas	
	<p>Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos (*)</p>	<p>13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países</p> <p>13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais</p> <p>13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima</p> <p>13.a Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível</p> <p>13.b Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas</p> <p>(*) Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima</p>

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Metas
 <p>Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável</p>	<p>14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes</p> <p>14.2 Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos</p> <p>14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis</p> <p>14.4 Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas</p> <p>14.5 Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível</p> <p>14.6 Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio</p> <p>14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo</p> <p>14.a Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos</p> <p>14.b Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados</p> <p>14.c Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”</p>

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Metas
 <p>Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade</p>	<p>15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais</p> <p>15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente</p> <p>15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo</p> <p>15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável</p> <p>15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas</p> <p>15.6 Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos</p> <p>15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem</p> <p>15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias</p> <p>15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas</p> <p>15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas</p> <p>15.b Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento</p> <p>15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável</p>

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Metas
 <p>Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis</p>	<p>16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares</p> <p>16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças</p> <p>16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos</p> <p>16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado</p> <p>16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas</p> <p>16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis</p> <p>16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis</p> <p>16.8 Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global</p> <p>16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento</p> <p>16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais</p> <p>16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime</p> <p>16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável</p>

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Metas
<div data-bbox="359 331 550 526" style="background-color: #0056b3; color: white; padding: 5px; display: flex; align-items: center;"> 17 <div style="font-size: 8px; line-height: 1; margin: 0 5px;">PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO</div>  </div> <p data-bbox="566 331 726 560">Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável</p>	<p data-bbox="742 331 821 358">Finanças</p> <p data-bbox="742 358 1300 459">17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas</p> <p data-bbox="742 459 1300 683">17.2 Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos</p> <p data-bbox="742 683 1300 739">17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes</p> <p data-bbox="742 739 1300 918">17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento</p> <p data-bbox="742 918 1300 996">17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos</p> <p data-bbox="742 996 821 1019">Tecnologia</p> <p data-bbox="742 1019 1300 1176">17.6 Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global</p> <p data-bbox="742 1176 1300 1310">17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado</p> <p data-bbox="742 1310 1300 1444">17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação</p> <p data-bbox="742 1444 821 1467">Capacitação</p> <p data-bbox="742 1467 1300 1624">17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular</p> <p data-bbox="742 1624 821 1646">Comércio</p> <p data-bbox="742 1646 1300 1780">17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha</p> <p data-bbox="742 1780 1300 1848">17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas</p>

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Metas
<p data-bbox="395 349 555 394">17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO</p> 	<p data-bbox="746 331 995 353">exportações globais até 2020</p> <p data-bbox="746 356 1267 546">17.12 Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado</p> <p data-bbox="746 548 919 571">Questões sistêmicas</p> <p data-bbox="746 573 1062 595">Coerência de políticas e institucional</p> <p data-bbox="746 598 1279 642">17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas</p> <p data-bbox="746 645 1155 689">17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável</p> <p data-bbox="746 692 1279 770">17.15 Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável</p> <p data-bbox="746 772 983 795">As parcerias multissetoriais</p> <p data-bbox="746 797 1279 943">17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento</p> <p data-bbox="746 945 1279 1034">17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias</p> <p data-bbox="746 1037 1129 1059">Dados, monitoramento e prestação de contas</p> <p data-bbox="746 1061 1279 1258">17.18 Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais</p> <p data-bbox="746 1261 1279 1375">17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento</p>